

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEVANGÉLICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E
MEIO AMBIENTE**

**EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA: REGIÃO
MACAMBIRA/CASCAVEL - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E
AMBIENTAIS NO SETOR FAIÇALVILLE - GOIÂNIA/GO**

Edival Ferreira Mendes
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Genilda D’Arc Bernardes

Anápolis
2009

EDIVAL FERREIRA MENDES

**EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA: REGIÃO
MACAMBIRA/CASCAVEL – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E
AMBIENTAIS NO SETOR FAIÇALVILLE - GOIÂNIA/GO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Multidisciplinar da UniEvangélica – Centro Universitário de Anápolis – GO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente. Orientadora: Professora Dra. Genilda D’Arc Bernardes.

Anápolis
2009

EDIVAL FERREIRA MENDES

**EXPANSÃO URBANA DE GOIÂNIA: REGIÃO
MACAMBIRA/CASCAVEL – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E
AMBIENTAIS NO SETOR FAIÇALVILLE - GOIÂNIA/GO**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Genilda D’Arc Bernardes
Centro Universitário UniEVANGÉLICA - Anápolis
Orientadora**

**Professor Doutor Aristides Moysés
Universidade Católica de Goiás
Professor Convidado**

**Professor Doutor Roberto Prado de Moraes
Centro Universitário UniEVANGÉLICA - Anápolis**

**Professor Doutor José Paulo Pietrafesa
Centro Universitário UniEVANGÉLICA – Anápolis**

Anápolis
2009

Dedicatória

Muitos obstáculos foram encontrados no desenvolvimento desse trabalho, porém nenhum maior do que o sonho e a determinação em realizá-lo. Não esperava que fosse fácil concluí-lo, mas também não aceitava a idéia de que seria impossível fazê-lo. Percorri caminhos difíceis, tanto no campo acadêmico quanto pessoal e familiar. Ocorreram momentos de extrema determinação e entusiasmo que às vezes se mesclavam com o cansaço. Esse conduzia-me ao desânimo, no entanto, essa situação era suplantada a cada leitura, parágrafo produzido e pelas palavras incentivadoras de minha orientadora.

Iniciei este trabalho com “passos” estreitos, porém, esses se ampliavam a cada dia, na perseguição do entendimento da dinâmica socioeconômica e ambiental de Goiânia, e especificamente do Setor Faiçalville. Por menor que fosse meu avanço diário, eu o considerava e o transformava em energia para o dia seguinte, e assim prosseguia, apoiando em minhas convicções e realizando meus sonhos. Acreditei e acredito estar contribuindo para que outras pessoas, ao terem contato com as reflexões aqui apresentadas, possam ampliá-las no campo acadêmico e direcioná-las a outros bairros de Goiânia e mesmo de outras cidades.

Portanto, aos que vivem na cidade ou se propõem a pensá-la, sinto-me feliz em dedicar este trabalho.

Agradecimentos

Determinação e dedicação foram elementos necessários para que eu pudesse avançar com as leituras de temas que não eram pertinentes à minha formação acadêmica, daí a riqueza de um programa de mestrado multidisciplinar. O conhecimento vai além das fronteiras de cada ciência e o intercâmbio que ocorre no processo acadêmico, em um grupo heterogêneo, acredito que em muito contribuiu para a ampliação dos horizontes de cada mestrando, fato que comigo ocorreu. Portanto, parabênizo à UniEvangélica pela iniciativa da implantação de um programa de mestrado com o caráter multidisciplinar, que em muito contribui para o engrandecimento da cidade de Anápolis e do Estado de Goiás.

Em sala de aula, os debates acerca dos mais variados temas eram instigantes e motivavam-me a entendê-los na tentativa de desvendar o caminho que teria que percorrer para a realização desse trabalho, fato que persegui já na primeira aula. E com a mesma dedicação que tive na aula inicial, assisti a todas, não faltando a nenhuma sequer. Com o passar dos dias, tive a nítida clareza que não seria possível caminhar sozinho na realização desse trabalho, teria que contar com o entusiasmo de alguém, mas tive a felicidade de ter o apoio e incentivo de muitas pessoas, como, Allen, Rose, Fabrício, Márcia, Josie e Marluce, colegas de curso, aos quais sou muito grato pelas palavras de incentivo que em muito me ajudaram.

Professora Genilda D'Arc Bernardes, minha orientadora, que nunca mediu esforços para ler meus textos, que confesso, inicialmente não eram fáceis de ser entendidos, devido a minha pouca clareza de idéias, e também meus referenciais teóricos sobre o tema pertinente a esse trabalho, não eram tão amplos. No entanto, com paciência e sabedoria, orientava-me, apontando as deficiências e os progressos. Indicava-me obras que pudessem dar maior fundamentação teórica para um melhor desenvolvimento desse trabalho. Portanto, ficam aqui meus eternos agradecimentos por tudo que fizeste pelo meu crescimento acadêmico. Professora, muitíssimo obrigado!

Contei com a ajuda de muitos professores do mestrado, José Paulo Pietrafesa, Nilton Corrêa da Silva, Francisco Itami Campos, Maurício José Nardini, Roberto Prado de Moraes, Clarimar José Coelho, Mirley Luciene dos Santos, que neste momento, a todos, registro meus agradecimentos.

Agradeço a Eunice, que na secretaria do mestrado, além de estar sempre disposta a esclarecer minhas dúvidas, transmitia, também, entusiasmo, com palavras de ânimo nos momentos difíceis pelos quais passei.

Quero, também, agradecer a Agência Goiana de Habitação; ao Jornal O Popular; ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ao Jornal Diário da Manhã; à Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia, por ter sido tão bem recebido e a mim disponibilizado grande quantidade de material bibliográfico que em muito contribuíram para a realização desse trabalho. Não posso deixar de reconhecer e agradecer de forma especial a equipe de funcionárias da biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia, onde encontrei pessoas que estavam sempre dispostas a disponibilizar as fontes de pesquisas solicitadas e ali existentes.

Regina, a sua disposição e paciência para conversar sobre os aspectos referentes à estatística davam-me segurança, pois eram tantos dados que parecia não ter como organizá-los. À Carla, a quem várias vezes procurei pedindo ajuda sobre os aspectos socioeconômicos do Município de Goiânia e que ajudou-me em todas, sempre solidária e disposta a colaborar. Portanto, quero aqui registrar que sou muito grato por terem me ajudado tanto.

Senhor Joaquim e Sra. Dalila, pioneiros no Setor Faiçalville, que muito conhecem o bairro, até mesmo antes de ser criado, época da Fazenda Macambira, sou muito grato por terem tido para comigo tanta gentileza em compartilhar preciosas informações. Agradeço, também, ao Carlos Araújo, morador do Setor Faiçalville, pessoa que não mede esforços para ajudar, e assim fez quando lhe solicitei algumas informações sobre o bairro, de forma bastante solidária, disponibilizou-me algumas matérias jornalísticas que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho.

Com o mais profundo sentimento do que representa para mim a minha família, é que agradeço a Gleida, companheira de todos os momentos e sonhos, os quais buscamos realizar juntos; quem sabe por isso soube compreender e renunciar momentos que seriam de lazer. Com dedicação lia meus textos, não deixando passar despercebido equívocos ortográficos ou de clareza textual. Aos meus filhos amados, Igor e Mariana, que devido a tão pouca idade, não entendiam as razões de meus confinamentos por horas seguidas no escritório, onde sequer podiam entrar; a minha concentração era total em um trabalho que em muito significava para mim, e que para eles, acredito, não dizia muita coisa; servia quem sabe, para tirar-lhes o pai do convívio familiar nos feriados, sábados e domingos. Gleida, Igor e Mariana sou feliz por fazerem parte de minha vida. A vocês, obrigado por tudo.

Resumo

Atualmente, a grande maioria da população brasileira concentra-se nos espaços urbanizados, representando uma inversão do que ocorria há poucas décadas atrás, quando o espaço rural se destacava em número de habitantes. O processo de expansão da malha urbana se dá, principalmente, nos grandes centros que funcionam como pólos atrativos de uma população cada vez maior. Pautando-se pela ótica do esvaziamento do campo por meio do êxodo rural e consequentemente do crescimento das cidades, é que este trabalho buscou analisar a expansão urbana de Goiânia rumo à sua porção Sudoeste, especificamente, a Região Macambira/Cascavel, abordando os aspectos socioambientais no Setor Faiçalville. Buscou-se refletir acerca de indagações tais como: os dispositivos legais, no âmbito municipal, facilitaram o surgimento de novos bairros em Goiânia e, mais especificamente na Região Macambira/Cascavel nas últimas quatro décadas? O crescimento populacional de Goiânia exerceu pressão para o surgimento de novos parcelamentos na Região Macambira/Cascavel? Qual a participação do setor imobiliário e do capital financeiro nos parcelamentos do solo urbano de Goiânia? O parcelamento da Fazenda Macambira atendeu aos princípios da sustentabilidade ambiental? O Setor Faiçalville atende às expectativas de moradia da comunidade que ali vive? Para a sua sistematização, considerou-se os conceitos tais como: espaço geográfico, mobilidade espacial, solo urbano, segregação urbana e o processo de criação do espaço urbano segundo as relações sociais de produção. Buscou-se suporte para o entendimento desses conceitos em Ribeiro (1982); Davis (1977); Sjoberg (1977); Carlos (1988 e 1994); Santos (1988; 1990; 1999); Gottdiener (1997); Lefebvre (1991 e 1999) Lago (2000) e Bernardes e Moysés (2005), entre outros. Nesta dissertação, observou-se também a dinâmica dos aspectos econômicos, políticos e sociais, ocorridos no espaço territorial de Goiânia, e principalmente, no Setor Faiçalville, bairro objeto dessa pesquisa. Além do poder econômico, como elemento possuidor de forças para criar e recriar o espaço urbano, também se inscreve nesse processo, o poder político representado pelo Estado, via instituições governamentais. O Estado, enquanto organização política e administrativa, cria as condições para a metamorfose do espaço da cidade e as relações sociais que irão ocorrer nesse espaço, e até mesmo além de suas fronteiras. Em busca do entendimento de sua configuração socioespacial, valeu-se da pesquisa quantiquantitativa, por meio de entrevista estruturada, questionário pré-elaborado, registros fotográficos, pesquisa documental e bibliográfica. Com a perspectiva de realizar uma análise mais substancial do espraiamento da cidade de Goiânia, buscou-se estudar a mobilidade espacial em seu território, que, na maioria das vezes, se dá em direção aos bairros mais periféricos, contribuindo para uma expansão rumo a espaços desprovidos de infraestrutura adequada; adotou-se como suporte para o entendimento de tal situação a análise de documentos oficiais, tais como Planos Diretores, Leis e Decretos. Além desses documentos, reportagens jornalísticas da imprensa escrita também foram utilizadas. Este trabalho buscou explorar e descrever o processo de ocupação do Setor Faiçalville levando-se em consideração os princípios da sustentabilidade ambiental, do bem estar da comunidade que ali reside, e da relação desta com o espaço privado e público local. Conclui-se que a expansão urbana de Goiânia rumo à região Macambira/Cascavel se deu principalmente através da atuação do setor imobiliário, que na maioria das vezes buscava e ainda busca apoiar nas ações do poder público para a viabilização de seus projetos de parcelamentos do solo urbano da capital. Conclui-se também que a comunidade do Setor Faiçalville possui uma expressiva satisfação em ali residir, mesmo não contando com todos os itens componentes de infraestrutura urbana nem de uma adequada política de preservação do meio ambiente local.

Palavras-chave: Expansão Urbana. Ocupação Socioespacial. Cidade. Setor Faiçalville.

Abstract

Nowadays, most of the population in Brazil is concentrated in urban areas, which is inverse to the situation few decades ago, when countryside was highly populated. The urban process of expansion is basically due to the great urban areas that through the years have attracted more and more inhabitants. If you consider rural exodus and consequently cities growth. This project has attempted to analyse Goiânia urban expansion towards Southwest, mainly, Macambira/Cascavel area, demonstrating the socio-environment-related aspects on Setor Façalville. Such questions were raised: legal acts, concerning the district, eased the formation of new neighborhoods in Goiânia, specifically in the Macambira/Cascavel area in the past four decades? Has Goiânia's population growth forced the constitution of new parcels of land in Macambira/Cascavel area? What is Real Estate Companies and financial capital role at the land-sharing in Goiânia? Were the Macambira Farm land-sharing done according to the environment sustainability? Does Setor Façalville attend the expectations of the resident community? For its arrangement, were considered the following: geographical space, space mobility, urban soil, urban segregation and the urban space creation process according to the production social relations. It was found support for the comprehension of these concepts on Ribeiro (1982); Davis (1977); Sjoberg (1977); Carlos (1988 e 1994); Santos (1988, 1990 e 1999); Gottdiener (1997); Lefebvre (1991 e 1999); Lago (2000) e Bernardes e Moysés (2005), among others. In this dissertation, it was also noticed dynamism of economical, political and social aspects within the territory of Goiânia, especially, in Setor Façalville, subjected neighborhood in this research. Besides economic power, as crucial matter to create and recreate urban space, it was considered too, the State and its political influence, through governmental institutions. The State, as administrative and political organization, produce conditions for the city space's metamorphosis and social relation that will take place in this very same space, even beyond its borders. In order to understand socio-space configuration, it was necessary quantitative-qualitative research, through structured interview, pre-alaborated questionnaire, photographic record, bibliographic and file research. With intention of marketing a more substantial spread analysis of the city. It was studied the territory's space mobility, which, mostly, moves towards the outskirts, contributing this way to an expansion to more populated areas without infra-structure. It was as subject of understanding for such situation some official files analysis, for instance, Directors Plans, Laws and Amendments. Besides these documents, print reports were also used. It was paramount to us to describe and explore Setor Façalville occupation process, taking into account environmental sustainability, community well-being, as well as, relation between local private/public space. We can conclude that the urban expansion in Goiânia in the direction of Macambira/Cascavel area has taken place thanks, mainly, to the Real Estate Agencies actions which, mostly, stood and has stood in the States in order to ease land-sharing processes approvals. It has also been concluded that the community in Setor Façalville have been living gladly in the area, even though there is not decent infra-structure or local environmental preservation policy.

Key-words: Urban Expansion. Socio-space Occupation. City. Setor Façalville.

Lista de ilustrações

Mapas:

Mapa 1 – Município de Goiânia – GO e localização do Setor Faiçalville	52
Mapa 2 – Setor Faiçalville – Configuração artificial e natural.....	76
Mapa 3 – Goiânia – GO Macrozoneamento e regionalização.....	83
Mapa 4 – Goiânia – GO Região Macambira/Cascavel.....	94

Figuras:

Fig. 1 – Lançamento de resíduos sólidos nas proximidades da nascente do Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville	84
Fig. 2 – Vista parcial da Av. Nadra Bufaiçal no Setor Faiçalville em processo de elevação e duplicação para ser pavimentada	88
Fig. 3 – Vista parcial da Av. Madri no Setor Faiçalville em processo de elevação e duplicação para ser pavimentada	89
Fig. 4 – Ausência de Cobertura Vegetal na margem esquerda do Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville.....	99
Fig. 5 – Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville, água aparentando aspecto atípico.....	100
Fig. 6 – Resíduos sólidos nas imediações da quadra 119, próximo a uma área de brejo.....	127
Fig. 7 – Resíduos sólidos nas imediações da quadra 217, nas margens da Alameda Lucy Rassi de Oliveira. Local próximo à nascente do Córrego Cedro do Mato.	127
Fig. 8 – Lixo nas imediações da quadra 181, nas margens da Alameda Andreino de Moraes. Local próximo à nascente do Córrego Cedro do Mato.....	127
Fig. 9 – Resíduos e lixo nas imediações das quadras 209 e 217, nas margens da Av. Independência, nas proximidades da nascente do Córrego Cedro do Mato.....	127
Fig. 10 – Vestígios de queimada, abaixo da Av. Independência acerca de 40 metros da nascente do Córrego Cedro do Mato.....	128
Fig. 11 – Posto de fiscalização ambiental da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA).....	136
Fig. 12 – Bosque Macambira nas proximidades das quadras 30 e 31, cercado parcialmente	137
Fig. 13 – Bosque nas proximidades das quadras 85 e 86 no Setor Faiçalville.....	151
Fig. 14 – Bosque nas proximidades da quadra 44 no Setor Faiçalville.....	152

Fig. 15 – Fossa e rua sem pavimentação asfáltica – Setor Faiçalville.....	153
Fig. 16 – Campo de futebol na terceira etapa do Setor Faiçalville.....	157
Fig. 17 – Projeto Macambira – Anicuns.....	167
Fig. 18 – Projeto Macambira – Anicuns. Extensão e abrangência.....	168

Gráficos:

Gráfico 1 – Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, em relação de onde vem a água que utiliza em sua residência.....	154
Gráfico 2 – Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, em relação para onde são destinados os dejetos e águas servidas em sua casa.....	155
Gráfico 3 - Frequência dos moradores entrevistados no Setor Faiçalville, em relação ao seu principal meio de transporte.....	158
Gráfico 4 – Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, quanto à naturalidade.....	160

Índice de tabelas e quadros

Tabelas:

Tabela 1 – População residente por grupo de idade – 2006.....	19
Tabela 2 – Planilha para cálculo do Desvio Padrão	20
Tabela 3 – População total urbana e rural residente nos Estados de São Paulo e Goiás, e em suas respectivas capitais, conforme os últimos quatro Censos do IBGE.	39
Tabela 4 – Municípios da Província de Goyaz com População Livre e Escrava em 1872	53
Tabela 5 – População Residente no Município de Goiânia – 1940 a 2000	58
Tabela 6 – Alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que apresentaram redução no número de habitantes – 1991 – 2000.	62
Tabela 7 – Alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que apresentaram crescimento no número de habitantes – 1991 – 2000.	63
Tabela 8 – Conjuntos Habitacionais Construídos pela COHAB na Porção Sudoeste de Goiânia nas décadas de 1960 e 1970.....	70
Tabela 9 – Conjuntos Habitacionais e Unidades Residenciais Construídas em m ² na Porção Sudoeste de Goiânia nas décadas de 1960 a 1970	72
Tabela 10 – População Residente no Município de Goiânia, Urbana e Rural – 1940 a 2000	73
Tabela 11 – Distribuição em m ² da Fazenda Macambira na Época de seu Parcelamento – 1980	77
Tabela 12 – Goiânia: População residente, por sexo, segundo as regiões no ano de 2000	95
Tabela 13 – Moradores do Setor Façalville, que gostam de morar no setor, segundo faixa etária.....	116
Tabela 14 – Moradores do Setor Façalville, que gostam de morar no setor, segundo a casa onde moram.....	117
Tabela 15 – Moradores do Setor Façalville, quanto ao que mais identifica o setor e o tempo que reside.....	118
Tabela 16 – Moradores do Setor Façalville, quanto ao que mais identifica o setor, por faixa etária.....	120
Tabela 17 – Moradores do Setor Façalville, quanto ao grau de escolaridade e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor.....	122
Tabela 18 – Moradores do Setor Façalville, segundo ao tempo que residem no setor e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor.....	123
Tabela 19 – Moradores do Setor Façalville, quanto à renda familiar em “SM” e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor.....	124
Tabela 20 – Moradores do Setor Façalville, por faixa etária em relação ao que mais prejudica o meio ambiente no setor.....	126
Tabela 21 – Moradores do Setor Façalville, quanto à escolaridade e ao que mais prejudica o meio ambiente no setor (na sua opinião).....	130
Tabela 22 – Moradores do Setor Façalville, segundo à faixa etária e se eles sabem se existe córrego no setor.....	131

Tabela 23 – Moradores do Setor Faiçalville, quanto à escolaridade e se a prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente no setor.....	132
Tabela 24 – Moradores do Setor Faiçalville, quanto à ocupação profissional e se a prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente no setor.....	133
Tabela 25 – Moradores do Setor Faiçalville, quanto ao tempo que reside e o que a prefeitura de Goiânia fez de mais importante para preservar o meio ambiente no setor.....	135
Tabela 26 – Moradores do Setor Faiçalville, por sexo, e principal ação para preservar o meio ambiente no setor.....	138
Tabela 27 – Moradores do Setor Faiçalville, por faixa etária, e a sua maior contribuição para a preservação do meio ambiente no setor.....	140
Tabela 28 – Planta de Valores Imobiliários de 1998, 2002 e 2005 – valorização do m ²	162

Quadros:

Quadro 1 – Goiânia: Regiões, Microregiões e suas Composições.	93
Quadro 2 – Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de sessenta anos ou mais.....	144
Quadro 3 – Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de cinquenta a cinquenta e nove anos.....	145
Quadro 4 – Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de quarenta a quarenta e nove anos.....	146
Quadro 5 – Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de trinta a trinta e nove anos.....	148
Quadro 6 – Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencentes ao grupo de idades de vinte a vinte e nove anos.....	149
Quadro 7 – Data de criação dos bairros constantes da tabela 28.....	164

Índice de siglas

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação
AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente
APP – Área de Preservação Permanente
BNH - Banco Nacional de Habitação
CHEGO – Companhia Habitacional do Estado de Goiás
COHAB-GO – Companhia de Habitação Popular de Goiás
DGEO – Departamento de Geoprocessamento
DPSE – Departamento de Ordenação Sócio-Econômica
DVCG – Divisão de Cartografia
DVPE – Divisão de Pesquisa e Estatística
DVSE – Divisão de Estudos Sócio-Econômicos
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IPC-A – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPLAN – Instituto de Planejamento Municipal
MP – Ministério Público
MV – Média de Valorização
MUBDG – Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia
OSEGO – Organização de Saúde do Estado de Goiás
PDG - Plano de Desenvolvimento de Goiânia
PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SEMAGO – Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SIEG – Sistema de Informação Estatística e Geográfica
SM – Salário Mínimo
TCA – Termo de Compromisso e Ajustamento

Sumário

Introdução	15
1 Cidade: espaço em construção	25
1.1 Aglomerados humanos e processos de urbanização	32
1.2 As relações socioambientais no espaço urbano contemporâneo	43
2 Goiânia: expansão urbana rumo à região Macambira/Cascavel	51
2.1 Contextualizando Goiânia rumo à expansão Macambira/Cascavel	53
2.2 Fatores que contribuíram para a expansão urbana de Goiânia rumo à Região Macambira/Cascavel.....	61
2.3 Relações socioambientais no espaço urbanizado de Goiânia: Região Macambira /Cascavel – Faiçalville	81
2.3.1 Região Macambira/Cascavel - Setor Faiçalville.....	92
3 O Setor Faiçalville em Goiânia: um bairro e suas peculiaridades	102
3.1 A atuação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade na gênese do Setor Faiçalville	106
3.2 Aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville	115
3.2.1 Setor Faiçalville: valor simbólico, moradia e lazer.	142
3.2.2 Setor Faiçalville: espaço da moradia, do trabalho e da valorização fundiária.	159
Considerações Finais	171
Referências.....	175
Apêndices.....	183
Anexos	191

Introdução

O estudo “Expansão urbana de Goiânia: região Macambira/Cascavel – aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville - Goiânia/GO” insere-se na linha de pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente do mestrado multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica, e está estruturado para compreender o processo de expansão urbana da região Macambira/Cascavel em Goiânia-GO, nas últimas quatro décadas. Especificamente, o estudo tem como foco o Setor Faiçalville, buscando entender as formas de ocupação e o adensamento populacional no referido bairro e consequentemente os impactos ambientais derivados desses processos.

Nele, buscou-se compreender as dimensões que contribuíram para a expansão da malha urbana de Goiânia rumo a região Macambira/Cascavel localizada na parte sudoeste da capital. Pretendeu-se, ainda, apreender a participação do poder público municipal e do capital imobiliário na configuração dessa região. Nesse sentido, alguns questionamentos constituíram-se nas artérias condutoras para a compreensão da problemática proposta: os dispositivos legais, no âmbito municipal, facilitaram o surgimento de novos bairros em Goiânia e, mais especificamente na Região Macambira/Cascavel nas últimas quatro décadas? O crescimento populacional de Goiânia exerceu pressão para o surgimento de novos parcelamentos na Região Macambira/Cascavel? Qual a participação do setor imobiliário e do capital financeiro nos parcelamentos do solo urbano de Goiânia? O parcelamento da Fazenda Macambira atendeu aos princípios da sustentabilidade ambiental? O Setor Faiçalville atende às expectativas de moradia da comunidade que ali vive?

O Setor Faiçalville surgiu, oficialmente, com o Decreto nº 561, de 1º de outubro de 1980, publicado na p. 2 do Diário Oficial do Município de Goiânia, no dia 09 de janeiro de 1981, que parcelou uma gleba de 376,54 hectares da antiga fazenda Macambira, inclusa na zona de expansão urbana de Goiânia, especificamente na Região Macambira/Cascavel. O decreto acima citado, que criou o loteamento Faiçalville vigorou até a sua revogação através do Decreto nº 201, de 30 de março de 1982, publicado na p. 7 do Diário Oficial do Município de Goiânia no mesmo dia, mês e ano em que foi criado, sendo este revogado através do Decreto nº 633, de 22 de novembro de 1985, publicado no Diário Oficial do Município de Goiânia, no dia 27 de novembro de 1985, vigorando até os dias atuais. Os decretos citados estão transcritos na íntegra nos anexos deste trabalho.

O Setor Faiçalville foi registrado em cartório em 19 de julho de 1982, estando entre os maiores bairros de Goiânia em extensão, porém, mesmo com a natural dinâmica das relações sociais de produção e de meios necessários para a manutenção de suas necessidades, a população ainda não conseguiu conquistar as melhorias que compõem a infraestrutura básica para que se possa atingir qualidade de vida adequada.

Nesta pesquisa, foram adotados autores que estudam as questões urbanas, que refletem sobre os aspectos da sustentabilidade do meio ambiente da cidade, mais especificamente, os relacionados com a construção social do espaço urbano, mediante os parcelamentos, tanto de iniciativa do setor público quanto do setor privado. Entre os autores estudados destacam-se Davis (1977); Sjoberg (1977); Ribeiro (1982); Correa (1987); Carlos (1988 e 1994); Santos (1988 e 1998); Lefebvre (1991 e 1999); Gottdiener (1997); Gonçalves (1998); Lago (2000); Daher (2003); Bernardes *et al* (2005); Soares Júnior (2007); entre outros também relevantes.

A relevância desta dissertação deve-se ao estudo de uma área, que pelas condições ambientais, (apresentada no capítulo 2), deveria ser preservada. Esse estudo se justifica por servir de instrumento para a análise das relações socioambientais no contexto do espaço intraurbano de Goiânia, permitindo apreender a participação do poder público, da sociedade, e do setor imobiliário na criação de tal espaço. Espera-se que os resultados dos estudos aqui propostos possam servir de parâmetro para o entendimento das consequências de tais intervenções, no sentido de contribuir para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, da qualidade de vida de sus habitantes.

Além desses aspectos, justifica-se, ainda, pela constatação dos problemas ambientais existentes, ou dos que porventura virem a acontecer, que não serão solucionados somente com criação de leis específicas, mas sim com projetos que vislumbrem a possibilidade de tal ocorrência. No que se referem às leis, elas existem, como exemplo a de nº 9.605 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As leis ambientais, como as demais, são claras, como pode ser observado no capítulo I – Disposições – Art. 2º da lei supra citada, que diz:

Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide, nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la. – (Leis de crimes ambientais, 1998, p. 07).

A preocupação com o meio ambiente que, para muitas pessoas, não se justificava devido a não aceitação de sua esgotabilidade, nos últimos anos vem ganhando amplitude e se tornando necessária em toda a sociedade. Assim sendo, este trabalho busca respostas para questionamentos, sobre atitudes e práticas que foram e estão sendo adotadas na produção do espaço urbano de Goiânia, e especificamente no Setor Façalville. Espera-se que as respostas aos questionamentos possam nortear procedimentos, que sejam adequados para viabilizar a preservação do meio ambiente.

A pesquisa foi estruturada a partir de dois eixos:

I – Buscou-se compreender a configuração histórica do espaço urbano de Goiânia, considerando os aspectos socioeconômicos e políticos; visando, ainda, compreender como, ao longo da história, esses aspectos foram moldando o referido espaço.

II – Levantar os aspectos socioeconômicos e políticos nas suas relações com a expansão urbana rumo à região Macambira/Cascavel. Especificamente, enfocou o Setor Façalville através da análise das possíveis implicações dos aspectos acima abordados, na configuração da sua atual forma e função, tendo como referência a sustentabilidade ambiental.

Para estudar os aspectos mencionados, foram adotadas as abordagens quantitativa e qualitativa. Através da abordagem quantitativa, ou seja, da pesquisa de Survey,²⁹ que possibilita a lógica de “[...] obter muitas variáveis que podem ser quantificadas e processadas por computador, os pesquisadores de Survey podem construir vários modelos explicativos e então selecionar o que melhor servir a seus propósitos”. (BABBIE, 1999, p. 84).

A abordagem qualitativa, também usada nesta pesquisa, possibilitou que fossem observados os aspectos da subjetividade do sujeito integrante da amostra, da população do Setor Façalville. Mediante tal abordagem, foram analisados elementos como a manifestação histórica, cultural, política e ideológica dos sujeitos, o que contribuiu para o entendimento do comportamento desses no espaço onde vivem, principalmente no que diz respeito às questões ambientais. Minayo, ao trabalhar a metodologia em pesquisa social, salienta que:

A rigor qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente à determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. (MINAYO, 1992, p. 22).

²⁹ Pesquisa de *survey* apresenta semelhanças suficientes com outros métodos de pesquisa para ter uma história bem longa. Em particular, *surveys* são muito semelhantes a censos, sendo a diferença principal entre eles que um *survey*, tipicamente, examina uma amostra de população, enquanto o censo geralmente implica uma enumeração da população toda. (BABBIE, 1999, p. 78).

Essa pesquisa está em conformidade com as ponderações dessa autora, pois levou em consideração as relações sociais, isto é, o processo dialético que se manifesta de acordo com os princípios ideológicos dos sujeitos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa adquiriu um caráter exploratório e descritivo. Ela se enquadrou como exploratória, visto que buscou analisar e explicitar aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville, dando condições para ocorrer no futuro um maior aprofundamento das discussões sobre o tema. Teve também, uma vertente descritiva, pois buscou relatar os fatos constatados através da interpretação e análise dos dados coletados, mediante fotografias, questionários, entrevistas, pesquisas bibliográficas e observação dos aspectos acima mencionados, isto é, socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville.

Para a concretização desta dissertação, adotou-se técnicas de coleta e registro de dados, que ao serem analisados e interpretados, evidenciaram terem sido de fundamental importância para a obtenção das respostas aos questionamentos anteriormente já mencionados.

No que se refere à coleta dos dados, adotou-se a entrevista, com um total de dez perguntas previamente elaboradas e estruturadas. Essas foram dirigidas a 5 sujeitos, com idade a partir de 20 anos, o que contemplou cinco faixas etárias das apresentadas na tabela 1, a seguir. As perguntas foram dirigidas ao entrevistado de forma sequencial, em ordem numérica crescente. As respostas obtidas através de entrevista foram gravadas em fita cassete.

Foi utilizado, também, um questionário contendo 24 perguntas fechadas, previamente elaboradas, onde cada questão dava ao respondente a possibilidade de optar por uma única alternativa dentre as que lhe eram apresentadas. As perguntas foram dirigidas a 182 sujeitos, pelo pesquisador, também em forma sequencial crescente, onde esse registrava no questionário as respostas obtidas. Tanto o questionário, quanto a estrutura da entrevista, constam nos apêndices desse trabalho.

Além dessas duas técnicas para a coleta de dados, adotou-se também a análise de documentos oficiais, reportagens jornalísticas e fontes bibliográficas que tratam de assuntos pertinentes aos levantados nesta dissertação.

Sendo necessária a definição da amostra, para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como critério de inclusão que a pessoa residisse no bairro há mais de seis meses, que tivesse idade acima de 20 anos e que fosse morador da residência selecionada para amostra. Portanto, todos que não se adequavam a esses critérios foram excluídos.

Para a obtenção do universo da pesquisa dois elementos foram adotados:

1º) os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo demográfico do ano de 2000³⁰.

2º) a organização desses dados por grupos de idades (em anos), pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), de Goiânia, em 2006, o que pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – População residente por grupos de idade – 2006

Bairro	Total	Grupo de idades (em anos)							
		0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	39 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais
Faiçalville	6.182	540	618	1.238	1.144	1.220	809	333	280

Fonte: IBGE - 2000

Dados trabalhados pela SEPLAM – 2006.

Conforme a tabela 1, a população do Setor Faiçalville que atende ao critério idade como um dos elementos para a inclusão nessa pesquisa, isto é, a partir de 20 anos, representa um total de 3.786 pessoas, sendo esse o seu universo, do qual foi extraída a amostra para este trabalho. Assim procedendo, adotou-se para o seu desenvolvimento, dados divulgados por instituições oficiais.

Segundo (CRESPO, 2001, p. 19), “uma amostra é um subconjunto finito de uma população”. Observando as ponderações desse autor, neste trabalho, para a obtenção da amostra, foi necessário o cálculo do desvio padrão para se obter o tamanho amostral e, para tanto, foi empregada a fórmula descrita na letra (A) a seguir:

$$(A) \quad \sigma = \sqrt{\frac{f_i * x_i^2}{f_i} - \left(\frac{f_i * x_i}{f_i}\right)^2}$$

Sendo que:

f_i = frequência simples

x_i = valor da variável

³⁰ Adotou-se os dados do Censo Demográfico de 2000 devido serem oficiais e pelo fato de Goiânia não ter sido incluída na contagem populacional realizada no ano de 2007. “Município do Estado de Goiás com mais de 170 mil habitantes não abrangidos pela contagem da população de 2007: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Luziânia e Goiânia”. (<http://www.ibge.gov.br>). (Acessado em 07/05/08).

Foi necessária a organização dos dados populacionais por idade, conforme a tabela 2, a seguir, para se obter os valores das variáveis da equação do desvio padrão, encontrando o valor de 12,95.

Tabela 2 - Planilha para o cálculo do Desvio Padrão

Grupos de idades	fi	xi	fi*xi	fi*xi²
20 a 29	1.144	24,5	28.028	686.686,0
30 a 39	1.220	34,5	42.090	1.452.105,0
40 a 49	809	44,5	36.001	1.602.022,3
50 a 59	333	54,5	18.149	989.093,3
60 ou mais	280	70,0	19.600	1.372.000,0
Total	3.786	228	143.867	6.101.906,5

Fonte: Cálculos do autor, baseado em grupos de idades constantes da tabela 1.

A fórmula empregada para o cálculo do tamanho amostral foi a descrita abaixo, letra (B), isso pelo fato da população ser conhecida e finita. Conforme salienta Triola, “se temos uma população relativamente pequena e amostramos sem reposição, devemos modificar e para incluir um fator de correção para população finita [...]” . (TRIOLA, 2005, p. 254).

$$(B) \quad n = \frac{N * \sigma^2 * (Z_{\alpha/2})^2}{(N - 1) * E^2 + \sigma^2 * (Z_{\alpha/2})^2}$$

Sendo que:

N = tamanho populacional: 3.786

n = tamanho amostral: 181,72

δ = desvio padrão populacional: 12,95

$Z_{\alpha/2}$ = valor de z (α igual a 0,20): 1,28

ϵ = erro: 1,2

Nível de confiança: 80%

Considerando as pessoas maiores de 20 anos, o desvio padrão foi encontrado, conforme cálculos acima; o valor de $Z_{\alpha/2}$ é igual a 1,28 com base na tabela de “escores z

positivos” e o erro está especificado na fórmula abaixo, letra (C) observando que o desvio padrão é conhecido.

$$(C) \quad \varepsilon = Z_{\alpha/2} * \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$$

O tamanho amostral encontrado foi de 181,72 sujeitos, porém, conforme Triola, “[...] se o tamanho amostral calculado não for um número inteiro, arredonde-o para o inteiro maior mais próximo” (TRIOLA, 2005, p. 238). Portanto, o valor utilizado neste trabalho foi de 182 moradores selecionados por quadra de forma aleatória. “Amostras aleatórias são selecionadas por vários métodos diferentes, incluindo o uso do computador para gerar números aleatórios” (TRIOLA, 2005, p.17). Seguindo as ponderações desse autor, adotou-se a amostra aleatória, onde foi utilizado para a seleção de 91 quadras do bairro, a função "aleatorioentre(;)" do *Software Excell 2007* da *Microsoft*. Através da aplicação da fórmula, ou seja, =aleatorioentre(1;236), o sistema gerou 91 números entre o intervalo de 1 e 236. Adotou-se o número 236, por ser a quantidade de quadras existentes no bairro, conforme Mapa Urbano Básico Digital de Goiânia (MUBDG) de 2006.

Das 91 quadras sorteadas eletronicamente, em 14 delas, isto é, em 15,38%, não foi possível a aplicação do questionário, tanto pela inexistência de edificações em algumas, tanto pelo baixíssimo número de residências, o que impossibilitou encontrar moradores que atendessem aos requisitos para fazer parte da pesquisa como sujeito, anteriormente apontados, ou mesmo com disponibilidade para participar como voluntário. Quando não era possível, por qualquer motivo, a aplicação do questionário a nenhum sujeito da quadra sorteada pelo *Software Excell*, o pesquisador, aleatoriamente escolhia outra quadra que não havia sido sorteada anteriormente pelo sistema eletrônico. Para a escolha da nova quadra, adotava-se como critério que ela estivesse o máximo possível nas proximidades da que seria substituída.

Em 4 quadras das 91 sorteadas, ou seja, em 4,39%, só foi possível aplicar o questionário a 1 morador de cada uma delas. Nessas condições, o pesquisador dirigia-se a uma outra quadra já sorteada, e nesta aplicava-se o questionário a 3 moradores, procedimento esse adotado quatro vezes, o que possibilitou a compensação dos questionários que não haviam sido aplicados. Já nas demais quadras, ou seja, em um total de 87, representando 95,60%, foi possível a aplicação do questionário para dois moradores de cada uma delas.

Nesta pesquisa, adotou-se a aplicação de questionário a um morador de cada uma das duas residências escolhidas das quadras eletronicamente sorteadas.

Os números dos lotes foram escolhidos aleatoriamente, porém não se utilizou nenhum recurso tecnológico devido principalmente à dificuldade para a utilização de equipamentos eletrônicos no campo, e até mesmo por questão de segurança, haja vista que o pesquisador se deslocava pelas avenidas, ruas e vielas do bairro, a pé e sempre desacompanhado. Nessas condições, a escolha dos números de dois lotes e, conseqüentemente de duas residências da quadra, ocorria no momento em que o pesquisador nela estivesse. Se não fosse possível a aplicação do questionário a nenhum morador da residência escolhida, o pesquisador se dirigia a uma outra moradia da mesma quadra. Como já foi mencionado anteriormente, quando o pesquisador aplicava o questionário a apenas um morador da quadra escolhida, uma outra, como efeito compensatório ao que não fora aplicado, teria três respondentes. E quando se percorria toda a quadra e não era possível aplicar o questionário a nenhum morador daquela quadra, uma outra era escolhida para substituí-la.

A pesquisa de campo aconteceu no mês de dezembro de 2008. As entrevistas ocorreram nas residências dos sujeitos, que previamente foram sorteados. O dia e o horário foram agendados conforme a disponibilidade do respondente. Desconsiderando o período de deslocamento entre as residências, o tempo médio gasto para cada entrevista foi de 48 minutos, sendo possível concluí-las em 4 horas de trabalho. As entrevistas gravadas em fita cassete, posteriormente foram transcritas e estão inclusas no capítulo 3 desta dissertação. Essas foram analisadas dentro da abordagem qualitativa, servindo, portanto, como suporte para o entendimento dos aspectos da subjetividade de sujeitos integrantes da comunidade do Setor Faïçalville.

A aplicação dos 182 questionários aconteceu em onze dias, representando uma média de 16,55 questionários por dia, o que exigiu do pesquisador, 88 horas de trabalho, dando 8 horas de dedicação diária, o que evidencia a demora de 29 minutos para a concretização de cada questionário. Isso, levando-se em consideração o tempo para o esclarecimento sobre a pesquisa, a obtenção do consentimento do sujeito, coleta das respostas, a sua conclusão e o deslocamento até uma outra residência com possibilidades para se iniciar a aplicação de mais um questionário.

Os dados coletados mediante a aplicação dos questionários foram tabulados e analisados pelo *Software SPSS*³¹. Através desse programa foi possível a realização do cruzamento de algumas perguntas, onde as respostas foram organizadas em formato de tabela, possibilitando, também, a geração de gráficos de frequência. A leitura e análise das tabelas e dos gráficos possibilitaram um maior entendimento e conhecimento sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais existentes no Setor Faiçalville.

A pesquisa documental foi realizada junto aos órgãos públicos do Estado de Goiás e do Município de Goiânia, onde foram realizados levantamentos em arquivos públicos e diários oficiais. Buscou-se, também, informações junto à iniciativa privada do setor imobiliário, sobre o processo de parcelamento da Fazenda Macambira e a criação do Setor Faiçalville. Ocorreu também a realização de leituras de jornais em busca de se inteirar de fatos pertinentes ao objeto de estudo desta dissertação. Esses procedimentos foram adotados no sentido de se encontrar elementos que contribuíram para a expansão urbana da Região Macambira/Cascavel, bem como para a consolidação do referido bairro.

Informamos, ainda, que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UniEvangélica, em 03 de março de 2008, sendo aprovado, com número de identificação 259/2007.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, “Cidade: espaço em construção”, faz uma abordagem teórica sobre o conceito e a origem da cidade enquanto aglomeração humana, aborda o processo de urbanização do ser humano, bem como pondera acerca das relações socioambientais no espaço urbano contemporâneo. O segundo capítulo, “Goiânia: expansão urbana rumo à região Macambira/Cascavel”, realiza uma contextualização da cidade de Goiânia, levando em consideração a sua expansão, principalmente rumo à região Macambira/Cascavel. Esse capítulo aborda, também, as relações socioambientais nessa região e mais especificamente no Setor Faiçalville, tendo em vista, os aspectos relacionados à sua criação e configuração como espaço urbano. Já o terceiro e último capítulo, “O Setor Faiçalville em Goiânia: um bairro e suas peculiaridades”, aborda a atuação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade na criação do Setor Faiçalville; realiza a interpretação e análise de dados colhidos em pesquisa de campo, destacando as relações socioeconômicas e ambientais no bairro; reflete acerca do que ele representa para a

³¹ Entre os pacotes de programas estatísticos aplicados às ciências sociais destaca-se o SPSS [...]. O SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para Windows oferece as possibilidades de cálculo estatístico e informes científicos [...]. (BISQUERRA, et al. 2004, p. 34 e 35).

sua comunidade, em valor simbólico, nos aspectos da moradia, do trabalho e do lazer, bem como analisa os aspectos que contribuíram para a sua valorização fundiária.

Portanto, nesta dissertação, busca-se compreender a configuração histórica do espaço urbano de Goiânia, considerando os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais com a intenção de apreender como, ao longo da história, esses aspectos foram moldando o referido espaço. Busca-se também, através dos aspectos acima mencionados, entender e descrever as relações desses com a expansão urbana rumo à região Macambira/Cascavel. Especificamente, enfoca o Setor Façalville através da análise das possíveis implicações desses aspectos, ou seja, socioeconômicos, políticos e culturais, abordando-os, de forma a relacioná-los com a configuração da sua atual forma e função, tendo como referência a sustentabilidade ambiental.

1 Cidade: espaço em construção

Nesse capítulo, procura-se abordar a origem da cidade enquanto aglomeração da espécie humana, bem como entendê-la como espaço adotado pelo homem, para a fixação de sua moradia.

Serão abordadas também as relações socioambientais no espaço urbano contemporâneo, tomando como base, para tal, o processo de produção de mercadorias através da industrialização, bem como a sua manifestação no modelo econômico atual, onde predominam os mecanismos para a viabilização da maximização do lucro financeiro.

Neste contexto, busca-se abordar o ser humano e suas relações socioambientais, em que o homem é visto como ser que atualmente se encontra envolvido na dinamicidade das atribuições e responsabilidades que lhe são atribuídas, disponibilizando pouco tempo para as reflexões acerca do espaço onde vive e de sua condição de urbanizado, inserido em um meio, que mediante suas ações, é modificado.

Sabe-se que os agrupamentos humanos com características de cidade é algo muito antigo na história da humanidade³². O homem moderno quase não os vê na perspectiva do tempo e do espaço. Desde os milhares de anos que se passaram da época em que o ser humano iniciou a sua forma sedentária e agrupada de viver, até a atualidade, o espaço urbano apresenta-se como um objeto que possui diversas configurações, que se retrata como algo que não está pronto e acabado, como um espaço em constante processo de construção e reconstrução, cuja configuração se dá de acordo com as relações sociais de produção e consumo de cada época.

O meio urbano nos diferentes espaços é um elemento que retrata não só a paisagem física da cidade. Ele mostra também as formas como o ser humano se articula com o espaço em que vive. Evidencia, portanto, as relações socioambientais, vinculando-as aos aspectos políticos e econômicos da sociedade que o habita. Para Santos (1999, p. 77), “a evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais, marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico”. Assim, a paisagem urbana não é algo imutável; ela se apresenta conforme as ações do homem no espaço geográfico da cidade.

As diversas paisagens urbanas retratam os mais variados períodos da vida na urbe, principalmente levando-se em consideração que a cidade é o palco onde ocorrem as

³² Maiores informações sobre esse assunto podem ser encontradas em WEBER (1967); DAVIS (1977); SJOBERG (1977); MUMFORD (1982); GEORGE (1983) e CASTELLS (2000).

manifestações dos agentes sociais, concebidos conforme Bernardes (1998) em o estado, o empreendedor imobiliário, as grandes empresas e o usuário.

Ao trilhar rumo ao entendimento do espaço urbano, a partir das referências dos agentes que interferem na configuração do espaço urbano, acrescida das vertentes econômicas e políticas que evidenciam o panorama do mundo contemporâneo, isto é, da economia mundializada, é possível visualizar que o meio urbano, a paisagem e o espaço estão cada vez mais retratando as condições de desigualdade social, de hierarquia e da diferenciação, principalmente nas grandes cidades.

A paisagem, segundo Santos (1999), se diferencia de espaço.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 1999, p. 83).

A caracterização do espaço urbano e do homem nele inserido, na condição de urbanizado, é atividade que muitos estudiosos de diferentes campos do saber têm realizado nos últimos tempos. A Sociologia, a Geografia, a História e a Antropologia são ciências que têm se dedicado ao entendimento das complexidades do ser humano e de suas relações sociais.

A construção do espaço urbano se dá no contexto de uma dinâmica cultural, política, social e econômica complexa. Nessa perspectiva Carlos observa que:

O espaço produzido pelo capital fundamenta-se na apropriação privada, que aliena o produtor ao produto; nesse sentido, o espaço se produz a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço. (CARLOS, 1994, p. 22).

A cidade passa por períodos, momentos históricos e gerações que determinam as suas diversas configurações, concretizada tanto em sua forma física, quanto nas relações sociais e empreendidas tanto na produção como no consumo.

Atualmente, são várias as ciências que se desdobram em busca do entendimento e explicações sobre os fenômenos típicos da cidade, porém, os sociólogos franceses e americanos são reconhecidos como os primeiros estudiosos a se embrenharem no complexo mundo do espaço urbano, espaço esse, que possui uma dinâmica de auto-transformação, com poderes de influenciar além de seus limites territoriais. A cidade contribui para mudanças de hábitos em escala local, regional ou até mesmo mundial, dependendo de seu grau de importância dentro do processo de articulação dos sistemas de transporte e comunicação, exigidos para a viabilização tanto do mercado de produtos, quanto do capital financeiro.

Nesse contexto, a cidade expressa uma característica ou um modo de vida. Ela imprime formas de relações sociais com crenças e valores que são estendidas para toda sociedade, evidenciando, assim, hegemonia de uma classe ou classes em uma determinada região. Diante disso, através de uma observação embasada nos parâmetros da dialética “[...] todo ser gera seu próprio contrário. Toda idéia ou fenômeno é uma tese que tende a gerar a sua própria contrária: a antítese” (HEGEL *in* FONTOURA, 1966, p. 138). Pode-se, assim, reiterar que “o conceito de região não está desvinculado de uma ação que é a um tempo social e espacial” (CORRÊA, 1987, p. 47 e 48). Ainda, segundo esse autor:

A ação e controle sobre uma determinada área quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade de classes, com uma dominante, que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional ou, como se refere a literatura, à regionalização. Esta distinção parte da aceitação explícita ou implícita da diferenciação de áreas ao longo da história. A sua ratificação ou retificação se dá a cada momento, conforme os interesses e os conflitos de cada época. (CORRÊA, 1987, p. 48).

As regiões urbanas com seus diversos bairros retratam os mais variados períodos da vida na cidade, exigindo para a sua análise e entendimento uma leitura do espaço urbano segundo uma visão macro, para posteriormente se convergir para o objeto de pesquisa.

O processo de urbanização ocorre devido à concentração de pessoas em um meio natural, onde este passa por alterações físicas no sentido de viabilizar a vida individual e as relações sociais e econômicas, emergindo, dessas, a segregação socioespacial. Sposito, ao trabalhar a questão da segregação, observa que,

[...] ela é social, no sentido amplo do termo, nele se incluindo o econômico, o político, o ideológico etc, mas é ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas é também determinação dos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade. (SPOSITO, 2005, p. 102).

No contexto do capitalismo, observa-se que as relações empreendidas no âmbito urbano ocorrem dentro de dinâmicas antagônicas, e na apropriação do capital pelos possuidores dos meios de produção, mediante, principalmente, a utilização da força de trabalho assalariada. Por essa concepção, entende-se a cidade como um espaço que se concretiza como palco de lutas de classe, ou seja, em um constante processo dialético de produção e reprodução do espaço urbano, segundo as concepções políticas e ideológicas, principalmente dos detentores de poder.

A cidade, sendo algo que tem a sua gênese em um espaço natural, para se consolidar, o altera mediante as relações socioeconômicas que ali serão estabelecidas. Goiânia está inserida nesse contexto, porém, não se pode perder de vista os aspectos políticos que também se inscrevem com peso e destaque no que se refere ao surgimento das cidades, ao seu crescimento, estagnação ou mesmo redução.

Dessa forma, observa-se que a cidade tem uma dinâmica vinculada não só ao meio físico, mas também à política, pois a essa se vincula a dimensão econômica, ou seja, à produção, circulação e consumo, ocorrendo, nesse processo, as relações sociais que dão sustentação à forma de vida no espaço urbano.

A urbanização é a manifestação e a concretização de estilos de vida do ser humano, que se apresenta principalmente mediante a concentração de pessoas, que por um motivo, ou por vários, buscam viver em um espaço reduzido – a cidade. Dessa, é esperado por seus habitantes a satisfação de suas necessidades, que poderão ser modificadas, à medida que vão sendo atendidas. Assim, a vida no espaço urbano é dinâmica e exige, desse, uma dinamicidade para atendê-la. A sua “organização” e “reorganização” se dá conforme a conveniência de quem o controla, tanto através do poder econômico, quanto mediante decisões políticas.

Entender a configuração socioespacial e ambiental em sua totalidade, ao longo da história significa compreender o desenho dessas dimensões, no contexto da configuração de espaços desiguais, contraditórios e certamente com problemas ambientais. Assim, a expansão urbana e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioespacial do lugar se enquadra dentro dessa análise, no sentido de que o desenvolvimento socioeconômico se vê na organização do espaço e, conseqüentemente, nos problemas apresentados.

Para compreender a configuração de uma cidade ou um bairro, faz-se necessário observar sua história de formação, levando-se em consideração seus aspectos políticos, econômicos e sociais, bem como, se torna mister observar os conceitos ligados à ocupação do espaço e à noção do espaço habitado. É através de uma visão holística dos elementos acima

mencionados, que este estudo busca compreender a configuração do espaço, das relações sociais e de produção que nele se estabelecem. Nessa ótica de análise, é importante destacar a teoria de Santos (1988), que nos possibilita um maior entendimento acerca de espaço, sociedade e produção.

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (SANTOS, 1988, p. 61).

Essa observação possibilita maior reflexão sobre a criação e consolidação do espaço urbano. Entende-se que esse, mesmo sendo criado através de um planejamento e aprovado por mecanismos legais pelo Executivo Municipal, não se concretiza em sua plenitude de uma hora para outra; necessita-se, para tal, da vontade política e da interação com os atores que o transforma mediante as relações sociais que nele se empreendem. Assim sendo, observa-se que as ponderações de Santos (1988) acerca de espaço são convergentes ao pensamento de Carlos, pois para essa autora,

Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência de um modo determinado, este modo imprimirá características históricas específicas a esta sociedade e conseqüentemente influenciará e direcionará o processo de produção espacial. (CARLOS, 1994, p. 33).

Percebe-se que, ao longo da História, os espaços podem apresentar novas configurações, no entanto, essas são interligadas a um processo histórico, cultural, social e econômico. Desta forma, o espaço habitado se transforma, de modo completamente diverso do que fora, apesar de trazer em sua forma marcas do período anterior.

Para a criação do meio urbano, o espaço natural se transforma em matéria-prima, principalmente através de instrumentos legais. Esses permitem que o mesmo adquira características e funções, que o insira no mercado, com valor agregado, devido a uma potencialidade de maior maximização de renda e lucro, do que outrora apresentava enquanto espaço rural. Para Moysés,

Um alqueire de terra na zona rural de Goiânia está sendo comercializado, em média, por R\$ 250 mil reais aproximadamente. Ao ser incorporado à zona urbana e parcelado de forma regular, segundo especialistas da área, um alqueire possibilita um ganho que varia entre cinco e seis vezes mais, dependendo da região. Para ser mais preciso, um alqueire, descontados os 35% de áreas institucionais exigidos por lei, permite a produção de 90 (noventa) lotes urbanos com área de 300 m² (trezentos metros quadrados) e chega a ser comercializado em média por R\$ 15 mil reais a

unidade. Em outros termos, um alqueire urbano rende em torno de R\$ 1.350milhão, ou seja, 5,4 vezes mais do que se a terra fosse vendida como gleba. (MOYSÉS, 2005, p. 9).

O avanço da ciência, da tecnologia e a migração do campo para a cidade contribuíram com o processo de incremento da expansão demográfica no meio urbano. O advento do sistema de produção industrial, baseado em um modelo principalmente capitalista, contribuiu para a alteração das relações sociais, tornando o meio urbano cada vez mais artificial. A paisagem natural é substituída por um espaço produzido, resultante das relações inerentes ao modelo industrial e mercantil, ou seja, um espaço voltado para atender aos interesses do mercado em detrimento às necessidades humanas.

No que se refere ao solo urbano de Goiânia, principalmente a partir da década de 1970, o que se percebe é uma corrida desenfreada rumo a mercantilização de terrenos, na maioria das vezes, distantes do centro da cidade e carentes de infraestrutura básica. O fenômeno se agrava ainda mais, na medida em que, o solo urbano se transforma em excelente mercadoria com potencial de viabilização de lucro. O valor dos terrenos decorre de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capitais que se proliferam por todas as regiões de Goiânia, o que acaba por nortear os processos de ocupação de seu espaço urbano. Tudo isso ocorre onde os elementos naturais acabam sendo pouco ressaltados. O que prevalece, na maioria das vezes, é a criação de diversos espaços, isto é, dos loteamentos, no sentido da viabilização do lucro financeiro. Assim, perdem-se os espaços naturais visto que estes se configuram em elementos humanizados, distorcidos do natural e imbuídos de contradições socioambientais.

O que foi descrito acima acerca da produção e configuração do espaço atual, tendo como preponderante as relações sociais e de mercado, pode ser constatado nas observações de Santos.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente. (SANTOS, 1999, p. 51).

Nessas condições, esta dissertação se devota a refletir sobre o espaço urbano nas interações entre perspectivas macro e mico, nas quais a expansão da porção Sudoeste da cidade de Goiânia, e especificamente a Região Macambira/Cascavel e o Setor Faiçalville

constituem instâncias produzidas pelas interações humanas, que lhes dão formas e funções para o atendimento das demandas sociais, políticas e econômicas, nas quais assumem a dimensão de mercadoria conferindo-lhe paisagens.

1.1 Aglomerados humanos e processos de urbanização.

Os primeiros aglomerados humanos datam de período bastante antigo. Conforme Castells (2000), estes apareceram no fim do neolítico. Nessa época, alguns homens já deixavam o estilo de vida disperso para se tornarem seres agrupados em um espaço geográfico relativamente pequeno; era a mudança do nomadismo para o sedentarismo. Os primeiros agrupamentos, denominados de cidades, apresentavam formas e funções totalmente diferentes da configuração dos núcleos urbanos modernos. Esses agrupamentos, embora tenham ocorrido em períodos históricos remotos, representaram o início de um estilo de vida que, através dos anos, entre adaptações e readaptações, pode chegar à complexidade dos grandes centros metropolitanos dos dias atuais.

A dificuldade para o estabelecimento da origem da cidade, no tempo, parece ser expressiva, pois observa-se divergência entre os resultados das pesquisas realizadas. “Ainda se discute sobre a questão de saber se é realmente verdade que a África central, até o presente considerada desprovida de cidades, nunca conheceu civilização urbana antes do período colonial”. (GEORGE, 1983, p.21).

Para Davis (1977), as primeiras cidades datam aproximadamente de 5.500 anos. Segundo este autor, essas eram pequenas e tinham em seu entorno a presença de pessoas do campo. Por esse aspecto, observa-se a possibilidade da existência, nessas cidades, de estilos de vida com características predominantemente rurais, distanciando assim, esses espaços, da condição de cidade, convertendo-os a de vilas, como bem coloca esse autor.

Weber, ao abordar “Conceito e categorias da cidade” (1967), dentre várias ponderações acerca desse tema, faz um paralelo entre o homem citadino atual com os habitantes das primeiras cidades, distinguindo-os pela forma de obtenção dos suprimentos básicos de sobrevivência. Para o autor, “se na atualidade consideramos que o típico habitante da cidade é um homem que não cobre suas próprias necessidades com o cultivo próprio, na maior parte das cidades típicas da Antiguidade (polis) ocorria precisamente o contrário”. (WEBER, 1967, p.79). Essa observação indica que o homem citadino primitivo era envolvido com as atividades primárias; denota, portanto, que as cidades primitivas e seus habitantes se confundiam com os estilos de vida do espaço rural.

Outra observação acerca do surgimento da cidade é feita por Sjoberg (1977). Conforme esse autor, os primeiros e pequenos aglomerados humanos eram homogêneos e auto-suficientes e se dedicavam essencialmente à busca da alimentação. “Sob tais condições não havia possibilidade de acumular comida e, conseqüentemente, a sociedade primitiva

quase não favorecia a especialização do trabalho e a estratificação social”. (SJOBERG, 1977, p. 36).

Para que esse modelo fosse rompido, mudanças foram necessárias, principalmente nos processos de produção e distribuição dos alimentos. A produção em maior quantidade, através do emprego de técnicas de irrigação, possibilitou que no seio dos agrupamentos surgissem pessoas com disponibilidade para se dedicarem a outras atividades. Libertava-se, portanto, o homem da necessidade de se empenhar, única e exclusivamente à busca por comida.

Além da divisão do emprego da força de trabalho nas atividades produtivas, surgiu, também, uma classe dirigente, isto é, uma elite, que se dedicava ao controle e ao governo, e fazia com que aquele modelo de sociedade estratificada funcionasse. Para Sjoberg,

Essa elite, embora numericamente pequena, deve possuir poder político necessário – reforçado por uma ideologia, geralmente de caráter religioso – para assegurar o fornecimento periódico, por parte da população agrícola, de parte substancial de sua produção para a manutenção das cidades. (SJOBERG, 1977, p. 38).

Segundo esse autor, essa elite morava no centro da cidade, área de maior prestígio, local onde se encontravam as estruturas físicas para as práticas religiosas e de governo. Essa concentração facilitava o intercâmbio de idéias entre seus integrantes e, ao mesmo tempo, representava segurança, pois dificultava os ataques externos.

Como já foi citado anteriormente, o aumento da produção de alimentos que possibilitou a divisão das atividades de produção, bem como o aparecimento de uma elite governante, representou um fator que teve uma expressiva contribuição para o surgimento das primeiras cidades, porém, não foram estes os únicos elementos com destaque em tal processo. Faz-se necessário pontuar que, juntamente com esses fatores, a escrita também representou um importante papel no processo de transformação e aprimoramento da organização administrativa, técnico-produtiva e social das primeiras cidades. “A palavra escrita e os números são indispensáveis ao desenvolvimento da Matemática, Astronomia e das outras ciências; sua existência implica, assim, o aparecimento de um grande número de especializações na estrutura social” (*Ibid*, 1977, p. 38). Para esse autor, os incas na região andina, embora tenham se destacado nas atividades arquitetônicas, de engenharia e obtido conquistas militares, não podem ser qualificados como uma sociedade urbana, pois, eles, não contavam com uma linguagem escrita. Era, segundo o autor, povos quase-urbanos.

Castells (2000), em trabalho que aborda a questão urbana, também destaca como elementos relevantes para o surgimento das primeiras cidades, os fatores naturais, a produção e a forma em que a sociedade estava organizada. Para esse autor,

As investigações arqueológicas mostraram que os primeiros aglomerados sedentários e com forte densidade de população (Mesopotâmia, por volta de 3.500 a. C, Egito 3.000 a. C., China e Índia, 3000-2500 a. C) aparecem no fim do neolítico, no momento em que as técnicas e as condições sociais e naturais do trabalho permitiram aos agricultores produzir mais do que tinham necessidade para subsistir. A partir deste momento um sistema de divisão e de distribuição se desenvolve, como expressão e desdobramento de uma *capacidade técnica* e de um nível de *organização social*. (CASTELLS, 2000, p. 41 e 42).

Tanto Sjoberg (1977) quanto Castells (2000) destacam o espaço geográfico e as condições técnicas como relevantes no processo da gênese da cidade. Observá-los, juntamente com os elementos sociais e econômicos, é perseguir um norteador para o entendimento do espaço urbano.

O espaço geográfico desempenhou um importante papel como posição³³ e sítio³⁴, para possibilitar não só a gênese da cidade, como também contribuiu para a consolidação dos núcleos urbanos. Qualquer cidade tem a sua origem em uma paisagem natural e, para se consolidar, a altera mediante as relações sociais de produção e consumo que ali serão estabelecidas. Assim, a cidade nunca foi um elemento desvinculado do espaço onde é edificada; ela é algo que age e interage com o meio natural, pois desse, depende, em parte, a sua sobrevivência. Conforme George,

As relações geográficas entre a cidade e seu meio natural são definidas em duas escalas diferentes: a regional e a local [...]. As relações geográficas em escala regional abrangem a posição ou a situação da cidade; em escala local trata-se de sítio. Essas duas noções, embora difiram das de irradiação da cidade e de espaço ocupado pela cidade, que são fatos de natureza humana, podem ser fatores determinantes desses mesmos fatos. (GEORGE, 1983, p. 36).

Observando as ponderações desse autor, no que se refere à posição e sítio, constata-se a necessidade da consideração desses conceitos para o entendimento do surgimento e consolidação das cidades, pois, ao expressar que os fatos de natureza humana,

³³ A posição pode ser definida como a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez, está vinculado à facilidade de expansão. (GEORGE, 1983, p.36)

³⁴ O sítio é definido como o quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos em suas origens. (Idem, p. 37).

tais como irradiação da cidade e espaço ocupado pela cidade, poderem ser determinados pelas noções de posição e sítio, evidencia-se a importância do espaço geográfico na instalação da cidade.

Sjoberg (1977) observa que as cidades surgiram onde as condições naturais, tais como solo fértil e recursos hídricos, apresentassem maiores oportunidades para a sobrevivência humana. Para Sjoberg,

Essas condições existem em determinadas condições geológicas e geográficas, e nelas foi que surgiram as primeiras cidades. [...] formaram-se por volta de 3500 A.C., no vale compreendido pelo Tigre e o Eufrates. Além de solo fértil e do generoso suprimento de água de que dispunha, encontrava-se na região um cruzamento de estradas que era desde séculos um meio de comunicação entre povos de diferentes culturas. [...] O vale do Nilo foi também uma região urbanizada em tempos remotos. Em 3100 A.C., segundo documentos egípcios de períodos posteriores, já havia comunidades urbanas ao longo do Nilo. (SJOBORG, 1977, p. 38 e 39).

Nessas observações do autor, além das questões naturais, como dimensões relevantes para a fixação do homem em um lugar, constatam-se, também, a importância da comunicação e a possibilidade da mobilidade humana. Ambas contribuíam para fazer com que o homem, ao se deslocar, encontrasse os elementos que iriam atraí-lo para a mudança de estilo de vida, passando do nomadismo à fixação de moradia, alterando não só o seu estilo de vida, como também, contribuindo para atrair novos moradores, estabelecendo, portanto, um modo sedentário de se viver. Essas mudanças permitiram surgir os primeiros espaços com aglomerações humanas, configurando de forma rudimentar a gênese das primeiras cidades.

Ainda ponderando acerca do surgimento das cidades, torna-se necessário abordar os maias e os astecas, povos do Continente Americano, mais especificamente da América Central, que demonstraram ter domínio da Matemática e Astronomia, o que segundo Sjoberg (1977), não seria possível sem a existência de aglomerações com características de espaços urbanos, que representavam pólos atrativos de integrantes da elite culta existente à época. Conforme esse autor,

Em Tical, cidade maia na Guatemala, aproximadamente 3.000 construções foram localizadas em uma área de 6,2 milhas quadradas; apenas 10% dessas construções são centros cerimoniais e, talvez, 60% tenham sido residenciais. Se tomarmos como média familiar a metade da hoje existente na região (5,6 pessoas), a população de Tical seria de mais de 5.000. (SJOBORG, 1977, p. 40).

Tanto as primeiras cidades do norte da África, Europa e Ásia, quanto as da América Central, contaram, para seus surgimentos, com a participação de uma classe

dirigente, da chamada elite culta. Porém, no aspecto do espaço geográfico, as cidades maias e astecas diferem daquelas, visto não terem contado com grandes rios. “Uma das razões foi o cultivo do milho, alimento que não requer muito esforço para sua produção, compensando a técnica rudimentar e a ausência de rios”. (SJOBORG, 1977, p. 42).

Na abordagem do surgimento das cidades, é importante, também, destacar o papel dos povos que conquistavam territórios e fundavam nesses, cidades para garantir a hegemonia sobre a região conquistada. Era a época dos impérios, com participação dos persas, fenícios, gregos e romanos. “Foi Roma o império que mais contribuiu para difundir cidades em regiões não-urbanas do oeste - França, Inglaterra, Países Baixos, a região alemã a oeste do Reno, Europa central e mesmo a Europa oriental” (SJOBORG, 1977, p. 45). Assim, as cidades que surgiam na época dos impérios já nasciam para atender a um sistema de domínio de um povo em relação a outro.

Castells (2000), ao abordar a questão urbana, destaca que as cidades imperiais possuem características que evidenciam as funções de comércio e de governo, expressando, portanto, o cenário em que a cidade irá se apresentar após a queda do Império Romano, pois tal fato “ocasiona quase o desaparecimento da forma sócio-espacial da cidade, pois tendo as funções político-administrativas centrais sido substituídas pelas dominações locais dos senhores feudais”. (CASTELLS, 2000, p. 43).

As cidades, estando imersas nesse contexto histórico, possibilitam o surgimento, em seu interior, de uma classe que se dedica ao comércio. São os negociantes que estabelecem uma nova forma de organização da economia; essa deixa de ser voltada para a subsistência e projeta-se para uma dinâmica que possibilita a manufatura, caracterizando, portanto, uma nova fase da cidade e da sociedade que a formava.

Como a cidade medieval representa a libertação da burguesia comerciante na sua luta para emancipar-se do feudalismo e do poder central, sua evolução será bem diferente conforme os laços estabelecidos entre burguesia e nobreza. Assim, onde estes laços foram estreitos, as relações entre a cidade e o território circunvizinho, dependendo dos senhores feudais, organizaram-se de modo complementar. E, ao inverso, o conflito destas classes ocasionou o isolamento urbano. (CASTELLS, 2000, p.44).

Tomando as observações desse ator, no que tange a gênese da cidade, constata-se que essa, em sua evolução histórica, chega a um estágio que significa a transição para o modelo de produção baseado no capitalismo industrial, o que representou uma nova e complexa fase dos núcleos urbanos.

Ao longo dos períodos históricos as cidades passaram por profundas transformações, ganhando formas e funções compatíveis com as manifestações políticas, ideológicas, religiosas e culturais. Esses aspectos, relacionados às dinâmicas de produção e consumo de cada época, fizeram da cidade um pólo com características para atrair a espécie humana.

Os espaços urbanos, com a configuração que hoje conhecemos, são elementos relativamente recentes na composição do cenário mundial. “Antes de 1850, nenhuma sociedade poderia ser descrita como predominantemente urbana e, em 1900, apenas a Grã-Bretanha atingia essa condição”. (DAVIS, 1977, p. 14). Em estudos realizados por este autor no Centro – *International Population and Urban Research* – na Universidade da Califórnia, em Berkeley, foram obtidos dados reveladores do processo de urbanização da humanidade, que possibilitaram observar seu ritmo de aceleração. “Entre 1850 e 1950, o ritmo foi bem maior que o ocorrido entre 1800 e 1850, mas o ritmo entre 1950 e 1960 foi duas vezes maior que o dos 50 anos precedentes”. (DAVIS, 1977, p. 14).

Pensar em urbanização simplesmente como o crescimento das cidades, segundo esse autor, é um equívoco. Na sua avaliação,

[...] o processo de urbanização – a passagem de uma forma diluída de população para uma concentração em centros urbanos – é uma mudança que tem um início e um término, mas o crescimento das cidades não tem limite. Tal crescimento poderia continuar mesmo depois que toda a população estivesse vivendo em cidades, simplesmente por um aumento vegetativo. (DAVIS, 1977, p. 15).

O autor, ao abordar a urbanização e o crescimento das cidades, indica que esse processo pode ocorrer independente daquele. Por essa ótica, a urbanização da humanidade não ocorre de forma igual ao longo de sua história. Atualmente, a migração do homem rural para a cidade, isto é, o processo de urbanização já não tem a mesma expressão que tivera no passado. Nem por isso as cidades param de crescer, salvo em situações atípicas, conjunturais, ou mesmo estruturais que interferem em sua dinâmica natural. Para Davis (1977), o crescimento das cidades “advém, em maior parte, do crescimento global da população, [...] enquanto a população humana continuar a se expandir, o mesmo ocorrerá com as cidades, independente da urbanização”. (*Ibid*, 1977, p. 33).

Esse autor, ao se manifestar acerca do crescimento das cidades, expressa um pensamento que segue uma direção muito parecida com a teoria Malthusiana³⁵. Davis observa que “parece claro que a única maneira de parar o crescimento das cidades e de resolver a maior parte dos problemas urbanos que afligem tanto as nações desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas é reduzir o crescimento demográfico”. (*Ibid*, 1977, p. 35).

Levando-se em consideração que as ponderações do autor são da década de 1970, as suas observações para a época estavam bastante contextualizadas, isto é, dentro de uma dinâmica social, política, econômica e tecnológica, em que a população mundial crescia de forma bastante significativa e as cidades se expressavam como pólos atrativos dos seres humanos.

Mumford (1982), em “A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas”, ao abordar o crescimento das cidades, afirma que:

A base da aglomeração metropolitana acha-se no tremendo aumento de população que se verificou durante o século XIX: esse aumento provavelmente ultrapassou, em termos tanto relativos quanto absolutos, o que se deu nos tempos neolíticos, e que tornou possível as conquistas originais do urbanismo. [...] Em 1800, nem sequer uma cidade do mundo ocidental tinha um milhão de habitantes: Londres, a maior delas, tinha apenas 959.310, ao passo que Paris tinha pouco mais de meio milhão, [...] Em 1850, Londres tinha mais de dois milhões e Paris mais de um milhão de habitantes. [...] Mas, em 1900, onze metrópoles de mais de um milhão de habitantes tinham passado a existir, inclusive Berlim, Chicago, Nova Iorque, Filadélfia, Moscou, São Petersburgo, Viena, Tóquio e Calcutá. (MUMFORD, 1982, p. 570 e 571).

Movendo-se das ponderações desse autor, e se aportando em análises mais recentes acerca do crescimento da população, encontra-se um mundo com um grau de urbanização surpreendentemente maior, e apresentando um impressionante nível de complexidade. Para Davis,

A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previa o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550. Com efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse. (DAVIS, 2006, p. 13 e 14).

³⁵ A teoria Malthusiana foi criada no começo do século XIX por Thomas Robert Malthus (1766-1834). Segundo Malthus, “existe um problema demográfico no mundo, porque a força da paixão entre os sexos é maior do que a força da natureza. Disso decorre o princípio da população, segundo o qual a população cresce em progressão geométrica e os meios de subsistência em progressão aritmética”. (SOUZA, 1999, p. 148).

Ratificando as colocações desse autor, pode-se constatar através da tabela 3, embora seja apenas de dois Estados e suas respectivas capitais, o indicativo da possibilidade do Brasil estar atualmente inserido na tendência mundial da transferência do homem rural para a cidade, fazendo dessa o seu *hábitat* e nessa, se transformando em ser urbanizado.

Tabela 3 - População total urbana e rural residente nos Estados de São Paulo e Goiás, e em suas respectivas capitais, conforme os últimos quatro Censos do IBGE.

Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000
São Paulo	Total	17.770.975	25.042.074	31.588.925	37.032.403
	Urbana	14.277.802	22.196.896	29.314.861	34.592.851
	Rural	3.493.173	2.845.178	2.274.064	2.439.552
Goiás	Total	2.938.029	3.860.174	4.018.903	5.003.228
	Urbana	1.239.088	2.401.098	3.247.676	4.396.645
	Rural	1.698.941	1.459.076	771.227	606.583
São Paulo – SP	Total	5.924.612	8.493.217	9.646.185	10.434.252
	Urbana	5.872.318	8.337.092	9.412.894	9.813.187
	Rural	52.294	156.125	233.291	621.065
Goiânia – GO	Total	380.773	717.519	922.222	1.093.007
	Urbana	363.006	703.640	913.485	1.085.806
	Rural	17.767	13.879	8.737	7.201

Fonte: IBGE – <http://www.sidra.ibge.gov.br> (Acessado em 10/10/2008).

De acordo com a tabela 3, a população urbana do Estado de São Paulo apresentou crescimento em todos os quatro censos. Já em seu meio rural, tendo como base o censo de 1980 e de 1991, constata-se uma redução do número de seus habitantes. De 1991 para 2000, houve um pequeno aumento do número de habitantes na sua zona rural, porém, entende-se não ter grande relevância, diante do aumento de sua população urbana. Quanto à situação em sua capital, observa-se que o número de habitantes em seu meio urbano apresentou crescimento em todos os censos, fato que ocorreu também em seu meio rural, mas sem condições de desbancar a sua posição de município extremamente urbanizado.

Analisando o Estado de Goiás no que se refere ao processo de urbanização, observa-se que a passagem do modo de vida rural para o urbano também foi constatada nos últimos quatro censos, ocorrendo, inclusive, redução em termos absolutos no número de habitantes em todos os censos constantes da tabela 3. Também pode ser observado, nessa

tabela, que em Goiânia, o seu espaço urbano apresentou um número de habitantes crescente e já em seu espaço rural, o que se verifica é uma redução do número de moradores.

O Estado de São Paulo e de Goiás, embora, sendo distintos nos aspectos históricos, econômicos e sociais, em que a capital daquele ultrapassa quatrocentos anos, a deste não chegou sequer há um século, ainda assim, no que se refere à urbanização, a Capital Goiana mostra que já se encontra imergida, na complexa realidade do mundo moderno e urbanizado, haja vista a presença, em seu espaço, de elementos típicos dos grandes centros, tais como: shopping center, centro de cultura e convenções, grandes condomínios horizontais fechados, grandes hospitais, universidades, emissoras de comunicação etc., bem como a realização de eventos científicos, econômicos, esportivos e culturais com abrangência nacional e internacional, fazendo com que se manifeste em seu centro urbano a dinamicidade de um espaço integrado à modernidade e ao estilo de vida das grandes metrópoles brasileiras, porém, mesclado com o modo e relações tradicionais e rurais.

Portanto, quanto às ponderações de Davis (2006) e dos demais autores que anteriormente já foram mencionados, constata-se que a humanidade, ao “trilhar” um longo caminho, passando por vários momentos históricos, foi modificando o espaço geográfico, agindo e interagindo socialmente para se inscrever como seres presentes em todas as partes do mundo, em algumas, com menor densidade demográfica, porém, em outras, com fortíssimas concentrações.

Tendo Castells (2000), como mais um suporte teórico para a análise do processo de urbanização, constata-se, mediante as suas ponderações, que a indústria representou e representa um relevante papel em tal processo. Essa, quando se instala na cidade, devido à existência da mão-de-obra e do mercado, gera postos de trabalho que, conseqüentemente, irão atrair pessoas para o espaço urbano. A indústria, também, ao se instalar em local que tem oferta de matéria-prima, infra-estrutura e de transporte para a circulação de mercadorias, pode, também, contribuir para a urbanização. Assim, a indústria é tanto um elemento induzido pela cidade, quanto indutor desta, porém, em ambos os casos existem a possibilidade da ocorrência do processo de urbanização do homem e do crescimento da cidade. Para Castells,

O termo *urbanização* refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana. (CASTELLS, 2000, p. 46).

Além das análises desse autor, sobre a urbanização da humanidade, e a sua participação no processo de crescimento da cidade, relacionando tais fatos ao processo de produção, encontra-se também em Lefebvre (1999) uma contribuição para se refletir acerca do processo de urbanização. Pois, para esse autor, “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Assim, tanto esse autor quanto Castells nos indicam que o estilo de vida moderno, onde o ser humano se encontra aglomerado a um determinado espaço geográfico, caracterizando a cidade, tem uma forte interação com a organização produtiva moderna. As organizações produtivas necessitam da população e a população se agrega em prol de sua sobrevivência, e essa depende da produção. É a interdependência entre elementos que somente na aparência se apresentam como independentes. Pois, na essência, esses se penetram, se complementam.

Porém, o fenômeno da urbanização pode ser refletido por meio de outra vertente que avança além da industrialização, produção e consumo. Ela pode ser tratada por uma ótica que a visualiza como cultura da sociedade moderna, ou até mesmo pós-moderna, que dissemina a forma urbana de se viver além de suas fronteiras. “[...] “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. (*Ibid*, 1999, p. 17). Em trabalho abordando a questão da urbanização, Souza, afirma que

A urbanização e o urbano devem ser vistos sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho. Ser urbano, hoje, não significa necessariamente viver no espaço físico da cidade. A questão urbana é de uma magnitude diferente. Ela ultrapassa as fronteiras físicas da cidade. (SOUZA, 1995, p. 65).

As afirmativas dessa autora contribuem também para o entendimento de que não é mais possível pensar o espaço urbano somente em seu âmbito, faz-se necessário analisá-lo sob a ótica das interações e articulações dos processos produtivos modernos, onde parece que a cidade sobrepõe seu estilo de vida além de suas fronteiras, determinando às pessoas, não só as formas de se produzir, mas também de se relacionar socialmente.

O espaço urbano moderno é algo que cria estilos de vida condizentes com os processos de produção industrial, da circulação de mercadorias e do rápido deslocamento das pessoas. Essas, em suas residências, locais de trabalho e em seus trajetos, são “bombardeadas” através dos modernos meios de comunicação, por publicidades que lhes oferecem, não só produtos e serviços, como também uma cultura urbana. É imposto ao ser humano um estilo de vida completamente diferente do que era vivenciado na época pré-industrial. Hoje, o

homem em sua maioria pode ser visto como um ser urbanizado, por mais que pareça um paradoxo dizer isso, levando-se em conta que muitas pessoas não residem em espaços urbanos propriamente ditos.

1.2 As relações socioambientais no espaço urbano contemporâneo

Para a sustentação teórica da discussão acerca do tema dessa dissertação, isto é, a expansão urbana de Goiânia rumo à sua porção Sudoeste – Região Macambira/Cascavel e os aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Façalville, busca-se amparo teórico-metodológico na perspectiva multidisciplinar das ciências Geográficas, Históricas, Econômicas e Sociológicas. Conforme Wirth,

Geógrafos, historiadores, cientistas, economistas e cientistas políticos incorporaram os pontos de vista das suas respectivas disciplinas em definições diferentes da cidade. Embora de nenhum modo se pretenda superá-las, a elaboração sociológica de uma abordagem da cidade poderá casualmente servir para chamar a atenção para as inter-relações entre elas existentes, por meio da ênfase dada às características peculiares da cidade como uma determinada forma da associação humana. Uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. (WIRTH, 1967, p. 99 e 100).

As ponderações desse autor mostram que as definições de cidade perpassam por meandros de várias ciências e estão carregadas de ideologia³⁶. Nessa perspectiva, faz-se necessário que se aborde o surgimento dos primeiros pensamentos acerca das relações sociais que ocorreram no século XIX, que contribuíram para o afloramento de diversos fenômenos sociais e que requeriam respostas explicativas.

No século XIX, a sociedade européia, principalmente a inglesa, se encontrava em meio a profundas transformações na sua organização de produção, distribuição e consumo. Londres apresentava um enorme crescimento populacional. De acordo com Mumford (1982), em 1800, Londres contava com 959.310 moradores; já em 1850, possuía mais de dois milhões de habitantes, denotando, assim, a ocorrência da urbanização daquela sociedade. Porém, tal fenômeno não se dava unicamente na Inglaterra; acontecia também em outros países, como por exemplo, na França – Paris e Estados Unidos – Chicago e Nova Iorque.

A rápida urbanização trazia consigo a necessidade da organização e reorganização da vida no espaço urbano. Era imprescindível também discutir e analisar as relações sociais naquele espaço, que, na maioria das vezes, se inscrevia como ambiente de interesses antagônicos.

³⁶ Idéias ou crenças partilhadas que servem para justificar os interesses dos grupos dominantes. Há ideologias em todas as sociedades em que existem desigualdades enraizadas sistemáticas entre os indivíduos. O conceito de ideologia tem ligação estreita com o de poder, na medida em que os sistemas ideológicos servem para legitimar o poder diferenciado detido por grupo. (GIDDENS, 2004, p. 694).

Conforme se abordou anteriormente, a sociologia, dentre as outras, parece ser a que permite entender com mais clareza a realidade do processo de urbanização. Entretanto, não se quer descartar as contribuições das outras ciências, pois em muitos aspectos, as definições relativas à urbanização, à cidade e às relações socioambientais são convergentes.

Feitas essas considerações sobre a Sociologia, ciência onde se busca maior sustentação para o entendimento do espaço urbano, principalmente a partir do período pós-revolução industrial, entende-se agora, ser o momento de se refletir acerca da cidade no mundo contemporâneo e as relações socioambientais em seu espaço. Para Wirth,

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de “urbano” não é medido inteira ou precisamente pela proporção da população total que habita as cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo. (WIRTH, 1967, p. 98).

Tendo, conforme afirma esse autor, a cidade como um centro controlador da vida econômica, política e cultural, pode-se, visualizar em seu meio, principalmente, nos espaços dos grandes centros urbanos, as contradições e as expressões máximas de desigualdades sociais e formas de relações socioambientais não saudáveis. Em Choay (2002), observa que Friederich Engels, em 1845, denunciava os problemas das grandes cidades da época, apontava a miséria do trabalhador nas indústrias da Inglaterra. Procedeu também, em anos posteriores, com denúncias mostrando a situação das condições de moradia naquele país, pela classe desprovida de recursos financeiros. Engels, em estudos no século XIX observa que “ruas não são normalmente nem planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem escoamento de água mas, em troca, semeadas de poças estagnadas e mal cheirosas”. (ENGELS, 2002, p. 141).

Ainda pontuando acerca das questões socioambientais, no espaço urbano, e buscando o pensamento de Marx sobre a cidade, depara-se com sua afirmativa de que “a história de qualquer sociedade até nossos dias é a história da luta das classes”. (MARX, 2002, p. 147). Choay assegura que

[...] esta luta, em suas fases decisivas, desenrola-se na cidade, berço da burguesia e mais tarde do proletariado industrial, esses dois motores da história e da revolução. Através do tempo, a cidade desempenhou, pois, um duplo papel, alienante e libertador, A cidade industrial do século XIX é um momento – único talvez – dessa dialética. (CHOAY, 2002, p. 147).

A concepção apontada por Marx possibilita-nos a realização de um deslocamento no tempo, e empregá-la nos dias atuais, para compreender as contradições existentes na cidade de Goiânia, na qual a dialética, presente na organização e reorganização de seu espaço urbano, tem denotado que marcou e marca presença.

Marx, ao abordar o crescimento das cidades, na Inglaterra do século XIX, constrói um retrato que se aproxima da distância social e da diferença social no contexto da apropriação socioespacial na realidade atual.

[...] as antigas cidadezinhas compactas tornaram-se centros em torno dos quais se erguem de todos os lados, construções que não deixam o ar penetrar por nenhuma parte. Os ricos, não os achando mais agradáveis, vão para outros bairros, que os agradam mais. Os sucessores desses ricos vêm ocupar, então, suas grandes casas; uma família instala-se em cada quarto, muitas vezes até com sublocatários. Foi assim que uma população inteira se instalou em habitações que não foram construídas para ela e onde ficou totalmente deslocada, entregue a influências degradantes para os adultos e perniciosas para as crianças. (MARX, 2002, p. 150).

Engels e Marx veem a cidade como um espaço onde se manifesta a dialética da luta de classes que ocorre entre burguesia e proletariado. A dominação e exploração do trabalho, pelo capital, se expressa na profunda pobreza da classe proletária. Ambos entendem que tal situação, para ser resolvida, será necessária a ocorrência da revolução social. Assim, o espaço da cidade pode se apresentar tanto como palco para a realização das lutas operárias, no processo das mudanças sociais, quanto pode ser objeto a ser mudado pela própria sociedade.

Saindo da concepção de Engels e Marx, sobre a cidade ocidental, isto é, de uma visão econômica, como elemento onde ocorre a produção industrial capitalista e materializa a desigualdade social, chega-se à abordagem Weberiana do espaço urbano. Para Weber, “[...] o conceito de “cidade” tem que ser encaixado em outra série de conceitos, além dos conceitos econômicos usados até agora, quer dizer, em conceitos políticos”. (WEBER, 1967, p. 82). “Na perspectiva de Weber, os fatores econômicos eram importantes, mas as idéias e os valores tinham o mesmo impacto sobre a mudança social”. (GIDDENS, 2004, p. 13). Segundo esse autor, “O capitalismo não era dominado pelo conflito de classes, como Marx defendia, mas pelo avanço da ciência e da burocracia – organizações de grande dimensão. Para Weber, o caráter científico era um dos traços mais característicos do Ocidente” (*Ibid.* 2004, p.15).

Weber, em suas abordagens teóricas, distanciou-se do funcionalismo de Augusto Comte e Émile Durkheim, da perspectiva do conflito de Karl Marx e se direcionou para o

interacionismo simbólico³⁷ de George Herbert Mead. Nessa perspectiva, “Weber adotou como ponto de partida a capacidade que os indivíduos tem de agir de forma criativa sobre o mundo exterior” (GIDDENS, 2004, p.16).

Além das tendências de abordagens teóricas de alguns pensadores da sociologia, é importante acrescentar à reflexão sobre a cidade e às relações socioambientais em seu espaço, as idéias do pós-modernismo³⁸, bem como os pensamentos de Manuel Castells sobre a economia em rede³⁹, como elementos que poderão, também, a exemplo das outras teorias, e pensadores, anteriormente mencionados, possibilitar uma melhor visibilidade de nosso objeto de pesquisa.

A criação do espaço urbano moderno, as relações socioambientais que ocorrem nesse espaço, não são mais acontecimentos isolados, restritos a uma determinada região. Atualmente, os fatos se conectam como bem expressa Castells (2004), em redes de informação, e o sistema econômico também se dá em rede. Logo, as pessoas se relacionam no tempo e no espaço geográfico construído, no caso a cidade, dentro de uma dinâmica diferente de outrora. É o mundo moderno globalizado que dita as normas de convivência, criando a subjetividade e o simbólico no espaço não só urbano, como também, onde as suas influências conseguem chegar através dos meios de comunicação. Para Castells,

[...] o simbólico urbano deve sua especificidade precisamente à articulação das formas culturais do quadro espacial de vida com o sistema geral das ideologias e, sua expressão formal. [...] o espaço urbano não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada, por um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana. (CASTELLS, 2000, p. 306 e 308).

³⁷ Segundo Giddens, “O interacionismo simbólico nasce de uma preocupação com a linguagem e o sentido. [...] Mead defendia que os seres humanos dependem de símbolos partilhados e entendimentos comuns nas suas interações uns com os outros. [...] Os sociólogos influenciados por esta corrente teórica centram muitas vezes a sua atenção na interação face-a-face e nos contextos da vida quotidiana, realçando a importância do papel dessas interações na criação da sociedade e de suas instituições”. (GIDDENS, 2004, p. 18).

³⁸ Pensadores do pós-modernismo afirmam que: “O nosso mundo está a ser refeito. A produção em massa, o consumidor de massas, a grande cidade, o Estado-nação, estão em declínio: flexibilidade, diversidade, diferenciação e mobilidade, comunicação, descentralização e internacionalização estão em ascensão. Neste processo, as nossas próprias identidades, o nosso sentido do eu (self), as nossas próprias subjetividades estão a ser transformadas. Estamos em transição para uma nova era. (S. HALL *et al.*, 1988, *apud.* GIDDENS, 2004, p. 676).

³⁹ Sobre a economia em rede, Castells afirma que: A sociedade da informação [...] é marcada pelo surgimento das redes e da *economia em rede*. A nova economia, que assenta nas ligações possibilitadas pelas comunicações globais, é, certamente, capitalista. Contudo, a economia capitalista e a sociedade de hoje são muito diferentes das do passado. A expansão do capitalismo não se baseia, em primeiro lugar, como Marx pensava, na classe trabalhadora ou no fabrico de bens materiais. Ao invés, as telecomunicações e os computadores são a base da produção (CASTELLS, *apud.* GIDDENS, 2004, p. 680).

Essas considerações de Castells, sobre o espaço urbano, possibilitam entender que o meio urbano sofre interferências tanto do imaginário de seus habitantes, quanto do conjunto das idéias desses, que poderão direcionar as suas ações para a criação e modificação do espaço da cidade. Em tal processo, não são menos importantes os interesses políticos e econômicos de seus habitantes, bem como de grupos ou indivíduos externos ao seu meio que possuem, também, tais interesses. “A significação simbólica da cidade é importantíssima na medida em que inscreve na sua construção e nos seus monumentos a sua história e a das suas relações com os espaços exteriores que ela controla”. (RÉMY e VOYÉ, 1997, p. 47).

Assim, entende-se que as relações socioambientais no espaço urbano de Goiânia ocorrem dentro do imaginário, da valorização simbólica que a população tem de seu espaço, como também da dinâmica da produção capitalista, da criação de mercadorias, e da propriedade privada. “Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo”. (MARX, 2003, p. 231). Quanto à produção, Marx ainda pondera que

[...] a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois termos. A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais e que, sem ela, não teria nenhum objetivo. Por seu lado, o consumo é também o intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos. Só no consumo o produto conhece sua realização última. (MARX, 2003, p. 235).

Analisando essas observações de Marx, percebe-se que no espaço urbano é muito comum o consumo para a produção e a produção para o consumo, momento este, em que a produção se torna produto. “O produto, ao contrário do simples objeto natural, não se afirma como produto, não se *torna* produto, senão pelo consumo”. (MARX, 2003, p. 236).

Diante das observações de Marx, sobre a criação das mercadorias e a evidente dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, constata-se que essas se transformam, tanto em termos de rapidez quanto em escala de magnitude, aguçando no cidadão a sua percepção simbólica em relação à configuração do espaço da cidade onde vive. Para Jeudy,

Mesmo que uma torre tenha sido destruída, ou que um monumento seja derrubado, sua destruição seguida de sua ausência permanecerão na memória dos cidadãos. A cidade se nutre de tudo que serve de signo porque tudo é chamado a funcionar como signo, de forma fugida ou durável. Este sobrepeso de signos e de suas potencialidades incomensuráveis passa a traçar as condições da aventura da percepção cotidiana da cidade. [...] Quando tentamos voltar a ver os lugares onde vivemos, ficamos desde logo fascinados pela relação estranha imposta pela cidade, entre o que desapareceu e o que foi recentemente construído, e somos cativados por esse movimento de substituição reversível que estimula a memória antes que nasça a desolação. (JEUDY, 2005, p. 82 e 89).

Esse autor nos ajuda a entender que a cidade é realmente dinâmica, que seus habitantes se inscrevem nessa dinamicidade de transformação do espaço urbano e se transformam mediante as relações sociais que nele ocorrem. Assim, entende-se que o espaço urbano, para ser valorizado e preservado, depende da interação simbólica das pessoas com a cidade. Pois do contrário, as relações socioambientais se darão em um processo de apatia e indiferença. O homem, principalmente das grandes cidades, pode se apresentar como indivíduo alheio, insensível e até mesmo enfadado com o mundo que o rodeia.

Simmel (2002), ao abordar a questão do homem enfastiado, afirma que

O que define o homem enfastiado é que ele se tornou insensível às diferenças entre as coisas; não é que não as perceba, não é que seja estúpido, é que a significação e o valor dessas diferenças e, pois, das próprias coisas, para ele resulta negligenciável. Os objetos aparecem-lhe com uma tonalidade uniformemente insípida e cinza, nenhum sendo julgado digno de preferência. (SIMMEL, 2002, p. 333).

Conforme as pontuações desse autor, entende-se que as manifestações do cidadão em relação ao seu meio, isto é, quanto ao espaço urbano, estão subjacentes à organização socioeconômica da cidade. A segregação em seu espaço pode levar seus ocupantes a terem olhares diferentes sobre o meio em que vivem, inclusive quanto aos aspectos ambientais. “A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui”. (BOURDIEU, 1999, p. 163 e 164). Essa afirmativa de Bourdieu indicando a não igualdade na apropriação do espaço urbano, nos conduz ao entendimento de que o espaço da cidade é o espaço das contradições sociais, expressão máxima da desigualdade social, onde iguais, movidos de forma oculta pelo inconsciente, e mais visivelmente pelo poder de compra, se agrupam formando na cidade espaços de *habitat* desiguais, com moradores apresentando hábitos diferentes, inclusive no que se refere às relações socioambientais. “Se o *habitat* contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o *habitat* através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer”. (BOURDIEU, 1999, p. 165).

Essa ponderação de Bourdieu, juntamente com a observação de Castells (2000), é relevante para o entendimento do conteúdo dos espaços criados no contexto da expansão da cidade de Goiânia rumo à porção Sudoeste. Ou seja, de que o espaço urbano não é um texto já escrito, mas sim uma tela, permanentemente reestruturada, que pode ser vistas como premissa para o entendimento de que a “tela” urbana não é recomposta de forma igual em todo espaço

urbano, pois esse se apresenta como um mosaico de formas e funções inerentes às condições econômicas de seus habitantes. O mosaico urbano expressa o espaço social da cidade. Por mais desigual que seja o espaço social, as partes desse, se comunicam, agem e interagem, mesmo que essa interação ocorra no contexto da desigualdade, da diferenciação. Para Ledrut,

Uma cidade não é mera justaposição de partes. No espaço social, as diversas frações da extensão urbana se relacionam umas com as outras. A diferenciação da coletividade urbana não suprime esses relacionamentos, muito pelo contrário. Apenas modifica-lhes o caráter. (LEDRUT, 1971, p. 129).

No mosaico urbano, pode-se destacar como símbolo da estratificação social e segregação, os condomínios horizontais fechados. Porém, mesmo nessa condição não foge ao que é apresentado pelo autor acima. O seu espaço é fechado, contudo, seus habitantes não vivem sem se relacionar com o espaço social da cidade, cujo condomínio se encontra edificado. Ainda, sobre condomínio horizontal fechado, observa-se outro aspecto, isto é, a questão da paisagem urbana, e dos elementos que essa oferece ao cidadão como signos. Para Bernardes,

No caso dos condomínios fechados, esses emblemas totêmicos respondem aos anseios da população, ou seja, de parte da população para a qual são dirigidos. Entretanto, com o tempo, essa maneira de habitar é assimilada e ninguém mais parece estranhar o quanto interfere na paisagem urbana. (BERNARDES, 2005, p. 197).

Essa observação da autora vem denotar que o cidadão, como Jeudy (2005) já mencionou, se nutre de signos para se viver no espaço urbano, onde esses são assimilados, passando a fazer parte da visão simbólica que o tem da cidade, contribuindo, portanto, para direcionar as suas relações socioambientais e econômicas. Assim, ao se alterar a paisagem urbana, o cidadão também se modifica e se apresenta em duas condições diferentes, ou seja, ele tanto pode ser produtor de seu *hábitat*, como desse ser produto.

As relações socioambientais, que ocorrem no processo de produção do espaço urbano, não se dão de forma desvinculada e alheia aos aspectos políticos e econômicos. Referindo-se a essas, Ledrut, afirma que,

Hoje, em dia, os promotores, os dirigentes de cadeias comerciais podem, ao menos em parte, modelar a cidade. Esses “empresários” são realmente agentes urbanos, uma vez que não são estranhos à cidade onde estão estabelecidos e onde desenvolvem suas atividades. (LEDRUT, 1971, p. 20).

Na participação dos empresários, representando o poder econômico na produção do espaço urbano, acrescenta-se ainda, a participação dos promotores de vendas. Pois, conforme Lefebvre,

Eles o concebem e realizam sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim urbanismo. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiado; lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. (LEFEBVRE, 1991, p. 25).

Além do poder econômico aqui apresentado, como elemento possuidor de forças para criar e recriar o espaço urbano, também se inscreve, nesse processo, o poder político representado pelo Estado, via instituições governamentais. “Na sociedade moderna, o Estado subordina a si os seus elementos e materiais, entre os quais a cidade”. (LEFEBVRE, 1991, p. 32).

O Estado, enquanto organização política e administrativa, cria as condições para a metamorfose do espaço da cidade e as relações sociais que irão ocorrer nesse espaço, e até mesmo além de suas fronteiras. Essas condições funcionam em um processo cíclico, como a força motriz da produção e reprodução do espaço urbano e das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Assim, continua uma sequência que parece não ter fim. É a dinâmica do mundo moderno, da cidade moderna, onde queiramos ou não, nos achamos enclausurados em seu espaço ou preso pelos seus tentáculos de influência, embora estejamos longe de seu território. Para Ferraz,

A cidade, que na história da humanidade foi um centro de humanização, constitui hoje o fator mais determinante da desumanização do homem. Outrora a cidade era considerada um pólo de atração, mas as grandes aglomerações de corpos humanos transformaram-na em centros de repulsão. (FERRAZ, 1996, p. 127).

Assim, as relações socioambientais ocorrem dentro desse contexto, isto é, da mais alta competitividade entre os homens. “É um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens”. (SIMMEL, 1967, p. 24). Goiânia, não foge a essa regra, está inserida nesse contexto que se manifesta nas cidades modernas, cujas características políticas, econômicas e sociais são semelhantes.

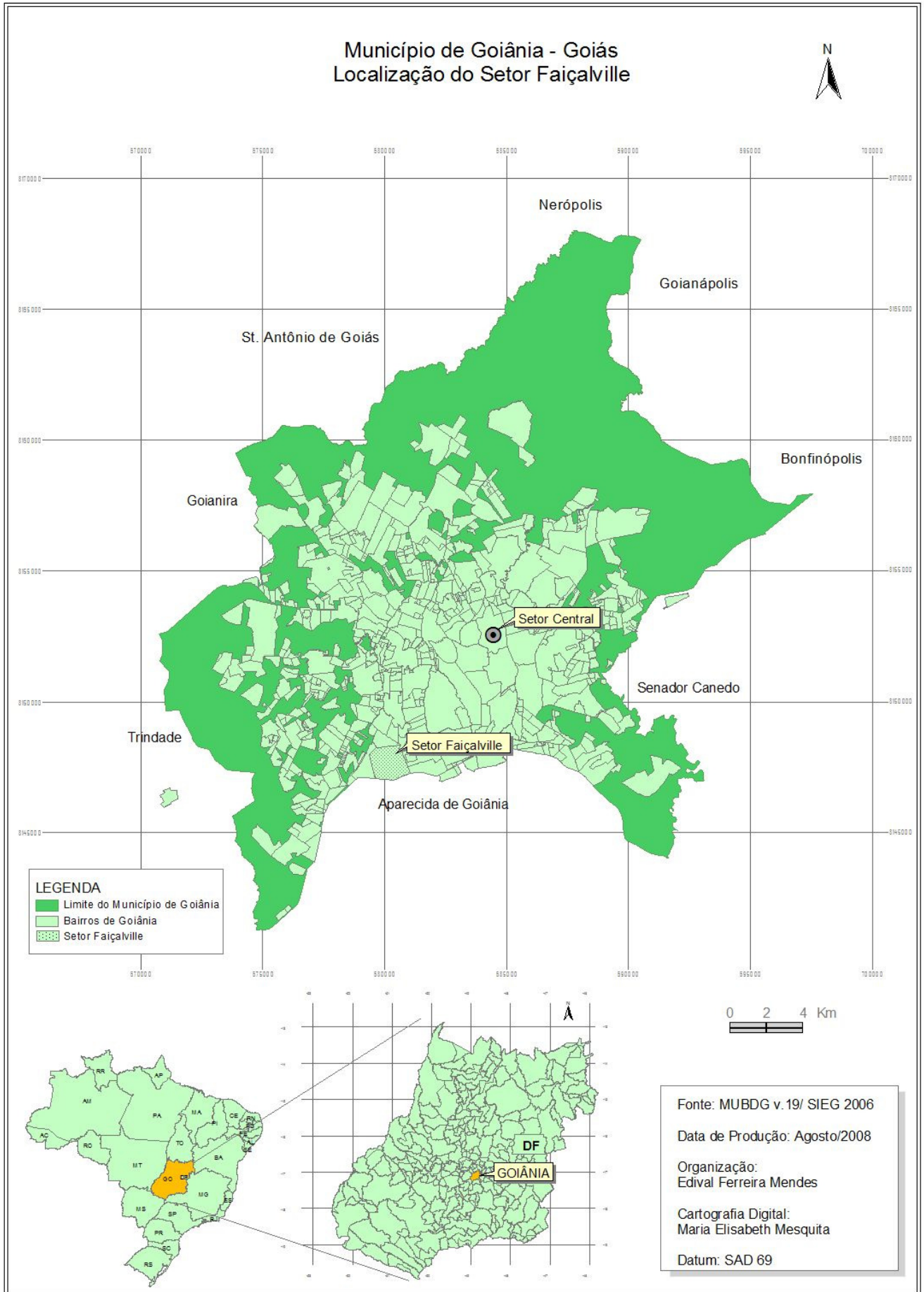
2 Goiânia: expansão urbana rumo à região Macambira/Cascavel

Entender a configuração de um espaço urbano em sua totalidade, função, aspectos sociais, políticos e ambientais, é compreender como ao longo da história, estes aspectos foram interagindo e moldando esse espaço que adquire novas configurações e funções no sentido de atender aos interesses da sociedade ou de parte de integrantes dessa.

No Brasil, as cidades espelham o conflito, a diferenciação e as contradições urbanas. A expansão do processo de industrialização ocorrida na região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo a partir da década de 1950, posteriormente, associada à modernização do campo a partir da década de 1980, constituiu vetores de expulsão/atração da população do campo para as cidades, impulsionando a metropolização dos espaços urbanos, gerando, portanto, um expressivo deslocamento do homem do campo para a cidade. Fato esse que pode ser comprovado com a observação da tabela 3 do Capítulo 1, que além do Estado de São Paulo, apresenta também o Estado de Goiás e sua capital. Nesses espaços, proliferam a miséria social e os desequilíbrios ecológicos numa interação perversa, com impactos negativos marcados pela carência de infra-estrutura básica, poluição e insegurança, principalmente para a população mais carente. A cidade, assim, se apresenta com paisagens de contrastes, carregadas de heterogeneidades e fragmentação.

A paisagem da cidade é indicadora da conformação do processo de urbanização, pois ela revela os contrastes da organização espacial desigual. As cidades capitais desses Estados, São Paulo e Goiânia, apenas constituem exemplos desse processo. Para Carlos (1994, p. 26), a compreensão do urbano tem como ponto de partida a concepção “de que a produção do espaço é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e reproduz desigualdades”. Para a autora, essa desigualdade se materializa e se concretiza através da divisão do trabalho entre parcelas do espaço e em cada um deles. Trata-se, aqui, de entender que a produção capitalista é superior à formação da cidade, porém a configuração desta forma de produção gera uma urbanização com características típicas, tanto nos aspectos, quanto nos significados. Assim, como em outras sociedades, dimensões religiosas ou políticas foram proeminentes para a conformação do espaço urbano.

É nessa perspectiva que este capítulo busca abordar a configuração socioespacial da cidade de Goiânia, apresentando a sua expansão urbana rumo a região Macambira/Cascavel, na qual situa o setor Faiçalville, bairro objeto de estudo. Ver mapa 1 a seguir:



Mapa 01 - Município de Goiânia/GO e Localização do Setor Façalville

2.1 Contextualizando Goiânia rumo à expansão Macambira/Cascavel

Ao analisar o crescimento populacional do Estado de Goiás e o surgimento de seus núcleos urbanos, constata-se que, até o final do século XIX as suas cidades se apresentavam em quantidade reduzida. Essas se configuravam como espaços urbanos bastante inexpressivos no que diz respeito ao número de habitantes, o que pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 -Municípios da Província de Goyaz com População Livre e Escrava em 1872

Município	População		Total da população livre e escrava
	Livre	Escrava	
Goyaz (Cidade de Goiás)	17.727	1.432	19.159
Jaraguá	4.407	231	4.638
Meia-Ponte (Pirenópolis)	13.194	1.009	14.203
Bomfim (Silvânia)	9.352	734	10.086
Formosa	11.352	550	11.902
Catalão	9.917	585	10.502
Rio Verde	3.456	669	4.125
São Domingos	3.019	227	3.246
Posse	3.883	124	4.007
Pilar (Pilar de Goiás)	4.539	203	4.742
TOTAL GERAL	80.846	5.764	86.610

Fonte: IBGE – Recenseamento 1872.

Dados organizados pelo autor – Edival F. Mendes.

Na época que Goiás era Província, e posteriormente Estado, o seu território apresentava uma grande extensão longitudinal, configurando uma porção muito maior do que é atualmente, ou seja, prolongava-se além do paralelo 13° e seu extremo norte fazia divisa com os Estados do Maranhão e do Pará. Essa situação perdurou até 1988, quando o Estado de

Goiás foi dividido para a criação do Estado do Tocantins, tendo como parâmetro para o limite ente ambos, o paralelo acima mencionado.

Ainda, se referindo a tabela 4, constata-se que em 1872, a soma dos escravos, nos dez municípios apontados, representava um total de 5.764 pessoas, ou seja, 54% dos 10.652 escravos existentes nessa época na Província de Goiás. Já a sua população livre, nos dez municípios indicados na tabela 4, era de 80.846 pessoas, o que representava 53,9% do total geral de 149.743 habitantes livres que existiam na época em todo seu território.

Assim, observa-se que, tanto no que diz respeito à população escrava, quanto à população livre, a porção territorial que atualmente faz parte do Estado de Goiás apresentava uma maior concentração de pessoas, visto que a soma dos indivíduos livres e escravos dos dez municípios apontados na tabela 4, é igual a 86.610 pessoas, o que representava mais da metade do total geral de 160.395 habitantes livres e escravos que em 1872 residiam na Província de Goiás.

A porção geográfica mencionada, que hoje se configura no Estado de Goiás, apresentava à época, (século XIX), um maior número de habitantes, isso, em relação a sua porção acima do paralelo 13°. Porém, é importante pontuar, que mesmo apresentando essa situação, o que se verifica, no aspecto geral, é que o Estado de Goiás iniciou o século XX com grandes espaços vazios e poucos núcleos urbanos, esses com fortes ligações ao meio rural, tanto no que se refere às relações sociais, quanto às formas de produção e consumo.

Referente a organização social e econômica do Estado de Goiás, no século XIX, Estevam observa que

A organização rural, que surgiu e se consolidou em Goiás no século XIX, baseou-se em um único processo e trabalho: pecuária extensiva – agricultura de subsistência. [...] As fazendas eram habitadas pelos proprietários e por grande número de famílias agregadas que constituíam parte essencial do estabelecimento. No mundo rural de Goiás as pessoas “moravam onde queriam” e, às vezes, nem se sabia quem era o dono da terra. Nesta unidade básica – fazenda de gado – o fazendeiro juntamente com aqueles que cultivam a terra criaram formas recíprocas de intercâmbio e convivência. (ESTEVAM, 1998, p. 206).

No século XX, mais especificamente a partir de 1930, surge no Estado de Goiás, as práticas da agropecuária como nova fase de atividade econômica que atendia aos interesses da economia nacional, bem como convivia com o projeto “Marcha para o Oeste”, política de expansão das fronteiras, do então presidente Getúlio Vargas. Conforme Borges,

Efetivada no Estado Novo (1937 e 1945), a “Marcha para o Oeste” materializa em ações políticas e econômicas os propósitos de unificação nacional alimentados por Getúlio Vargas desde sua chegada ao poder, em 1930. A conquista do Oeste implicava em orientar fluxos migratórios e investimentos empresariais em grandes volumes para o interior do país, no sentido da Amazônia. (BORGES, 1998, p. 133 e 134).

Com a agropecuária atuando como uma nova atividade econômica, o Estado de Goiás vê crescer a sua população, devido ao deslocamento de brasileiros de outros Estados e até mesmo pessoas de outros países, que para cá migraram, em busca de melhores condições de vida. Conforme Borges (1998), os programas da “Marcha para o Oeste” e a construção de Goiânia (BERNARDES, 1989), a nova capital do Estado de Goiás, pensada como um projeto de ocupação e modernização, reforçaram os projetos de Pedro Ludovico Teixeira, no sentido do aumento da renda e da captação de mão-de-obra de outros estados. Para Bernardes,

A construção da nova Capital satisfazia aos anseios de expansão do sistema capitalista. Internamente o Estado, na figura do seu interventor, Pedro Ludovico Teixeira, não poupou esforços para incrementar a indústria da construção civil e os serviços a ela subordinados. Era necessário modernizar as relações de trabalho e poder. Nessa perspectiva o Estado assumia papel preponderante como mediador na relação capital trabalho, utilizando-se de meios propagandistas e incentivos fiscais para atrair capital de outros estados. (BERNARDES, 1989. p. 30).

Assim, o Estado de Goiás crescia em riqueza econômica e aumentava a sua população. Goiânia, na condição de capital, funcionava como centro de atração de pessoas do próprio Estado de Goiás, das outras unidades da Federação, e até mesmo de outros países. Surgiu, portanto, no município de Goiânia, uma concentração de pessoas que em um primeiro momento, contribuiu para a sua construção, e que, posteriormente, o aumento populacional e os mais variados interesses econômicos forçaram a sua expansão. Nessas condições, ocorreu e

ocorre, em seu espaço, as manifestações dialéticas, pois é evidente a presença de interesses antagônicos entre capital e trabalho e na produção socioespacial da cidade. Enquanto alguns veem o espaço urbano como elemento que poderá atender as suas necessidades de moradia, outros o visualizam no sentido da maximização de ganhos econômicos mediante o processo de compra e venda, ou mesmo através da locação.

Goiânia quando da sua gênese, significava a possibilidade do começo de uma nova fase política e socioeconômica. Nas palavras de Silva, entendia-se a cidade como sendo

Uma capital acessível que irradie progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada, é o órgão de que o Estado de Goiás necessita absolutamente para reivindicar, no seio da Federação, o lugar de saliência. (SILVA, 2001, p.151).

A localização geográfica da Cidade de Goiás não facilitava o seu crescimento, devido estar em uma região de elementos físicos, tais como hidrografia e topografia, desfavoráveis à sua expansão. Observa-se também que a “a cidade de Goiás, capital do Estado, estagnara, em decorrência principalmente da falta de comunicações fáceis e do seu afastamento dos grandes centros do litoral” (SILVA, 2001, p. 25). Porém, analisando esses elementos aqui apontados, observa-se que a criação de Goiânia, e conseqüentemente a transferência da capital para essa cidade, não se limitou a questões geográficas ou mesmo de comunicação e circulação de mercadorias e pessoas; passou principalmente pela dinâmica econômica das porções sul e sudoeste do Estado e pela conjuntura política em que o Estado de Goiás vivia à época, cujo interventor era integrante dessa política. “O médico Pedro Ludovico Teixeira é nomeado por Getúlio Vargas para Interventor Federal em Goiás, em novembro de 1930” (CAMPOS, 1980, p. 29). Conforme esse autor,

Apesar de nomeado interventor, continua uma surda disputa pelo poder no Estado: Mário de Alencastro Caiado com prestígio na Capital e também no interior e Domingos Neto Velasco com prestígio na política federal competiram com Pedro Ludovico. E vão se tornando cada vez mais claras estas disputas. Pedro Ludovico, no Executivo Estadual, vai trabalhar para estabelecer suas bases de poder e eliminar os que lhe opõem. (CAMPOS, 1980, p. 30).

A Cidade de Goiás, na condição de capital, era o centro das decisões do Executivo do Estado de Goiás, bem como espaço que abrigava adversários políticos. Assim, a mudança

da capital funcionaria naquele momento histórico como uma estratégia política e de governo. Para Chaul, “A nova capital seria um excelente investimento de notáveis retornos para toda a economia do Estado, principalmente porque representava o progresso para um Estado que tentava sair da pobreza e do endividamento”.(CHAUL, 1999, p. 100).

“A idéia da mudança da capital remonta aos meados do século XVIII. [...] concretizando-se [...], quando Pedro Ludovico Teixeira assumiu, como interventor federal, o governo do estado”. (BERNARDES, 1998, p. 133). Ainda, conforme essa autora,

As conjunções históricas configuradas nacionalmente, na década de 30, foram axiais para o ressurgimento da antiga idéia da mudança da capital em Goiás. Essa só se viabiliza quando interesses estaduais políticos e econômicos coincidem com o projeto nacional, desencadeado pela revolução de 30, avindo das determinações políticas e econômicas do governo de Getúlio Vargas e intensificado com a instauração do Estado Novo, em 1937. (BERNARDES, 1998, p. 136).

Pedro Ludovico adotava um discurso defendendo o progresso e o crescimento econômico. Com isso agradava produtores agrícolas do sul e sudoeste e ao mesmo tempo apontava que a Cidade de Goiás, na condição de capital, não oferecia as condições naturais para tal desenvolvimento. Propunha, portanto, que fosse escolhido um outro local em condições propícias para ser a capital do estado, sem, portanto, citar as motivações políticas. Com esses argumentos, ou seja, a necessidade de se escolher um local que pudesse ser edificada a sede do governo de um Estado que apontava rumo ao progresso, é que,

Em 1932, enfrentando todos os obstáculos, Pedro Ludovico pede os recursos necessários ao Governo Federal para concretizar o sonho da nova capital. Em 20 de dezembro de 1932, ele assina um decreto nomeando uma comissão, sob a presidência do então Bispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, para escolher o local no qual iria edificar a nova cidade. A comissão escolheu três técnicos, os engenheiros João Argenta e Jerônimo Curado Fleury e o médico Laudelino de Almeida, para fazer o exame das condições topográficas, hidrográficas e climáticas das localidades de Bonfim (hoje Silvânia), Pires do Rio, Ubatam (Egineu Teixeira) e Campinas e depois dessem o seu parecer. Após a pesquisa, a comissão concluiu que a região de Campinas era bem melhor, pois era mais povoada, sua topografia mais apropriada e bela para a construção de uma cidade urbanamente moderna, as terras ótimas para o plantio, toda coberta de mata e, além de tudo, ficava próxima à estrada de ferro. (MARTINS JÚNIOR, 1996, p. 41).

Tendo escolhido o local para a construção da nova capital, onde analisaram os aspectos que poderiam contribuir ou não para o seu crescimento, foram tomadas as providências necessárias para a sua consolidação. No aspecto legal, observa-se:

O Decreto nº 3359, de 18 de maio de 1933, definindo a região exata, próxima do rio Meia Ponte, às margens do ribeirão Botafogo, compreendendo as fazendas Crimeia, Vaca-brava e Botafogo, determinava também que a transferência da capital se daria em dois anos. (ROCHA, 2003, p.16).

Segundo Martins Júnior (1996), terminados os trabalhos de preparo do terreno, escolheu-se o dia 24 de outubro de 1933 para o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, dia escolhido em memória da revolução. Em 7 (sete) de novembro desse mesmo ano, Pedro Ludovico nomeou o professor Venerando de Freitas Borges, prefeito da cidade.

Goiânia nasceu na vastidão do Cerrado. O seu município possui uma área de “726,885000 km²” (Diário Oficial do Município de Goiânia, 2007, p. 28) e está situado na microrregião 10, denominada “Mato Grosso de Goiás”. Limita-se ao Norte com Goianira, Nerópolis e Goianópolis; a Leste com Leopoldo de Bulhões e Bela Vista de Goiás; ao Sul com Aparecida de Goiânia e Aragoiânia; a Oeste com Abadia de Goiás e Trindade. A posição geográfica da cidade é determinada pelas coordenadas geográficas de 16°40'21” de latitude Sul e 49°15'29” de longitude Oeste.

O plano urbanístico da cidade de Goiânia foi confiado ao arquiteto Atílio Corrêa Lima⁴⁰, que tinha uma visão voltada para a valorização do meio ambiente; procurou distribuir as zonas para edificação de forma que ficassem também espaços de áreas verdes, valorizando assim, a integração do ser humano à natureza, ou seja, dando condições para a existência dos princípios da sustentabilidade.

Goiânia cresceu e o projeto urbanístico proposto por Atílio Corrêa Lima sobreviveu ou suportou até aos meados da década de 1940.

O primeiro passo da iniciativa privada, no plano de urbanização de Goiânia, ocorre com a aprovação do Setor Coimbra, colocado como extensão de Campinas, num mesmo conjunto denominado Satélite de Campinas, através do Decreto nº 90-a. A inclusão do Setor Campinas, no qual a firma Coimbra Bueno & Cia. previa inserir um loteamento de sua propriedade no Plano Geral de Goiânia, ocasionou desentendimentos entre o governador e os irmãos Coimbra Bueno. Pedro Ludovico, atento às determinações de Atílio quanto ao controle de ampliação das áreas previstas no Plano, não concorda com a proposta dos engenheiros. Mesmo assim, esse loteamento é incluído, sendo parcelado em lotes e ocupado a partir de 1945. (BERNARDES, 2000, p. 172 e 173)

⁴⁰ Atílio Corrêa Lima diploma-se como engenheiro-arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1925. No ano seguinte é premiado com uma viagem para Paris em um concurso promovido pela Escola Nacional de Belas Artes. Por um período de quatro anos permanece na capital francesa estudando Urbanismo no Instituto d'Urbanisme – Université de Paris. Em 1930, Atílio defende a tese intitulada *Avant-projet d'aménagement et extension de la ville de Niterói-auBrésil*, formando-se em estudos especiais de Urbanismo.

O período da formação de Atílio é extremamente rico no tocante aos debates e às novas práticas, recebendo, por exemplo, influências decisivas de Eugène Henard e Tony Garnier. Em 1929, ele trabalha no escritório de Agache, experiência que marcará seus futuros trabalhos. (BERNARDES, 2000, p. 155).

Após a década de 1954, Goiânia passou a viver outra realidade, isto é, do crescimento acelerado e muitas vezes desordenado, isso, principalmente nas quatro últimas décadas. Planejada para ter 50 mil habitantes, atualmente Goiânia conta com uma população de mais de 1.000.000 de moradores, como pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 - População Residente no Município de Goiânia – 1940 a 2000

Município	População Residente						
	1.940*	1.950*	1.960*	1.970	1.980	1.991	2.000
Goiânia	48.166	53.389	151.013	380.773	717.526	922.222	1.093.007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico.

Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, 1994.

(*) População presente.

Dados Organizados pela SEPLAM/DPSE/DVSE - 2006.

De acordo com a tabela 5, a população de Goiânia cresceu de forma acelerada. Esse processo de expansão urbana se manifestou também em direção à Região Macambira/Cascavel, e se deu no contexto de uma dinâmica histórica, em que teve a participação da sociedade, do poder público e da iniciativa privada, mais especificamente da atividade imobiliária. Isso, principalmente a partir da década de 1950, visto que, da implantação da capital até 1946, o Estado controlava a área urbana do município, cabendo-lhe a exclusividade na realização dos parcelamentos, bem como na comercialização dos terrenos, fazendo valer o que fora estabelecido no planejamento urbano do início da cidade.

Em 1947 é editado o Código de Edificações, por meio de Decreto nº 574, assinado pelo prefeito Ismerino Soares de Carvalho (PSD), que permitia o parcelamento do solo, pela iniciativa privada, e a expansão da área urbana por um raio de 15 quilômetros, interferindo, dessa forma, no plano de urbanização aprovado em 1938. No entanto, a nova lei obteve poucos efeitos práticos devido à exigência de criação de infra-estrutura por parte do loteador, o que diminuía os possíveis lucros do investimento. Neste período, poucas intervenções são observadas na cidade. As alterações legais do plano de urbanização tiveram como justificativas a alta demanda de imóveis à época e a valorização das áreas centrais de Goiânia, impossibilitando a aquisição de lotes pela população carente. Na Zona Central, a alta valorização dos lotes estimulava o investimento imobiliário, fator que pressionava o prefeito no sentido de desobrigar o loteador da

responsabilidade de criar infra-estrutura nos loteamentos. Até 1950, a cidade permaneceu praticamente inalterada, obedecendo aos limites do núcleo urbano projetado. (BERNARDES, 2000, p. 177).

De 1946 até 1968, Goiânia passou por um novo momento no que se refere à expansão urbana, e conseqüentemente, a porção sudoeste da Capital, onde se encontra a Região Macambira/Cascavel, conviveu com este momento histórico, em que vários loteamentos foram criados nessa região. Nesse período, mais especificamente a partir de 1950, o poder público, através de mecanismos legais, passou a permitir os parcelamentos promovidos pela iniciativa privada, sem que fosse obrigatória a implantação da infraestrutura básica⁴¹.

As características principais deste período se estabelecem então em função dos interesses articulados em torno de uma nova composição política que assume o poder com as eleições de 1946. O parcelamento não obedecerá mais a um plano definido para o conjunto da cidade, esta se desestrutura e desaparece a perspectiva do plano delimitado e do surgimento de ‘cidades satélites’. Os padrões de parcelamento passam agora a obedecer a outros critérios estabelecidos pela apropriação privada da renda fundiária pelos proprietários de terras. Há durante este período uma diferenciação nos padrões de parcelamento. De um lado surgem os loteamentos visando um mercado de maior renda, de outro, aqueles destinados às populações de renda média e baixa. (PASTORE, 1984, p. 95).

A Região Macambira/Cascavel, inserida nesse contexto, sofre os reflexos de tais medidas governamentais, como, por exemplo, a aprovação de novos parcelamentos⁴² e a construção, mais tarde, dos conjuntos habitacionais, criando-se, portanto, uma nova configuração do espaço urbano da região. Destaca-se também, em um período posterior, a atuação da indústria da construção civil, principalmente após a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

⁴¹ Com Eurico Vianna, primeiro prefeito eleito em Goiânia, foi aprovada a Lei nº 176, de março de 1950, que alterava o Decreto nº 574, liberando o loteador da responsabilidade de infra-estrutura e adicionando novas áreas ao traçado de Goiânia. (BERNARDES, 2000, p. 177 e 178).

⁴² Loteamento Vila Rezende, aprovado através do Decreto nº 144 de 31 de Julho de 1952.

Loteamento Bairro Anhanguera, aprovado através do Decreto nº 54 de 21 de Outubro de 1953.

Loteamento Jardim Planalto, aprovado através do Decreto nº 57 de 14 de Novembro de 1953.

Loteamento Jardim Vila Boa, aprovado através do Decreto nº 22 de 24 de Janeiro de 1955.

Loteamento Jardim Atlântico, aprovado através do Decreto nº 334 de 11 de Outubro de 1968.

Os loteamentos acima mencionados foram aprovados pela Prefeitura Municipal de Goiânia, e permaneceram por um longo período sem receber a infraestrutura necessária.

A partir deste momento será o lucro (da produção) na indústria da construção civil que estabelecerá os padrões de recorte do solo. A influência dos proprietários de terra se manifestará apenas na localização para o caso dos conjuntos de COHAB através das ligações políticas. O tamanho dos lotes e a largura das vias serão reduzidos em função dos custos de implantação e, as áreas institucionais, seus equipamentos assim como infra-estrutura básica passam a ser condicionadas às exigências ou recomendações do BNH. (PASTORE, 1984, p. 96).

Observando as ponderações desse autor, constata-se que, também, no que se refere aos parcelamentos e construção de moradias, o modo de produção capitalista se pauta na apropriação dos recursos naturais, bem como na exploração da mão-de-obra para a viabilização de seus anseios de maximização do lucro, no sentido de propiciar a acumulação de capital. Em Goiânia, a dinâmica de ocupação do espaço não fugiu a essa realidade, e dentro desse contexto, analisar-se-á o seu processo de expansão urbana rumo à Região Macambira/Cascavel¹⁵.

2.2 Fatores que contribuíram para a expansão urbana de Goiânia rumo à Região Macambira/Cascavel

Conforme tabela 5, citada anteriormente na página 58, em 1960, o município de Goiânia contava com uma população de 151.013 habitantes. Esse número continuou crescendo de forma acelerada no decorrer dessa década, prova disso é que em 1970, a sua população já era de 380.773 moradores, tendo, portanto, em um período de dez anos, um aumento populacional na ordem de 152,1%, o que representa um total de 229.760 novos moradores em apenas dez anos. O aumento populacional era intenso e os problemas com

¹⁵ Trata-se de uma proposta preliminar enviada pelo executivo à Câmara Municipal. Porém, até início de dezembro de 2004, ainda não havia sido submetida à votação. Essa proposta de regionalização pode ou não retornar à Câmara Municipal de Goiânia, depende dos gestores que tomaram posse no dia 1º de janeiro de 2005. Assim como o novo governo pode encaminhar uma proposta completamente diferente. (MOYSÉS, 2005, p. 41).

características urbanas oriundos de tal situação, se davam em ordem diretamente proporcional, isto é, aumentava-se o número de habitantes e agravavam-se os problemas.

O crescimento populacional surgiu no espaço urbano do município, porém a sua pressão vai se manifestando com maior intensidade rumo às regiões mais periféricas, possivelmente devido à valorização imobiliária dos bairros mais centralizados, que ocorre através da implantação de infraestrutura, tais como água tratada, rede de esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação asfáltica, transporte coletivo, escola, segurança, saúde, etc. Sobre o processo de valorização imobiliária, vejamos:

Pertence a nossa consciência a imensa importância da localização na determinação dos preços da moradia. Ela revela que a utilidade dessa mercadoria não é apenas definida pelas suas características internas enquanto construção. Seu valor de uso é também determinado pela articulação espacial de objetos imobiliários. O que é vendido não são apenas “quatro muros”, mas também um *ticket* de participação no consumo dos objetos imobiliários. A importância desse elemento na determinação dos valores de uso das moradias cresce na razão direta da diferenciação do espaço construído, ou seja, quanto maiores as desigualdades quantitativas, qualitativas e locacionais do sistema espacial de objetos imobiliários, maiores serão as diferenças dos valores de uso das moradias. (RIBEIRO, 1982, p. 37).

A valorização dos imóveis pode proporcionar aos seus proprietários, através da comercialização, a possibilidade da aquisição de um outro, a um preço menor, em um bairro mais distante, sobrando assim, recursos financeiros que poderão ser destinados a outras finalidades, bem como aguardar que no futuro, após a implantação da infraestrutura, o mesmo seja valorizado, podendo ocorrer novamente a venda e a migração, evidenciando, assim um ciclo de deslocamento rumo às regiões mais distantes dos bairros mais urbanizados. Esses acabam apresentando estagnação no número de seus habitantes ou até mesmo redução, fato esse observado nos bairros integrantes da tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que apresentaram redução no número de habitantes – 1991-2000

Bairro	Total		Redução em %
	1991	2000	
Conjunto. Residencial Cachoeira Dourada	2.431	2.232	8,19
Parque Anhanguera II	5.905	5.311	10,06
Setor Sudoeste	15.131	13.603	10,10

Setor União	5.163	5.155	0,15
Vila Alpes	2.817	2.547	9,58
Vila Mauá	3.836	3.391	11,60
Vila Novo Horizonte	11.317	10.068	11,04

Fonte: IBGE - 2000

Dados organizados pela SEPLAM/DPSE – 2006.

Dados reorganizados pelo autor – Edival F. Mendes – 2008.

A tabela 6 mostra alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que tiveram redução no número de seus habitantes, o que leva ao entendimento de que esses, podem ter migrado para regiões mais distantes, possivelmente pelos motivos acima citados, ou mediante a busca por novas residências, pelas pessoas mais jovens, devido à constituição de um novo núcleo familiar, ou também, por migrantes carentes de recursos financeiros e condições de empregabilidade que são forçados a se instalarem de forma improvisada nas regiões periféricas, em terrenos às vezes invadidos¹⁶.

A tabela 7, a seguir, mostra alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que apresentaram crescimento populacional funcionando, portanto, como espaços de atração de moradores, evidenciando uma situação totalmente inversa da apresentada na tabela 6. Assim, essas duas tabelas se prestam a elucidar a ocorrência da mobilidade das pessoas no espaço urbano, que se motivam, como já foi mencionado anteriormente, principalmente por questões socioeconômicas.

Tabela 7 – Alguns bairros da Região Macambira/Cascavel que apresentaram crescimento no número de habitantes – 1991-2000.

Bairro	Total		Crescimento em %
	1991	2000	
Setor Faiçalville	3.453	6.182	79,03

¹⁶ A invasão resultou principalmente de uma corrida para a nova capital do Estado de uma população desprovida de recursos e carente de uma instalação a qualquer preço. Na história das invasões de Goiânia há de tudo: necessidade legítima a ser atendida, exploração desenfreada de espertalhões e especuladores. Mas há também a evidência da responsabilidade do governo na solução do problema da habitação popular. (PDG, 1962/1963, p. 38).

Jardim Atlântico	1.400	3.385	141,79
Jardim Europa	8.347	9.974	19,49
Jardim Planalto	3.643	3.781	3,79
Jardim Presidente	2.315	4.184	80,73
Jardim Vila Boa	6.338	6.460	1,92
Parque Anhanguera	917	1.814	97,82
Prive Atlântico	1.584	1.770	11,74
Jardim Ana Lúcia	3.054	3.365	10,18
Vila Resende	1.127	1.765	56,61

Fonte: IBGE - 2000

Dados organizados pela SEPLAM/DPSE – 2006.

Dados reorganizados pelo autor – Edival F. Mendes – 2008.

Conforme a tabela 7, o Setor Faiçalville, bairro objeto desta pesquisa, apresentou crescimento populacional bastante expressivo, se evidenciando, portanto, como um espaço urbano receptor de migrantes, que, além da migração clássica, ou seja, interregionais, há a ocorrência do processo de mobilidade espacial, isto é, as pessoas se deslocam de um bairro para outro, dentro da própria cidade, ou mesmo na região onde residem, em busca de novos bairros, caracterizando deslocamentos provocados, principalmente, por questões sociais e econômicas, sendo que nessa se enquadram os elementos típicos do mercado capitalista, ou seja, a compra e venda de terrenos e edificações, bem como o mercado de locação de imóveis.

O conceito de mobilidade espacial, apresentado por Lago, ao estudar o Rio de Janeiro, é relevante para os propósitos aqui pontuados:

A noção de mobilidade espacial tem um sentido mais amplo que a de migração, englobando tanto os deslocamentos de longa distância, referentes às migrações, quanto os de curta distância, referentes à mobilidade residencial. O que a define é a mudança de uma localização no espaço: o lugar de residência. (BASSAND e BRULHARDT, 1980, *apud* LAGO, 2000, p. 45).

Ainda refletindo acerca do deslocamento no espaço da cidade, observa-se que, “no caso da mobilidade intraurbana, a localização e realocação do capital imobiliário e dos investimentos públicos na cidade assumem papel de destaque”.(LAGO, 2000, p. 45). Essa autora aponta que a cidade é fracionada em áreas socialmente homogêneas, no que se refere à

renda, ocupação, tipo de residência, etc. Ela pondera, ainda, que a mobilidade residencial, portanto, reproduz permanentemente o padrão de segregação existente.

A periferia pode representar para seus habitantes a expectativa da realização do sonho de uma vida melhor. Torna-se, também, um elemento possibilitador do lucro financeiro para o setor imobiliário, mediante a concretização do parcelamento de terrenos que irão permanecer por muito tempo sem infra-estrutura e distantes dos equipamentos típicos de um espaço urbanizado.

Com a aprovação do parcelamento pelo poder público municipal, oficializa-se a existência do bairro, o que não representa, de imediato, a sua urbanização. Isso aconteceu mesmo após a criação da Lei Municipal nº 4.526 de 31 de Dezembro de 1971, que dispõe sobre loteamentos urbanos e remanejamento. Observa-se, ainda, que o processo de urbanização não se dá de forma imediata, ou pelo menos, de acordo com o que é estabelecido pelo Parágrafo 1º, inciso II do Art. 11 desta referida Lei, ou seja, o prazo para a implantação de infra-estrutura, tais como guias e sarjetas, sistema público de abastecimento de água e rede de energia elétrica, não pode ser superior a 2 (dois) anos. Portanto, a aprovação do loteamento pelo poder público é o início oficial de sua existência, o que não caracteriza a configuração de um espaço urbanizado.

Sobre esta temática, o Jornal O Popular (1994), ao referir-se ao Bairro Anhanguera¹⁷, destaca que “esse é o início burocrático, muito anterior à realidade de sua ocupação, que só aconteceu muitos anos depois” (O POPULAR, 1994, p. 4). Desse modo, a urbanização é teórica, pois na realidade, os lotes não são comercializados imediatamente após a aprovação do loteamento. Ao se iniciarem as vendas, essas se dão por etapas, ou seja, se disponibiliza uma determinada quantidade de lotes de uma parte do loteamento, e reserva

¹⁷ No início da década de 1980, o loteamento Bairro Anhanguera, teve as suas quadras 2 e 8 ocupadas de forma irregular, através de movimentos sociais, definindo uma situação característica de ausência de planejamento, lotes irregulares, muitas famílias no mesmo lote e até mesmo ocupando parte das vias públicas, falta de acesso para ruas que muitas vezes possuem larguras insuficientes para o trânsito normal de veículos automotores. Essas duas quadras se transformaram em seis quadras, sendo: a de nº 2, com 16 lotes; a de nº 2 A com 15 lotes; a de nº 2 B com 26 lotes; já a quadra 8 possui 17 lotes; a 8 A tem 15 lotes; enquanto que a 8 C conta com 37 lotes, perfazendo um total de 126 lotes. Com o objetivo de regularizar esse tipo de situação, o Governo do Estado de Goiás, em 1987 cria o seguinte instrumento legal: Decreto nº 2.671, de 06 de fevereiro de 1987, onde o mesmo “declara de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas de terras que especifica e dá outras providências”. O seu art. 1º declara de interesse social, as quadras 2 e 8, onde ocorreu a ocupação espontânea, sendo estas passíveis de desapropriação. É importante destacar que tramita na Secretaria de Planejamento do Município de Goiânia – SEPLAM, o processo nº 173551-9 de 09/07/1987 com o objetivo de atender ao Decreto acima citado.

outra porção do mesmo, no sentido de obter maior valorização dos terrenos, para uma futura comercialização.

Diante disso, um mesmo loteamento apresenta partes com características diferentes, ou seja, a que foi comercializada primeiro conta com edificações, e as demais, na ordem em que os terrenos forem comercializados pelo empreendedor. Por muito tempo, esses terrenos ficam vazios, sem habitantes, dificultando, assim, que o loteamento como um todo, seja urbanizado. Nessas condições, os lotes são comercializados, e edificados, sem que o loteamento conte com infra-estrutura, comprometendo, portanto, a qualidade de vida das pessoas que ali residem.

Os loteamentos tais como Vila Rezende, Bairro Anhanguera, Jardim Planalto e Jardim Vila Boa foram todos criados na década de 1950, num período em que a Legislação referente ao parcelamento do solo no município de Goiânia não apresentava exigência de implantação, por parte dos loteadores, de infra-estrutura nos mesmos. Ocorria, portanto, uma possibilidade de ganho futuro para o proprietário do loteamento, que ficava aguardando do poder público, infra-estrutura, como, por exemplo, de pavimentação asfáltica das vias que davam acesso ao terreno parcelado, o que agregaria valor ao mesmo, época em que poderiam ser vendidos, pois a parte legal junto à Prefeitura já havia sido concretizada.

Tal situação forçava o governo do Estado de Goiás, juntamente com a Administração do Município de Goiânia, a buscarem soluções para os problemas que ocorriam com o aumento da população. A cidade necessitava de planejamento e ação administrativa para atender às várias demandas que surgiam, como, por exemplo, moradias para abrigar as pessoas que migravam para o município da Capital.

As políticas públicas, orientadas pelos Planos Diretores (PD), podem ter contribuído para a expansão urbana de Goiânia rumo à sua porção sudoeste, e mais especificamente, à Região Macambira/Cascavel.

Na época da criação do Plano de Desenvolvimento de Goiânia (PDG) de 1962/63, seu elaborador, o arquiteto Luis Saia, tratando da previsão do crescimento de Goiânia, afirmava: “A saída para Guapó e Rio Verde, certamente, servirá de foco capaz de atrair população” (PDG, 1962/63, p. 24). Este plano apontava ainda, como elemento importante para o futuro de Goiânia, “a necessidade de uma rede viária expressa com a função de interligar as mais diferentes partes da cidade. Uma tal rede pode ser implantada no âmbito

já loteado e comprometido e dentro de um mesmo esquema, se estender a toda a área abarcada pelo raio de 15 quilômetros”¹⁸ (PDG, 1962/63, p. 32).

A orientação acima demonstra que Goiânia, no início da década de 1960, não contava com vias interligando os loteamentos que surgiram de glebas muito distantes do centro da cidade. Estes foram aprovados pelo Executivo Municipal, sem a observância da necessidade de vias adequadas para a circulação de automóveis, de ônibus do transporte coletivo, bem como para o transporte de mercadorias, no sentido do atendimento das necessidades das pessoas residentes em tais bairros. Loteamentos como Vila Rezende, Jardim Planalto e Jardim Vila Boa situados, na Região Macambira/Cascavel, que respectivamente foram aprovados em 1952, 1953 e 1955, enquadram na condição acima mencionada.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), Wilhelm (1969), é outro instrumento norteador das políticas públicas no sentido de se planejar o espaço urbano da Capital. Esse plano propõe para Goiânia uma amplitude de sugestões e objetivos estratégicos que, para efeito deste trabalho, destaca-se:

Promover a ocupação dos setores a oeste, sudoeste, sul e sudeste do Centro, obtendo gradativo adensamento desta região; estimular e induzir o crescimento urbano no sentido oeste-sudoeste, rompendo o uso reincidente do eixo-Anhanguera; desenvolver consideravelmente o caráter urbano da cidade, mediante sua pavimentação prioritária e extensiva. (PDIG, 1969 p. 255).

Para uma melhor caracterização desse processo, opta-se pela citação do texto do PDIG:

Assim, para obter a desejada ocupação do solo, adotar-se-á o critério de construir algumas vias prioritárias, que induzam o crescimento para oeste; serão alteradas as alíquotas do imposto territorial, apressando a construção e, portanto, o adensamento; estabelecer-se-á nesses setores, de forma prioritária, as áreas verdes e os centros comunitários educacionais, culturais e recreativos e obter-se-á por convênio a localização preferencial de conjuntos habitacionais. Outro exemplo: para garantir maior estabilidade à absorção de mão-de-obra pela construção civil, propor-se-á um convênio entre entidades participantes do sistema habitacional, encaminhando-se formulações invocadoras, que convidem maiores investimentos do BNH, e estabelecendo legislação que permita casas em série e outras formas de adensamento e de produção de casas baratas, etc. Finalmente, para alcançar o ponto estratégico que trata da melhoria do caráter urbano, o critério geral será o da pavimentação, mesmo quando precede à

¹⁸ A Lei nº 574, de 12 de maio de 1947, define a área de expansão urbana limitando-a num círculo de raio de 15 quilômetros a partir da Praça Cívica.

colocação de tubulações de água e esgoto, a fim de alcançar menos poeira e mais caráter urbano, possibilitar trânsito de ônibus com manutenção mais fácil e oferecer empregos na pavimentação. (PDIG, 1969, p. 256).

O PDIG de 1969 aponta como importante para a cidade de Goiânia, seu crescimento rumo às porções Oeste, Sudeste, Sul e Sudoeste, evidenciando que a parte geográfica Sudoeste, onde se encontra a Região Macambira/Cascavel, já era apontada, naquela época, com potencial para o recebimento de moradores, isto é, possível de ser parcelada e incorporada ao espaço urbano da cidade.

Algumas recomendações do PDIG, de 1969, foram implementadas, a exemplo da construção do Conjunto Habitacional Vila Novo Horizonte, etapas I e II, respectivamente, concluídas em 1974 e 1976. A pavimentação asfáltica da linha de ônibus deste conjunto se deu mesmo sem a implantação de rede coletora de esgoto. Segundo o PDIG, o asfaltamento diminuiria a poeira e reduziria a manutenção dos ônibus, além de gerar postos de trabalho nas atividades relacionadas aos serviços de pavimentação.

Portanto, os parcelamentos do solo da capital e as atividades da indústria da construção civil que contaram com a participação da iniciativa privada e também do poder público, ao implantar as orientações dos Planos Diretores, contribuíram para a reestruturação do espaço da Região Macambira/Cascavel, o que, conseqüentemente, viabilizou a sua expansão em número de parcelamentos do solo.

Além do aspecto acima mencionado, é importante destacar que, na década de 1960, foram criados pelo Governo Federal, instrumentos legais, voltados para regulamentar e direcionar as políticas públicas de planejamento, habitação e infra-estrutura, nos espaços urbanos de todo território nacional. A Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964,

“[...] institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Sistema Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”. (Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964).

O seu Artigo 1º diz o seguinte:

O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. (Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964).

Referindo-se a esta Lei, é importante destacar que a mesma reservava aos Estados e Municípios, a elaboração e execução de Planos Diretores¹⁹, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais com a assistência dos órgãos federais.

Dentro de um cenário nacional, isto é, de abrangência, e analisando o crescimento de Goiânia, através de um óculos que possibilita o entendimento de seu crescimento via ações governamentais quanto às políticas habitacionais, observa-se que a capital goiana usufruiu desse momento histórico, principalmente no que se refere à construção de conjuntos residenciais destinados às pessoas de baixa renda. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, no governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967), tinha seus recursos geridos pelo BNH, que além de canalizados para outras destinações, era também aplicado na construção dos conjuntos habitacionais.

Quanto ao Estado de Goiás, no que se refere aos instrumentos legais que norteavam sua política habitacional, observa-se a criação da Lei nº 6.560, de 12 de maio de 1967, no Governo de Otávio Lage de Siqueira (1966 a 1968). Referente a esta Lei que “dispõe sobre a criação da Companhia Habitacional do Estado de Goiás e dá outras providências” destaca-se:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações sob a denominação de Companhia Habitacional

¹⁹ Planos Diretores da cidade de Goiânia, que em muito orientaram a sua expansão e desenvolvimento: Planejamento para criação de Goiânia – 1933, elaborado pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima. Plano Diretor de Goiânia – 1962/63, volumes I e II, elaborado pelo arquiteto Luiz Saia. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – 1969, elaborado por Serete S/A Engenharia, coordenado pelo arquiteto Jorge Wilhelm. Sistema Integrado de Transportes de Goiânia - Implantação do Transporte de Massa – 1975, elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner – Planejamento Urbano Ltda. Estudo de Interrelação, uso do solo/transporte de Goiânia – 1980, elaborado pelo arquiteto Lubomir Kicinski Dunin – Arquitetura e Planejamento Urbano SC. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) - 1992, elaborado pelo Instituto de Planejamento Municipal – IPLAN. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) – 2007, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM).

do Estado de Goiás – CHEGO-, com sede e foro na capital do Estado e vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Parágrafo Único – Para a constituição e funcionamento da CHEGO observar-se-ão, no que forem aplicáveis, as disposições legais referentes às sociedades anônimas e legislação reguladora do Plano Nacional de Habitação, especialmente, a Lei Federal nº 4.380, de 21 de Agosto de 1964.

Art. 2º - Terá a CHEGO a finalidade de planejar e desenvolver programas habitacionais de interesse social, no Estado de Goiás, através de construção e financiamento de casas populares para famílias, cuja renda não exceda a três (3) salários mínimos fiscais²⁰. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 1967, p. 1).

A Companhia Habitacional do Estado de Goiás (CHEGO) conviveu até 29 de dezembro de 1972 com a Companhia de Habitação Popular de Goiás (COHAB-GO) sujeita ao controle acionário da Prefeitura de Goiânia, época em que estes órgãos do Estado e do Município se fundiram, por força da Lei Municipal nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, na administração do Prefeito Manoel dos Reis Silva (1970 a 1974). O artigo 1º dessa Lei diz o seguinte:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover a fusão da Companhia de Habitação Popular de Goiás – COHAB-GO, sujeita ao controle acionário da Prefeitura de Goiânia, com a Companhia Habitacional do Estado de Goiás – CHEGO subordinada ao controle acionário do Estado, as quais passarão a constituir a Companhia de Habitação de Goiás – COHAB-GO. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 1972, p. 3).

Nessa época, ou seja, 1960, as políticas de habitação, via instituições governamentais, tais como Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), Banco Nacional da Habitação (BNH) e Companhia de Habitação de Goiás (COHAB), ocupavam papel de destaque, e ditavam normas ao setor da moradia. Conforme Moraes,

A Cohab, criada em 1964, foi o principal órgão responsável pela implementação de programas de âmbito popular. Sua atuação, restrita inicialmente ao município de Goiânia, foi ampliada para o nível estadual. Em 1996, alegando necessidades de conter despesas, o

²⁰ O salário mínimo na época da criação da CHEGO – 12 de maio de 1967 – era de NCr\$105,00 (Cento e cinco cruzeiros novos). Esse valor corrigido pelo IGP-DI (FGV) do mês 05/1967 até o mês 01/1980 e em seguida pelo IPC-A (IBGE) do mês 01/1980 até o mês 08/2009, equivale nos dias atuais, ou seja, em agosto de 2009 à R\$ 444,06 (Quatrocentos e quarenta e quatro reais e seis centavos). Cálculos realizados através do *site* do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), em 01/09/2009.

governo do estado pôs fim à Cohab (GO) e criou a Diretoria de Habitação e Assentamento Urbano, da Secretaria Especial da Solidariedade Humana. Finalmente, o Governador Marconi Perillo criou em 2000 a Agehab, com o principal objetivo de executar os programas habitacionais do governo estadual. (MORAES, 2003, p. 224).

Goiânia, a partir da segunda metade da década de 1960, vê surgir em seu município, principalmente na região Sudoeste, a figura dos conjuntos habitacionais que serviram de pólos atrativos para a sua expansão urbana, visto que esses eram edificadas em locais distantes do centro da cidade.

Tabela 8 - Conjuntos Habitacionais Construídos pela COHAB na Porção Sudoeste de Goiânia²¹, nas décadas de 1960 e 1970.

Conjunto	Nº de Casas	Área de Construção(m²)	Conclusão
Vila União	1174	52.655,20	1969
Vila Alvorada I	396	14.672,60	1969
Vila Nova Canaã	580	23.654,00	1970
Vila Novo Horizonte I	1220	51.896,15	1974
Vila Novo Horizonte II	1090	46.399,10	1976
Vila Alvorada II	16	706,50	1977

Dados organizados pelo autor – Edival F. Mendes – 2008.

Fonte: Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). – 1969, 70, 74, 76 e 77.

Os conjuntos habitacionais constantes da tabela 8 contribuíram para atrair o crescimento da cidade para a sua porção Sudoeste, ou seja, para a atual Região Macambira/Cascavel e, conseqüentemente, para a criação de condições ou motivações para o parcelamento da gleba denominada Fazenda Macambira que se transformou no loteamento Faiçalville.

²¹ Os Conjuntos habitacionais Vila Alvorada I e II, citados na Tabela 8, fazem parte da Porção Sudoeste de Goiânia, porém, conforme o Anuário Estatístico de 2006 elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), estes não pertencem à Região Macambira/Cascavel.

Em 1967, o Executivo do Estado de Goiás era conduzido por Otávio Lage de Siqueira (1966 a 1968), e a Prefeitura Municipal de Goiânia era administrada por Iris Rezende Machado (1966 a 1969), que nomeou uma comissão com a finalidade de contratar a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento para Goiânia. Este plano ficou a cargo da SERETE S/A – Engenharia, empresa de São Paulo. Em 1969, conclui-se o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), que teve como coordenador o arquiteto Jorge Wilhelm. O PDIG de 1969 foi regulamentado pela Lei nº 4.523, de 20 de janeiro de 1972, já na administração do então Prefeito Municipal Manoel dos Reis Silva (1970 a 1974), e no governo de Leonino Di Ramos Caiado (1971 a 1973).

Goiânia iniciava o ano de 1972 e contava com um plano de desenvolvimento regulamentado que traçava diretrizes para o seu crescimento. No decorrer dessa década, surgem outras leis que tratam da regulamentação dos procedimentos no espaço urbano, como, por exemplo, a Lei Municipal nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, que dispõe sobre loteamentos urbanos e remanejamento, sancionada pelo prefeito Manoel dos Reis Silva. É importante destacar, também, a criação da Lei nº 5.062, de 25 de novembro de 1975, que revoga a Lei nº 4.522, de 31 de dezembro de 1971 e institui o novo Código de Edificações para o Município de Goiânia, sendo essa, na Administração do Prefeito Francisco de Freitas Castro (1975 a 1978).

Na década de 1970, outras importantes leis referentes ao espaço urbano foram aprovadas, tais como, a Estadual nº 8.268, de 11 de julho de 1977, que dispõe sobre a organização dos municípios e dá outras providências²², sancionada no Governo de Irapuan Costa Júnior (1975 a 1979), e a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, cuja criação foi no governo do Presidente João Baptista Figueiredo (1979 a 1985).

O período acima mencionado, isto é, a década de 1970, apresenta uma característica peculiar devido aos instrumentos legais que dispõem, sobre o espaço urbano tanto da União, quanto do Estado de Goiás, bem como, especificamente do município de Goiânia. Além das leis mencionadas anteriormente, acontece, também, na capital goiana nesse período, os estudos sobre a Implantação do Transporte de Massa, elaborado em novembro de

²² Capítulo II – Do Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Art. 128 – O Município elaborará o seu Plano de Desenvolvimento Local Integrado, considerando em conjunto os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, nos seguintes termos:

I – no tocante ao aspecto físico-territorial, o Plano deverá conter disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos, a edificação e os serviços públicos locais; [...].

III – no referente ao aspecto social, deverá o Plano conter normas de promoção social da comunidade e de criação de condições de bem-estar da população. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS, 1977, p. 14).

1975, por Jaime Lerner – Planejamento Urbano Ltda e o Estudo de Inter-relação, uso do Solo/transporte – Goiânia, de dezembro de 1979, elaborado por Lubomir Ficinski Dunin – Arquitetura e Planejamento Urbano SC.

É importante pontuar que, na década de 1970, ainda continuava a relevância do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e da Companhia de Habitação de Goiás (COHAB), no que se refere à liberação de recursos financeiros para a construção dos conjuntos habitacionais, ou na liberação de linhas de créditos para o financiamento de unidades nesses conjuntos. Esses eram edificados em locais distantes do centro da cidade e carente do sistema de transporte urbano e, na maioria das vezes, apresentavam unidades residenciais pequenas, como pode ser observado na tabela 9, a seguir:

Tabela 9 -Conjuntos Habitacionais e Unidades Residenciais Construídas em m² na Porção Sudoeste de Goiânia nas décadas de 1960 e 1970.

Conjunto	Área	Unid	Área	Unid	Área	Unid	Total de Unidades	Conclusão
Vila União	36,00 a 37,50	444	45,00 a 52,00	430	53,00 a 55,00	300	1174	1969
Vila Alvorada I	29,94	140	37,10	190	52,00	66	396	1969
Vila Nova Canaã	36,30	180	40,20	200	45,40	200	580	1970
Vila Novo Horizonte I	35,48	295	40,20	370	45,43 a 50,40	555	1220	1974
Vila Novo Horizonte II	35,48	262	40,20	328	45,43 a 50,40	500	1090	1976
Vila Alvorada II	—	—	40,20	10	55,25	06	16	1977
Total Geral		1321		1528		1627	4476	

Dados organizados pelo autor – Edival F. Mendes – 2008.

Fonte: Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). – 1969, 70, 74, 76 e 77.

O período apontado na tabela 9, isto é, décadas de 1960 e 1970, se torna importante por apresentar elementos que contribuíram para a expansão urbana de Goiânia rumo a atual Região Macambira/Cascavel, bem como para a criação (aprovação oficial) do

Setor Faiçalville, que ocorreu através do Decreto nº 561, de 1º de outubro de 1980. (Ver anexo 4). Nessa época, o Estado de Goiás era Governado por Ary Ribeiro Valadão (1979 a 1983), e o Município de Goiânia era administrado por Índio do Brasil Artiaga Lima (1979 a 1982).

A população do município de Goiânia nos anos antecedentes à criação do Setor Faiçalville crescia de forma acelerada, conforme já foi abordado. O crescimento populacional, com seus diferentes aspectos sociais, aliado a outros fatores, tais como, conjuntura econômica e estratégias de gestão pública, referente à moradia, se constituíram em elementos propiciadores à criação de novos bairros, onde o argumento para tal, na maioria das vezes era o de atender às necessidades de moradia das pessoas que aqui nasciam ou para cá migravam, o que contribuía para a não realização da reflexão sobre a valorização econômica do solo urbano, que deixava de ser gleba e se convertia em loteamento legalmente reconhecido pelo poder público.

Analisando o crescimento da população do município de Goiânia, observa-se tal fato como um dos elementos que contribuiu para a sua expansão urbana, conforme tabela 10, visto que na mesma, estão tabulados dados indicando a população residente no município da Capital, distinguindo-se o espaço urbano do rural.

Tabela 10 - População Residente no Município de Goiânia, Urbana e Rural - 1940 a 2000.

Município de Goiânia	<i>População residente</i>						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	-	40.333	133.462	363.056	703.682	913.485	1.085.806
Rural	-	13.056	17.551	17.717	13.844	8.737	7.201
Total	48.166	53.389	151.013	380.773	717.526	922.222	1.093.007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico, Tabela extraída de: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro, 1994, v. 54. Dados Organizados pela SEPLAM/DPSE/DVSE. – 2006.

Ao cotejar dados populacionais dos habitantes das zonas rural e urbana de Goiânia, observa-se que a população do espaço urbano no ano de 1960 era de 133.462, passando em 1970, para um total de 363.056, indicando, assim, que em apenas uma década

surgiram 229.594 novos residentes no meio urbano da Capital, significando um crescimento de 172,03% na década. Ainda observando os dados da tabela 10, constata-se que em 1980 a população urbana da Capital já chegava a 703.682 habitantes, o que representa, em termos percentuais, um acréscimo de 93,82%. Ocorreu, portanto, um aumento de 340.626 novos moradores no período de 10 anos, ou seja, de 1970 a 1980. Isso somente no espaço urbano da Capital, pois o número de habitantes do espaço rural a partir de 1970 apresentou redução, indicando uma possível migração do meio rural para o urbano.

É dentro deste contexto, isto é, do grande número de habitantes no espaço urbano da Capital, que ocorrem e concretizam-se os conflitos sociais e as manifestações da população, pressionando, de forma direta ou indireta, o Poder Público, com reivindicações por moradia e bem estar social. Um exemplo disso é a reportagem do Jornal O Diário da Manhã do dia 21/10/1980, sobre a invasão do Parque Anhanguera II²³, que aponta que, “mesmo depois de terem recebido do juiz da quinta vara criminal, um *habeas-corpus* defendendo seu direito de ir e vir, os moradores da invasão voltaram a ter problemas com um dos supostos proprietários dos terrenos invadidos” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1980, p. 11).

Observa-se que a porção territorial da Capital onde hoje é a Região Macambira/Cascavel apresentava, no início da década de 1980, instabilidade social referente à questão da moradia, ou seja, era fato a existência de conflitos devido à ocupação de terrenos parcelados, ou mesmo de glebas reservadas, para no futuro, serem loteadas. O Jornal Diário da Manhã do dia 18 de junho de 1983, em reportagem com o título “Invasores com medo da expulsão na Vila Boa”, escreve:

De acordo com Daniel Ângelo da Silva, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Vila Boa, os barracos que a Ação Urbana quer remover estão situados em área pública, dentro do traçado da avenida Madri, uma via com 36 metros de largura. As pressões para a retirada dos invasores, segundo Daniel, partem da Imobiliária Faiçal, dona dos terrenos que margeiam a avenida Madri, inclusive o Loteamento Faiçalville, “75 alqueires de terra ociosa, à espera de valorização”, situado ao lado da invasão. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1983, p.10).

Ainda, tratando da questão da ocupação do espaço urbano de Goiânia, mais especificamente do local onde é hoje a Região Macambira/Cascavel, constata-se que além

²³ A ocupação da área que se transformou em Parque Anhanguera II, ocorreu no início da década de 1980, segundo informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia (SEPLAM), o loteamento contava com 1.196 lotes. Até a data dessa pesquisa tramita na SEPLAM, o processo 667.649.9/175.926.96 que trata da regularização do bairro.

da iniciativa privada, via loteamentos, houve também, como já foi mencionado anteriormente, o envolvimento do poder público que atuava através das edificações dos conjuntos habitacionais, e por meio de abertura de vias públicas, para a interligação desses, aos bairros mais centralizados. Era o atendimento às orientações do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969, do Plano Sistema Integrado de Transportes de Goiânia – Implantação do Transporte de Massa de 1975, e do Plano Estudo de Inter-relação Uso do Solo / Transporte – Goiânia de 1980.

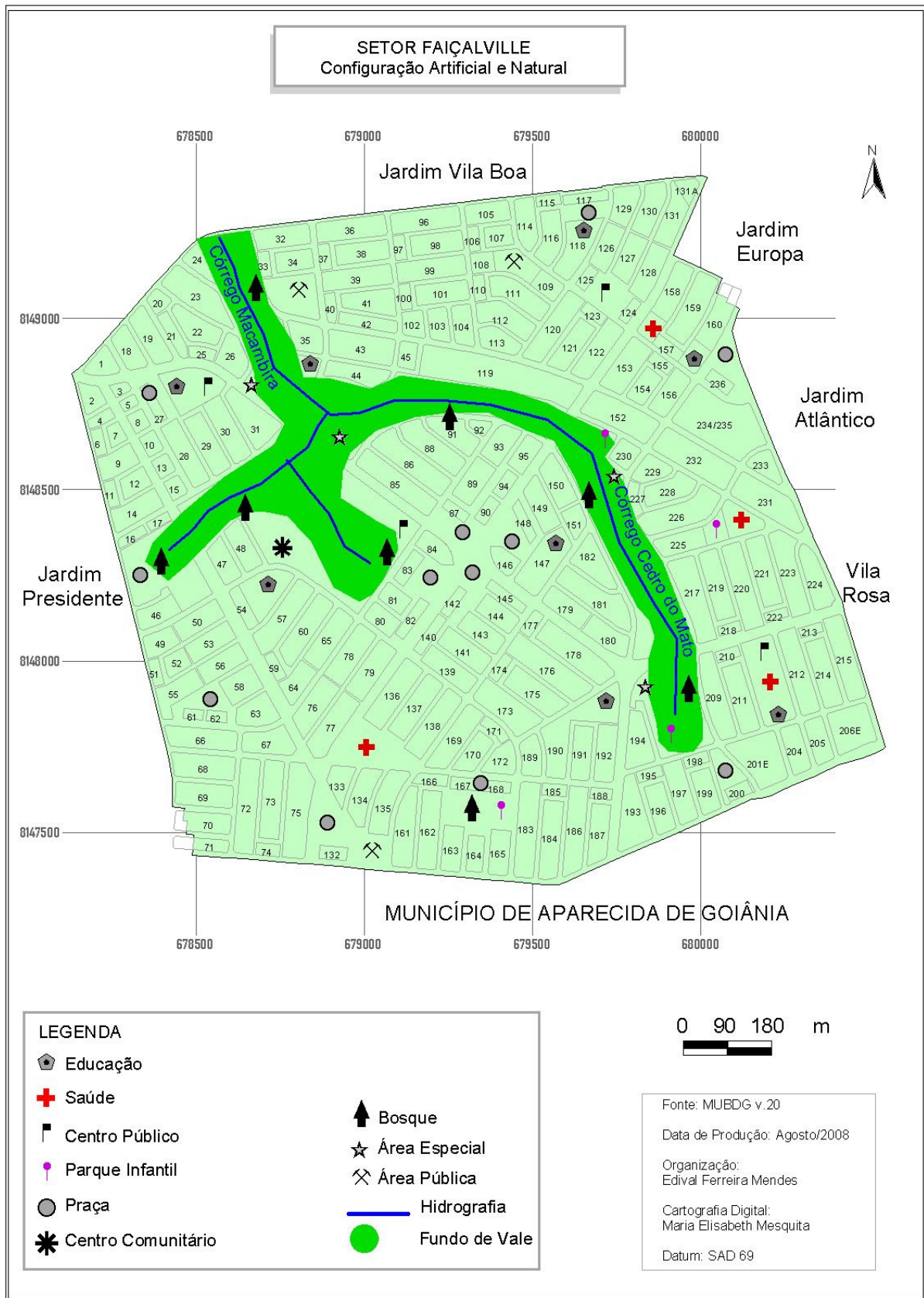
No que se refere à abertura de vias públicas, o Jornal Diário da Manhã, em matéria com o título “Invasores reivindicam” (dia 05 de outubro de 1983), escreve:

O vereador Sebastião Vieira de Melo irá tentar marcar para segunda feira, dia 10, uma audiência do prefeito Nion Albernaz com os moradores do Jardim Europa, ameaçados de expulsão para dar lugar a uma avenida. Comandados por João do Rego, vários fiscais da Ação Urbana vêm tentando convencer 28 famílias a abandonarem o local. Os moradores se recusam a deixar a área e mudar para o Jardim Santo Hilário, que consideram demasiado distante de seus locais de trabalho e de escolas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1983, p. 12)

A situação citada anteriormente evidencia a existência de conflitos entre a iniciativa privada e as pessoas desprovidas de recursos que lhes dessem condições para a aquisição de terrenos para fins de moradia. Essas, pelo mesmo motivo, também conflitavam com o poder público que não atendia às suas reivindicações por um lugar que lhes possibilitasse viver com dignidade.

O espaço periférico da cidade, excetuado os Condomínios Horizontais Fechados, acaba sendo a alternativa que a população de menor poder aquisitivo encontra para a realização do sonho da casa própria, visto que o valor dos terrenos não é tão elevado quanto nos bairros mais centralizados, e também devido à possibilidade dos mesmos serem adquiridos através de pagamentos parcelados em longo período de tempo. Tal situação contribuiu para a viabilização dos projetos da iniciativa privada, no que se refere aos parcelamentos de terrenos e comercialização destes, bem como pelas edificações de conjuntos habitacionais coordenados pelo poder público e executados pela iniciativa privada, nos locais mais longínquos e sem infraestrutura.

É nesse momento histórico, ou seja, no início da década de 1980, que surge o Setor Faiçalville, com a configuração espacial apresentada conforme o mapa 2 a seguir:



Mapa 2 – Setor Façalville.

O Setor Faiçalville surgiu em 1980 do parcelamento dos 373.80,07,05 hectares da Fazenda Macambira pertencente à empresa Imobiliária Faiçal Ltda. O total de hectares, acima mencionado, representa 3.738,007,05 m² distribuídos à época da criação do bairro, conforme tabela 11, da seguinte forma:

Tabela 11- Distribuição em m² da Fazenda Macambira na época de seu parcelamento - 1980

Fundo de vale	Faixa de domínio da rede de energia	Área a ser loteada	Total
301.375,00	51.060,00	3.383.572,05	3.738.007,05

Fonte: Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN). – 1980.

Um bairro, ao ser criado, faz-se necessário que possua estrutura urbana que poderá atender às necessidades de sua comunidade, mediante as relações sociais empreendidas por seus atores. Assim, ao ser criado, é necessário que tenha uma forma que atenda a sua função, que se dá a partir de uma dinâmica social, política e econômica. O que ocorre, quanto à implantação dos equipamentos urbanos, tais como escola, postos de saúde, água tratada, esgotamento sanitário, asfalto, iluminação pública, etc., é que esses, na maioria das vezes, são implantados nos loteamentos de forma lenta e gradativa, geralmente após manifestações populares pressionando o poder público.

As pessoas residentes em um bairro que não conta com as necessárias condições de habitabilidade se integram pela convergência de interesses e desejos de serem atendidas as suas necessidades de bem estar social. É a condição de vida que poderá levar o indivíduo a adquirir a consciência de que necessita de elementos, tanto de competência do poder público, quanto da iniciativa privada, para que as suas necessidades sejam atendidas. A produção do espaço urbano ocorre com a participação de todos os seguimentos sociais, pois esses, estão inseridos na dinâmica da produção capitalista, que não se manifesta através de um único setor da sociedade. A sua ocorrência se dá dentro de uma amplitude, onde as idéias e representações do indivíduo estão vinculadas à produção material. Assim, a sua casa não é um elemento apenas físico, possui também valor simbólico, de luta e conquista de um bem material, que, além de servir como local de moradia, possui valor econômico, dentro do

sistema capitalista de produção, da propriedade privada. Sobre essa situação Carlos observa que,

Os indivíduos são aquilo que eles produzem, na forma como produzem. Eles são aquilo que as condições materiais de sua produção lhes permitem ser (assim como também é verdade, que estas condições são frutos do homem). E esta atividade material dos homens determina a consciência que eles tem de sua vida real. Mas, se no modo de produção capitalista, fundado na propriedade privada, a atividade material dos homens é o trabalho alienado, a produção da consciência do homem que vive neste momento determinado está também mediada pela alienação. Isso porque, os homens, ao produzirem sua vida material, criam também as idéias e representações que tem desta vida material, criando, enfim a linguagem desta vida real, linguagem esta que será a forma de expressão das relações sociais. (NASSER, apud CARLOS, 1994, p, 22 e 23).

Nessa linha de pensamento, constata-se que os indivíduos se apresentam em uma sociedade, conforme a sua ocupação no processo de produção existente nessa sociedade, espelhando, portanto, através de seu comportamento, valores e crenças acerca do que é vivido nas relações sociais e de produção.

O crescimento das cidades, bem como os problemas ambientais advindos de tal expansão, ocorre dentro da dinâmica acima mencionada, ou seja, do trabalho, da produção e do consumo.

A expansão urbana rumo à Região Macambira/Cascavel requer uma análise não somente conforme os princípios epistemológicos de uma única ciência, mas também, conforme proposições dos mais variados campos do saber, (das ciências sociais, políticas, econômicas, jurídicas, etc.), que fundamentam o entendimento, se os cidadãos são integrantes de uma comunidade, se possuem ou não cidadania. Sabe-se que, para a existência desta, é necessária a interação de vários elementos que irão propiciar, ao indivíduo, meios para que seja cidadão. Portanto, a pessoa que tem como moradia um bairro que não lhe oferece condições de vida, constata-se que ela está sendo aviltada na sua condição de pessoa humana, possuidora de cidadania.

A respeito de cidadania, Santos expressa que,

A cidadania mutilada não é simplesmente o fato das leis injustas. Ela também resulta da própria estrutura do espaço, que na cidade separa os indivíduos e faz dos pobres ainda mais pobres, nos bairros onde vivem, ali mesmo onde os serviços públicos são mais raros e o preço dos bens e serviços comprados é mais alto. Mas o cidadão mutilado é induzido a uma interpretação naturalista de sua situação de inferioridade, já que os bairros pobres se definem como aqueles onde há todo tipo de carências. Dessa maneira, não é a cidade capitalista que é injusta para com o pobre, mas sua própria pobreza, carência que pode ser suprida, segundo a ideologia dominante, por meio do trabalho. A expansão das classes médias reforça essa crença induzida. (SANTOS, 1990, p. 188 e 189).

A ponderação desse autor propicia o entendimento de que a expansão urbana evidencia a estratificação social, com a separação dos cidadãos detentores de maior condição financeira, daqueles de baixo ou de nenhum poder aquisitivo. Portanto, constata-se na cidade, espaços urbanos diferenciados do ponto de vista socioeconômico, que por sua vez retratam também, as mais variadas disparidades ambientais.

Inserida na dinâmica do crescimento da cidade, está também, o fenômeno da mobilidade espacial dos homens. “No caso da mobilidade intra-urbana, a localização e realocação do capital imobiliário e dos investimentos públicos na cidade assumem papel de destaque” (LAGO, 2000, p. 45 e 46). Encontra-se, nessa autora, uma contribuição para a reflexão acerca desse processo. Seguindo as suas ponderações, no que se refere ao espaço urbano, entende-se que o homem, ao ocupá-lo, evidencia sua condição financeira devido principalmente o valor do imóvel que ocupa, geralmente determinado pelo mercado imobiliário. Os bairros, mediante a infra-estrutura que possuem, tais como, água tratada, esgotamento sanitário, escolas, postos de saúde, segurança, etc., retratam também, se seus moradores, são beneficiados pelos investimentos públicos, que desempenham importante papel na garantia da cidadania e da qualidade de vida da pessoa humana.

No que se refere à Goiânia, essa situação pode ser observada na reflexão de Bernardes (1999), que enfatiza a distribuição desigual do espaço na cidade. “Existe um muro separando o centro de Goiânia da periferia. São duas cidades e uma não conhece a outra. É uma ocupação desordenada do espaço. Tudo isso gera [...] problemas sociais e só aumenta a insegurança”. (BERNARDES *in* ROCHA, 1999, p. 8).

As relações sociais, políticas e econômicas adotam dinâmicas que acabam influenciando na densidade demográfica de uma determinada região da cidade, bem como

criam mecanismos que direcionam a sua expansão urbana. O poder público, ao considerar uma determinada região da cidade como propícia à expansão, possibilita ao poder econômico, no caso a atividade imobiliária, através dos parcelamentos, uma maior potencialidade de acumulação de capital, via comercialização de imóveis, onde, esses, dependendo da localização no espaço urbano, acabam gerando problemas tanto ambientais quanto sociais. No que se refere a esses, destaca-se a questão da segregação espacial. “O processo de exclusão, ou de segregação espacial a que são submetidas parcelas de moradores de uma cidade, está relacionado ao contexto sócio-econômico e histórico da sociedade”. (BERNARDES, 1998, p.195).

As considerações de Santos (1990), Lago (2000) e Bernardes (1998, 1999), juntamente com os demais autores anteriormente citados, nos possibilitam a realização de uma reflexão, em grau de maior amplitude, sobre a exclusão social no espaço urbano, que o poder público geralmente deixa de mostrá-lo ou até mesmo a camufla, mediante as publicidades de suas realizações administrativas, quanto à implantação de rede de esgotamento sanitário, pavimentação asfáltica, água tratada, escola, posto de saúde, etc., que nem sempre tem amplitude capaz de atender as reais necessidades da sociedade.

No caso desta dissertação, o que se constata em certas partes do Setor Faiçalville, é a ausência de alguns desses benefícios, o que acaba interferindo na qualidade de vida de seus moradores. Situação essa que será trabalhada no Capítulo 3 dessa dissertação.

2.3 Relações socioambientais no espaço urbanizado de Goiânia: Região Macambira/

Cascavel – Setor Façalville

No Brasil, a dinâmica da produção industrial se deu, primeiramente, em São Paulo, no início do século XX e se estendeu para grandes cidades do país. O Município de Goiânia, mapa 3, mesmo não tendo recebido o impulso industrial dos grandes centros, também faz parte da dinâmica socioeconômica do país, ou seja, do modo capitalista de produzir, do lucro e da acumulação de capital. No Estado de Goiás, isso se deu inicialmente, através do fornecimento de produtos da agropecuária, para a região Sudeste do país. No que tange à agricultura, Borges, observa que,

Principalmente a partir da década de setenta, as estratégias voltadas a inserir as lavouras no circuito exportador demandam alta tecnologia, maquinários e aumento na área e na produtividade das terras cultivadas. Os investimentos substantivos para superar os obsoletos padrões tecnológicos e os entraves das relações de trabalho pré-capitalistas, além de promover o uso intensivo da terra, a iniciativa privada vai efetivar, em grande maioria, à base do financiamento público. O Estado, por sua vez, procura garantir as políticas e os programas especiais de patrocínio conjugando-se ao capital financeiro multinacional. (BORGES, 1998, p.144).

No que se refere às iniciativas do Governo do Estado de Goiás, para melhorar o desempenho do setor agrícola, no sentido de fazer frente às demandas de mercado e incrementar as receitas do Estado, se torna pertinente às ponderações de Borges, pois para ele,

A extensão rural, as escolas agrícolas, os empréstimos de tratores e maquinários de grande porte a grupos de fazendeiros, a prioritária manutenção das rodovias e pontes, ampliação do sistema de armazenagem ou políticas de preço mínimo, são todas elas formas rotineiras de incentivo em todos os planos de governo. (Ibid, 146).

Pietrafesa (2002), explanando acerca do crescimento da produção agrícola no Estado de Goiás observa que

O avanço assenta-se quase que exclusivamente na ampliação das grandes áreas de monoculturas voltadas para a exportação (em detrimento da produção para o mercado interno). Na década de 90, esse modelo introduziu uma “nova” lógica de relações produtivas no campo. O discurso passou a ser feito a partir das necessidades de baixar custos para elevar o grau de produtividade e competitividade no mercado globalizado. Para a realização desse processo, intensificou-se a utilização da biotecnologia, reduzindo o tempo para completar o ciclo produtivo. (PIETRAFESA, 2002, p. 143).

Borges (1998) e Pietrafesa (2002) nos dão condições para uma melhor compreensão da formação e estruturação do setor produtivo rural goiano, bem como de sua participação no mercado, onde são ofertados produtos, tais como milho, soja, algodão, álcool, etc. Produtos esses, que atualmente desempenham importante papel na economia do Estado de Goiás, refletindo, portanto, na dinamicidade do mercado de suas cidades, e conseqüentemente de sua capital.

É importante destacar também, a potencialidade do Estado de Goiás, na produção de leite, carne e aves, tendo como maior realce as suas regiões, Sudeste e Sudoeste, nessa, se destaca o município de Rio Verde. Esse, “tem como constituição histórica a formação de uma agropecuária patronal, voltada para a exportação de grãos e carne, e seguiu o padrão tecnológico para produção em grande escala”. (PIETRAFESA, 2002, p. 26).

A industrialização do território goiano contou principalmente com a participação do Governo, através de investimentos em infraestrutura como, por exemplo, a abertura e pavimentação de estradas e a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica, bem como a adoção de incentivo fiscal e financeiro ao setor privado. Além desses elementos, destaca-se também, a sua urbanização, bem como seu potencial em termos de matéria-prima, tato de recursos minerais, quanto da agropecuária.

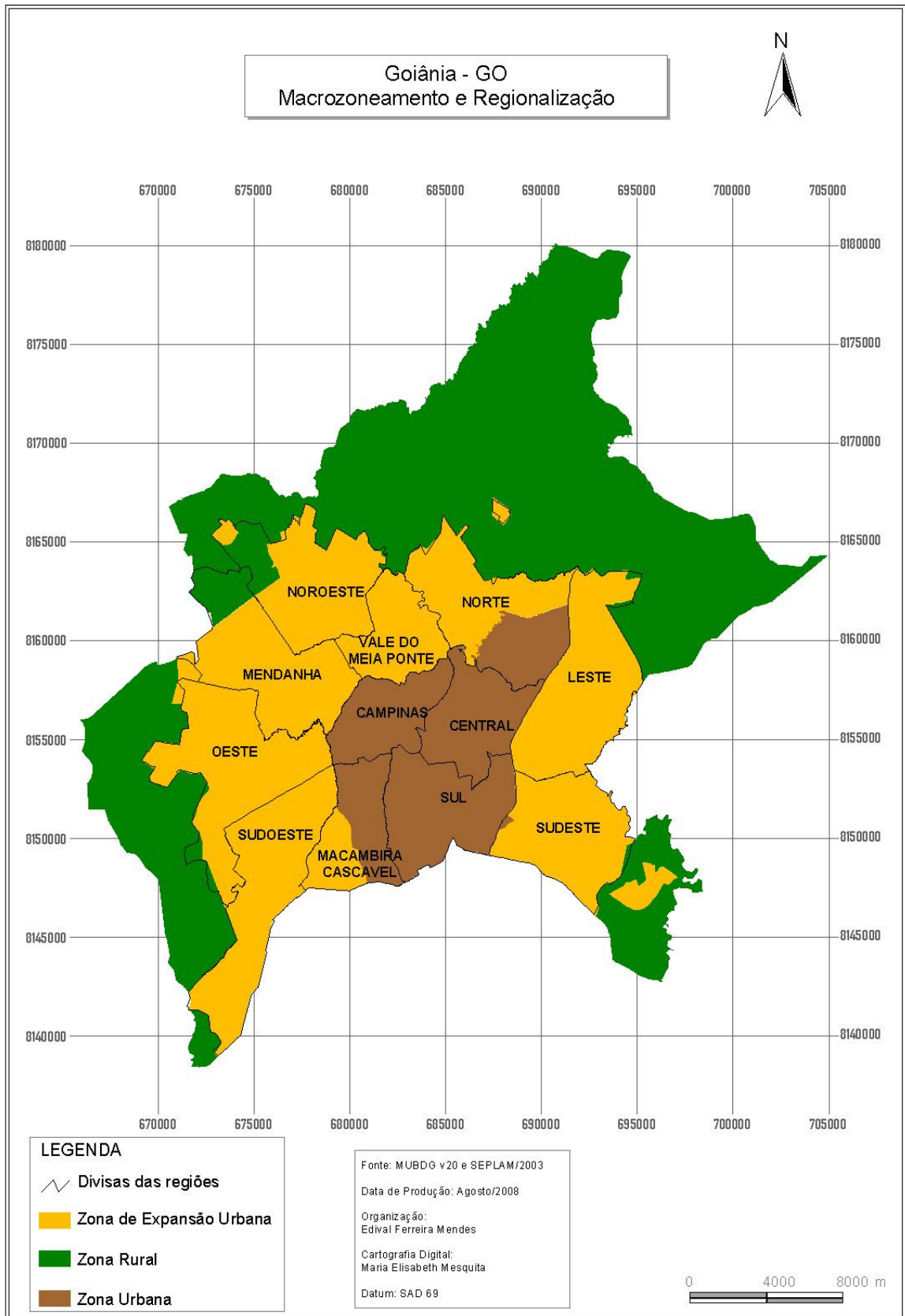
Atualmente, encontra-se instalado no Estado de Goiás um significativo número de indústrias, dos mais variados segmentos, desde as ligadas ao agro-negócio, ao setor

farmacêutico, automobilístico, construção civil, etc. Conforme a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), que adotou como fonte dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ), em 2008 o Estado de Goiás contava com um total de 11.552 indústrias cadastradas nessa Secretaria, classificadas por gênero e porte. Observa-se que o setor industrial vem contribuindo para a dinamização e articulação do mercado, tanto do campo, quanto da cidade.

A Capital do Estado de Goiás está inserida no modelo de desenvolvimento estabelecido pelo modo de produção capitalista. O parcelamento de seu solo acontece segundo aos princípios do mercado, da apropriação, da lógica do capital, isto é, produzir para vender e, conseqüentemente, acumular riqueza. Assim, “na opulência do sistema de apropriação, é necessário produzir, cada vez mais, mesmo que haja desperdício de matéria-prima [...]”. (PIRES, 1998, p. 69).

Portanto, é nesse contexto, que a cidade de Goiânia se encontra, e nessas condições é que ocorrem os parcelamentos e a sua expansão urbana, reduzindo a sua zona rural, e ampliando a complexidade das relações socioambientais em seu território.

Sobre a configuração das zonas urbana, de expansão urbana e rural, no município de Goiânia ver mapa 3 a seguir.



Mapa 3 – Goiânia/GO – Macrozoneamento e Regionalização.

Goiânia, com exceção da indústria da construção civil, de produtos alimentícios e confecção, é uma cidade que apresenta práticas econômicas baseadas principalmente no setor terciário, ou seja, na prestação de serviços e no comércio.

Não se verifica, em Goiânia, o peso do setor industrial, como ocorre em algumas cidades da Região Sudeste do país, o que não exclui a existência de relações socioeconômicas prejudiciais ao seu meio ambiente. No que se refere à indústria da construção civil observa-se que esta tem contribuído para o adensamento em certos bairros da capital, via construção de edifícios, prejudicando a ventilação, iluminação e circulação de automóveis devido à concentração destes em ruas estreitas.

Constata-se também o descarte em locais inadequados, de resíduos sólidos, provenientes da prática da construção civil, fato esse constatado no Setor Faiçalville, conforme mostra a figura 1. Infelizmente, essa realidade se multiplica em outros locais da cidade causando impacto negativo ao meio ambiente que, conseqüentemente, resulta em prejuízo à qualidade de vida do habitante da capital goiana.



Figura 1 – Lançamento de resíduos sólidos nas proximidades da nascente do Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2007.

A figura 1 indica que, no Setor Faiçalville, o aspecto ambiental ainda não recebe o destaque que merece e parte da população parece não possuir elementos motivadores para percebê-lo e valorizá-lo.

A circulação diária de pessoas no meio urbano da Capital se dá principalmente mediante a separação entre moradia e local de trabalho, fato que não era comum ocorrer com o homem do campo antes de se consolidar o processo de urbanização, pois esse residia geralmente em seu ambiente de trabalho, onde ocorriam as relações socioambientais.

No campo, mesmo quando era necessário fazer um percurso maior, esse se dava em meio à natureza, diferente do homem urbano que se desloca em um espaço produzido que lhe parece estranho. O seu comportamento é de indiferença para com os poucos elementos naturais que podem ser observados.

Sobre o cidadão, em relação ao espaço urbano, George esclarece:

Perdido em um universo de concreto, labirinto de vias organizadas que se ligam a anéis rodoviários sobrecarregados de automóveis, ele não se sente mais um habitante, no sentido de que ele perdeu a idéia de que poderia participar da posse de sua cidade, ser, de uma maneira ou de outra, responsável pela sua administração e manutenção. Ao contrário, sente-se, às vezes, agredido pelo meio e toma mesmo uma atitude hostil para com ele. Duas conseqüências: a evasão periódica e o desinteresse total com relação a um quadro imposto que ele não hesita, às vezes, em profanar com depredações gratuitas. (GEORGE, 1983, p. 186).

No que se refere à “evasão periódica”, acima mencionada pelo autor, constata-se que em Goiânia, como em qualquer cidade grande, é comum o processo de evasão do cidadão, em busca de fuga da condição de opressão que o espaço urbano lhe impõe. É uma situação contraditória, pois ele foge, na maioria das vezes, para espaços também urbanizados, ou com grande concentração de pessoas, principalmente em feriados prolongados. Exemplo disso em Goiás são as cidades de Caldas Novas, Pirenópolis, Cidade de Goiás, Aruanã, Alto Paraíso, dentre outras, que funcionam como pólos atrativos de pessoas que, ao se deslocarem dos grandes centros urbanos, levam consigo o desejo de usufruir momentos de lazer e não a cultura da valorização do meio ambiente, tanto do local de onde procede, quanto do sítio que irá recebê-lo.

Não se vive mais na cidade, ela é suportada à espera dos dias de evasão. Mas a esse respeito, os lazeres anuais fora da cidade são menos simbólicos da desagregação da realidade humana da cidade do que as migrações semanais que ilustram melhor o sentido que os cidadãos dão a ela: o âmbito do trabalho, isto é, de obrigações, de opressões, tudo o que devemos suportar na vida esperando a época da aposentadoria,

que também é, para a maioria, a época de uma outra evasão: a da partida definitiva da cidade mal-amada. (GEORGE *op. cit.* p. 203).

Considerando as ponderações desse autor, entende-se que em se tratando das relações socioambientais na Região Macambira/Cascavel e, especificamente, no Setor Faiçalville, é possível inferir que ocorre, nesse bairro, ações de pessoas que parece não se sentirem integrantes de seu espaço, enquanto lugar que necessita ser preservado. Prova disso é a quantidade de lixo e resíduos sólidos descartados aleatoriamente em suas ruas, avenidas, praças e fundo de vales.

O espaço urbano da Capital não é vivenciado por todos da mesma forma. O poder aquisitivo determina como vivenciá-lo, incluindo alguns e excluindo a grande maioria dos cidadãos que nele habita.

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo *ter*, isto é, pela sua condição de proprietários de bens. (CARLOS, 1994, p. 23).

Ainda, analisando a configuração do meio urbano, pelo prisma da produção do espaço, e das relações sociais, pode-se considerar que

A cidade é espaço social e este não se reproduz sem conflitos e contradições. A idéia de conflito urbano é moldada a partir da noção de movimento que conduz à reflexão de que, numa sociedade de classes, o espaço não se (re)produz sem conflitos e contradições. Ao lado do capital imobiliário e do Estado, inscreve-se também o cidadão, com sua vida e suas lutas criando estratégias de sobrevivência, portanto interferindo na produção da cidade. (BERNARDES, 2005, p. 181).

Em Goiânia, os parques situados nos condomínios horizontais fechados, possuem uma melhor estrutura para receber visitas, porém, observa-se que estes são pouco visitados, por estarem situados em um local que apresenta algumas restrições para ser adentrado. Resta, portanto, como opção, os parques situados nos bairros abertos, porém mais centralizados. Constata-se que os moradores dos bairros periféricos têm poucas oportunidades para freqüentá-los, visto que o gasto com transporte acaba sendo um empecilho. O cidadão, ao ser excluído da apropriação das riquezas produzidas, o é, também, de parte do espaço da cidade em que vive.

As pessoas de maior poder aquisitivo, como já foi mencionado anteriormente, em feriados prolongados, se deslocam para espaços preparados para recreação. Esses, mesmo com alguns elementos naturais preservados, são estruturas voltadas para as atividades econômicas que na maioria das vezes não adotam medidas que contribuam para que seus freqüentadores tenham mudanças de hábitos quanto ao modo de se relacionar com o meio ambiente.

Para que ocorram relações socioambientais voltadas para os princípios da sustentabilidade, se faz necessário que o ser humano se porte como integrante do ecossistema, inserido ao todo, e vivenciando as suas interações. “Na verdade, cada ecossistema é um *todo* que se organiza a partir das interações dos seres que o constituem. Assim, o *todo*, o *ecossistema*, só existe pelas interações entre as partes e são essas complexas interações que o constituem”. (GONÇALVES, 1998, p. 64).

Fazendo uma reflexão sobre a relação do habitante de Goiânia da Região Macambira/Cascavel e do Setor Faiçalville com o meio ambiente, conclui-se que a valorização deste, deve ter como ponto de partida o lugar onde se vive, onde está edificada sua moradia.

O processo de assimilação de sua casa, dos logradouros e de seu bairro, como palco onde ocorrem relações socioambientais, é que irão proporcionar uma aceitação da idéia de preservação do meio ambiente como um todo. Tem-se como ponto de partida o local (o bairro) e se expande para a cidade no aspecto geral, podendo inclusive ir além da municipalidade onde se vive, ocorrendo, assim, o (re) encontro do ser humano com o meio ambiente que, no caso de Goiás, foi rompido, principalmente através do deslocamento do homem do campo para a cidade e o rápido processo de urbanização lhe fez perder o elo que o ligava à natureza.

A preservação dos elementos naturais constitui-se em fator importante para a garantia da qualidade de vida das pessoas. Para o parcelamento do solo, vários elementos devem ser observados, e a sustentabilidade ambiental é um deles.

Conforme Capra (2007), “todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo”. (CAPRA, 2007, p. 260). Nessa perspectiva, esse autor ainda observa que

Os organismos vivos, sendo sistemas abertos, mantêm-se vivos e em funcionamento através de intensas transações com seu meio ambiente, que também consiste, parcialmente, em organismos. Assim, a

totalidade da biosfera – nosso ecossistema planetário – é uma teia dinâmica e altamente integrada de formas vivas e não-vivas. Embora essa teia possua múltiplos níveis, as transações e interdependências existem em todos os seus níveis. (CAPRA, 2007, p. 268 e 269).

Considerando as ponderações desse autor e ressaltando o Setor Faiçalville, com suas características no que se refere ao solo, a fauna, a flora e à presença de nascentes d'água existentes em vários pontos, é que surge a dúvida se o local poderia ter sido parcelado, da forma que foi, isto é, fragmentando *habitats* para a abertura de largas avenidas, como pode ser observado nas figuras 2 e 3 a seguir:



Figura 2 – Vista parcial da Av. Nadra Bufaiçal no Setor Faiçalville em processo de elevação e duplicação para ser pavimentada.

Fonte: Acervo particular do autor. (Edival F. Mendes) – Out. 2000.



Figura 3 – Vista parcial da Av. Madri no Setor Faiçalville em processo de elevação e duplicação para ser pavimentada.

Fonte: Acervo particular do autor. (Edival F. Mendes) – Out. 2000.

As figuras 2 e 3 reforçam o entendimento de que do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, teria sido importante que naquela região tivesse sido preservada uma área maior, para a implantação de um grande parque, ao invés da realidade ali atualmente existente, ou seja, de uma área preservada que não contempla todos os nichos ecológicos do lugar.

Sabe-se que o não parcelamento de uma porção do solo urbano, reservando-o para transformá-lo em reserva ambiental, pode significar, para o seu proprietário, uma situação que não favorece ao ganho econômico. O parcelamento agrega valor em cada unidade (lote) que é criado, o que representa uma maximização financeira sobre o total do terreno parcelado.

Na época da criação do Setor Faiçalville, 1980, o poder público, tanto estadual quanto municipal realizou estudos e pareceres para a sua aprovação, (ver anexos 2 e 3). Embora, esses tenham ocorrido, parece que não tiveram amplitude suficiente para impedir que os elementos naturais tanto bióticos quanto abióticos que ali existiam e ainda existem, ficassem em situação de desequilíbrio.

Outrora, a teoria do determinismo²⁴ ou causalidade foi usada e até aceita ideologicamente para explicar ou buscar justificativas para o comportamento humano e sua forma de se relacionar com o meio ambiente. Porém, a configuração, social, política e econômica do mundo moderno é completamente diferente da existente na época de sua criação, ou seja, no decorrer do século XIX. O que prevalece atualmente é a força do mercado, do capital e do lucro financeiro, elementos esses que parecem ter prevalecido quando da criação do Setor Faiçalville.

Assim sendo, busca-se, na perspectiva dialética, o modo de explicar a criação desse bairro, isto é, das relações contraditórias entre as classes sociais, relações essas que acontecem em um palco capitalista, sob os olhares do mercado financeiro. Além desses elementos, é importante também, analisar o comportamento humano e suas relações com o meio ambiente, levando-se em consideração a existência dos recursos tecnológicos que permitem ao ser humano uma maior atuação sobre o meio ambiente, moldando-o para o atendimento de suas necessidades, que na maioria das vezes, são econômicas.

Observa-se por meio das figuras 2 e 3 que, no Setor Faiçalville, elementos naturais foram alterados através da ação antrópica, (a canalização de córregos, a retirada de mata ciliar, fragmentação de *hábitat*, etc.), causando irreparáveis danos ambientais. Essa abordagem será melhor trabalhada no Capítulo 3 desta dissertação. Porém, o que se observa é que o meio ambiente é modificado sem a devida observância, quanto a sua viabilidade no que se refere a um equilíbrio entre os elementos componentes do ecossistema. O que prevalece nas relações socioambientais é o interesse pelo ganho financeiro. Desse modo, o espaço se

²⁴ A teoria segundo a qual as condições naturais governam o comportamento do homem e até mesmo aspectos de seu caráter chama-se determinismo ou causalidade. Trata-se de uma noção derivada da idéia pós-darwiniana do homem enquanto produto da seleção natural, por inexoráveis processos da natureza. Que a natureza obedece a um grande plano, ao qual o homem tem de se conformar e, dessa forma, prosperar, eis uma tese inteiramente fora de moda. (DREW, 2002, p. 4).

Foi o determinismo ambiental o primeiro paradigma a caracterizar a geografia que emerge no final do século XIX, com a passagem do capitalismo concorrencial para uma fase monopolista e imperialista.

Seus defensores afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresciam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas meteorológicas mais propícias.

Fundamentando a tese do determinismo ambiental, estavam as teorias naturalistas de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos e as de Darwin sobre a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos mais bem dotados em face do meio natural. Estas teorias foram adotadas pelas ciências sociais, que viam nelas a possibilidade de explicar a sociedade através de mecanismos que ocorrem na natureza. Foi Herbert Spencer, filósofo inglês do século XIX, o grande defensor das idéias naturalistas nas ciências sociais. (CORRÊA, 1987, p. 9).

apresenta não apenas no aspecto físico, mas também como um elemento possuidor de características sociais, políticas, culturais e econômicas.

2.3.1 Região Macambira/Cascavel – Setor Faiçalville

Goiânia, nas últimas décadas, apresentou significativo crescimento populacional, exigindo, do poder público, eficiente planejamento territorial, no sentido de conhecer as variáveis que podem contribuir ou não para a viabilização da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O aumento do número de habitantes de uma cidade, aliado aos fatores sociais, políticos e econômicos, se manifesta como elemento indutor para o processo de expansão urbana. Com o crescimento da cidade, cada lugar adquire uma característica própria; são vários espaços homogêneos no contexto da heterogeneidade do espaço urbano. Assim, observar as particularidades pode ser uma alternativa para a viabilização e eficácia do planejamento urbano.

A Região Macambira/Cascavel, na qual se encontra o Setor Faiçalville, se originou da divisão da Região Sudoeste de Goiânia. A proposta da nova regionalização da Capital, isto é, com 12 (doze) regiões, como pode ser observado no mapa 4, aconteceu no ano de 2003. Conforme Moysés (2005), após várias reuniões entre Secretarias do Município de Goiânia, Universidades, Câmara Municipal, e órgãos estaduais e federais. Ainda de acordo com esse autor, as reuniões aconteciam sob a coordenação do Departamento de Ordenação Socioeconômica (DPSE) e do Departamento de Geoprocessamento (DGEO) da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), de Goiânia.

Sobre o processo para a criação das 12 (doze) regiões de Goiânia, Moysés, elucida:

No processo de discussão da nova base territorial com as instituições envolvidas, tomou-se o cuidado de se obter uma agregação de bairros mais homogênea possível. Por essa razão, na perspectiva de se alcançar um planejamento mais racional de seu território, o grupo concluiu que a cidade, na sua parte urbana, ou seja, o conjunto de bairros, vilas, setores, jardins, fosse recortada em 81 microrregiões (espaços razoavelmente homogêneos), que passariam a constituir Unidades Territoriais de Planejamento (UTP). Essas microrregiões, por sua vez, foram consolidadas primeiramente em 11 grandes regiões e, posteriormente, em 12 grandes regiões. (MOYSÉS, 2005, p. 30).

Neste trabalho, acatou-se a proposta das 12 (doze) regiões, e adotou-se, a Região Macambira/Cascavel onde se encontra o Setor Faiçalville (objeto de pesquisa). Tal opção

também se deve ao fato de que o Anuário Estatístico 2006 da SEPLAM, onde estão organizados e tabulados os dados socioeconômicos do Município de Goiânia, também leva-a em consideração. Portanto, entende-se que, através de informações mais homogêneas e atualizadas sobre Goiânia, pode-se realizar análises mais elaboradas, acerca das relações socioeconômicas que ocorrem em seu território.

Os Bairros integrantes da Região Macambira/Cascavel, são os constantes do quadro 1.

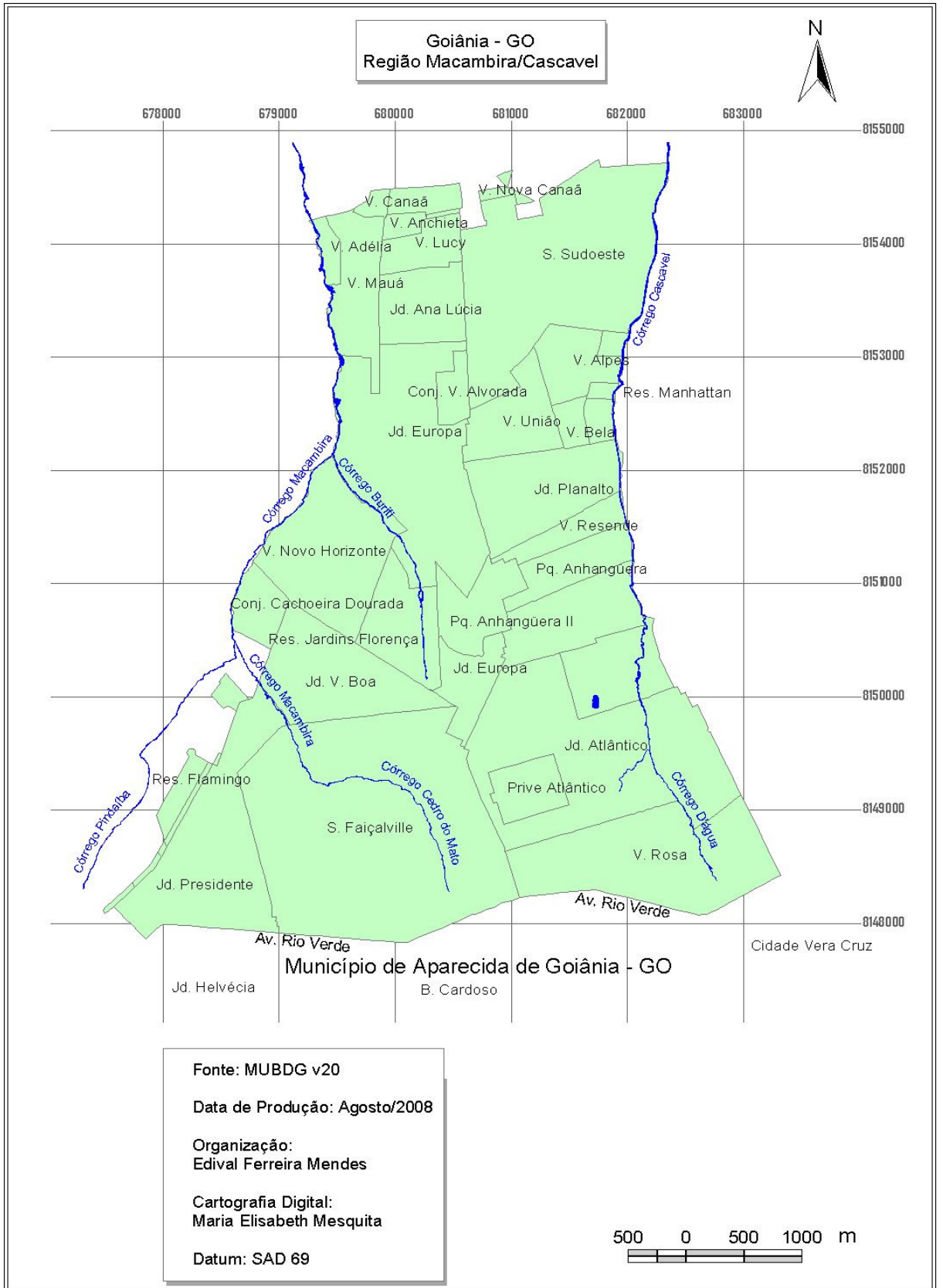
Quadro 1 - Goiânia: Regiões, Microregiões e suas Composições

REGIÃO MACAMBIRA/CASCADEL	
Microregiões	Composição (Bairros, Vilas, Jardins, Setores)
Sudoeste	Cidade Jardim (parte) Jardim Planalto (parte) Residencial Manhattan Setor Sol Nascente (parte) Setor Sudoeste (parte) Setor União Vila Alpes Vila Bela Vila Nova Canaã (parte)
Jardim Europa	Bairro Anhanguera Bairro Anhanguera (acrécimo) Conjunto Vila Alvorada Jardim Ana Lúcia Jardim Atlântico (parte) Jardim Europa (parte) Jardim Planalto (parte) Parque Anhanguera Setor Sudoeste (parte) (divisa) Vila Adélia Vila Anchieta Vila Canaã (parte) Vila Lucy Vila Mauá Vila Rezende
Jardins Florença (Cond. Fechado)	Residencial Jardins Florença
Novo Horizonte/Faiçalville	Conjunto Cachoeira Dourada Jardim Europa (parte) Jardim Presidente (extensão)

	Jardim Vila Boa Loteamento Faiçalville Residencial Flamingo Vila Novo Horizonte
Jardim Atlântico	Vila Rosa (parte) Jardim Atlântico (parte)
Parque Anhanguera II	Parque Anhanguera II
Prive Atlântico	Prive Atlântico

Fonte: SEPLAM/DPSE/DVSE / 2006.

Os bairros apresentados no quadro 1, em termos de localização espacial, podem ser observados no mapa 4, a seguir:



Mapa 4 – Goiânia/GO – Região Macambira/Cascavel.

Esta Região, segundo dados trabalhados pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), com base no Censo demográfico 2000 (IBGE), está entre as doze regiões propostas, em 2004, por esse órgão do município, e ocupa a 6ª posição em termos de crescimento populacional, com um total de 93.000 habitantes, sendo 44.002 pessoas do sexo masculino e 48.998 do sexo feminino. Situação essa que pode ser observada na tabela 12.

Tabela 12 - Goiânia: População residente, por sexo, segundo as regiões no ano de 2000.

Região	População Residente*		
	Total	Homens	Mulheres
Central	145.960	65.501	80.459
Sul	165.288	77.177	88.111
Macambira/Cascavel	93.000	44.002	48.998
Oeste	65.355	31.973	33.382
Mendanha	56.393	27.546	28.847
Noroeste	111.389	55.523	55.866
Vale do Meia Ponte	52.640	25.360	27.280
Norte	63.840	30.754	32.589
Leste	106.966	52.091	54.875
Campinas	123.530	57.521	66.009
Sudeste	43.807	21.096	22.711
Sudoeste	57.638	28.469	29.169
Total	1.085.806**	517.013	568.296

Fonte: Censo demográfico 2000 (IBGE)

Dados trabalhados pela Prefeitura de Goiânia – SEPLAM/DPSE/DVPE/DVSE – 2006

(*) Não contém os dados da população rural, que totaliza 7.201 pessoas.

(**) Estão contidos os dados da população residente do Distrito Sede de Vila Rica, que totaliza 497 pessoas, apesar de não estar desagregada por sexo.

O Setor Faiçalville, segundo a (SEPLAM), contava com um total de 3.453 habitantes em 1991, sendo 1.694 do sexo masculino e 1.758 do sexo feminino. Já no ano de 2000, o bairro possuía 6.182 moradores, 3.005 do sexo masculino e 3.176 do sexo feminino. Analisando o crescimento da população do bairro, tomando como base o total geral de moradores dos anos de 1991 e 2000, observa-se que a população apresentou um aumento de 2.729 novos moradores, o que representa 79,03% no período de nove anos.

O Setor Faiçalville já se confunde em um processo de conurbação²⁵ com o Bairro Cardoso e Jardim Helvécia. Esses pertencem ao município de Aparecida de Goiânia e estão separados daquele pela Avenida Rio Verde, o que pode ser observado no mapa 4, anteriormente já apresentado. Por fazer parte de um espaço conurbado, observa-se ali um acréscimo no número de pessoas que atuam sobre o seu espaço. Essas transitam dentro do bairro em um processo de relações sociais, econômicas e políticas, fazendo dele, palco para a realização ou a viabilização do atendimento de suas necessidades, usufruindo da infraestrutura ali existente, ou sofrendo as conseqüências pela sua falta. Assim, o Setor Faiçalville não é vivenciado apenas por seus moradores que possivelmente mantém com ele uma relação mais direta; é também, vivenciado por pessoas de outra cidade, de outros bairros, que não o veem do mesmo modo de quem nele reside. Pois, “é a escala do bairro, em torno da qual se desenvolve um certo sentimento de identidade e de diferenciação para com outros bairros”. (RÉMY e VOYÉ, 1997, p.131).

Considerando a ponderação desses autores, entende-se que o cidadão que reside em outro bairro acaba tendo com o Setor Faiçalville uma relação sem vínculo, sem identificação com a comunidade e com o meio ambiente; é um lugar que pode se converter em um não-lugar. Para Augé (1994), “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. (AUGÉ, 1994, p. 73). Desse modo, existe a possibilidade das relações socioambientais ocorrerem de forma alheia à preservação dos

²⁵ Esse termo foi criado por Patrik Geddes, biólogo escocês pioneiro em planejamento urbano. Essa palavra, [...] implica junção de cidades em expansão. (BLUMENFELD, 1977, p. 52).

recursos naturais ali existentes, pois o espaço do bairro pode se transformar, para quem com ele não se identifica e nele não se relaciona social, histórico e cultural em um não-lugar.

O Setor Faiçalville se apresenta como um espaço urbano com peculiaridades quanto às características sociais e ambientais. Quanto a essas, constata-se em seu espaço a existência de bosque, nascentes, córrego, etc., quanto aquelas, observa-se que o mesmo apresenta partes distintas, no que diz respeito a infraestrutura e ao padrão das edificações. Observa-se que essas estão adquirindo formas e funções, inerentes aos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais do momento atual. Conforme Santos,

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética.

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo. (SANTOS, 1999, p.88).

Essa afirmativa de Santos nos permite refletir sobre a construção e a atual configuração do Setor Faiçalville, seguindo uma visão dialética para a compreensão de seu espaço. Entendendo-se, portanto, que seus elementos naturais, ou mesmo os produzidos pelo homem, são transformados em objetos com conteúdo socioeconômico, o que possibilita inscrevê-los no processo de “competição” que se realiza entre as diferentes classes sociais, que deles buscam se apropriarem.

O modo como se dá o processo de apropriação delinear os contornos e determinará as necessidades da produção e, conseqüentemente, da sociedade. Logo, a determinação das diretrizes, prioridades e necessidades da sociedade dar-se-á, necessariamente, com lutas e conflitos. [...] O espaço, além de *produto* da existência humana, é também, *condição* e *meio* do processo de reprodução geral da sociedade. (CARLOS, 1988, p. 19).

Observando as ponderações dessa autora, entende-se que o Setor Faiçalville, por ser fruto das relações sociais de produção, não deixa de apresentar em seu interior, espaços diferenciados que retratam essas relações. No bairro, encontram-se, também, os elementos naturais anteriormente já mencionados, que acabam padecendo devido às ações humanas. Cita-se aqui, a título de exemplo, o Bosque Macambira, com área de 407.534,16m², criado através da Lei nº 7.730, de 30 de Setembro de 1997 – publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia no dia 02 de outubro de 1997. (Ver Lei, anexo 7). A respeito desse bosque e de outros elementos naturais do bairro, abordar-se-á no Capítulo 3 desta dissertação.

Nas últimas décadas, a reflexão sobre o meio ambiente vem ganhando importância; sabe-se da necessidade de se conhecer a natureza, um sistema com elementos interdependentes e complexos. A preservação de toda forma de vida existente no planeta representa não somente o equilíbrio dos ecossistemas, porém, é uma forma de viabilizar meios para que o homem continue retirando da natureza os elementos necessários para a satisfação de suas necessidades primárias.

Em épocas primitivas, os homens se relacionavam, atuavam no meio ambiente de forma a alcançarem seus objetivos, que eram de sobrevivência, no caso, abrigo e alimentação; como exemplo, pode ser citada a formação de grupos para a caça e abate de animais. A sua atuação na natureza gerava impactos negativos proporcionais aos instrumentos com que poderia contar à época, ou seja, tronco de árvores, cipó, pedra, etc., assim, a sua capacidade de alterar o equilíbrio ambiental era limitada, pois não existia equipamento para ampliar seu poder de atuação, e nem motivação para retirar da natureza além do que fosse necessário para a sua sobrevivência. Sobre esse pensamento, Corrêa expõe que,

A partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio, verifica-se uma ação de intervenção na natureza. De caráter social, envolvendo um trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quando e como será a produção. (CORRÊA, 1987, p. 54).

Atualmente, são vários os elementos que contribuem para que o homem, através de suas ações, provoque impacto negativo ao meio ambiente degradando-o. Destaca-se a tecnologia moderna, onde se produz muito em curto período de tempo; e as grandes máquinas

que ampliam seu poder de atuação na natureza. Além desses elementos, observa-se também a forma como a sociedade moderna está organizada; essa segue padrões de produção e do consumo, que não se limitam apenas ao atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. O que se vê atualmente é um modelo de organização socioeconômica em que prevalece a acumulação de capital, e para isso, busca-se na natureza, recursos ou meios para a sua viabilização. Ocorre, portanto, relações de trabalho voltadas para atender aos anseios do modo de produção capitalista; esse atua estabelecendo diretrizes, tanto para as relações de produção, quanto nos aspectos socioambientais.

Em se tratando do meio ambiente do Setor Faiçalville, a figura 4, a seguir, nos mostra, que a margem esquerda do Córrego Cedro do Mato, abaixo da Avenida Madri, nas proximidades da quadra 119 e Avenida José Gerson de Moraes, em uma extensão de aproximadamente 80 metros, não possui vegetação ciliar, o que representa problema ambiental por ser esta uma área de recarga do lençol freático e ter a possibilidade da existência de latossolo, ou seja, solo submetido ao processo de laterização²⁶.



²⁶ O processo de laterização consiste, [...] numa meteorização intensa de um solo ou de uma rocha, com a lixiviação dos minerais primários e uma concentração de hidróxidos de alumínio e de ferro, acompanhados ainda dos outros elementos lateríticos, como: óxido de titânio, manganês, etc. (GUERRA, 1987, p. 260).

Figura 4 – Ausência de cobertura vegetal na margem esquerda do Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville.

Fonte: Acervo particular do autor (Edival F. Mendes) – Set. 2008.

O latossolo não é o único tipo de solo existente no Setor Faiçalville. Constata-se também a presença de *Tchernozion*²⁷, pois, [...] “os solos não são iguais em todas as partes, podendo diferir de município para município, de fazenda para fazenda, ou mesmo dentro de uma mesma parcela de terra cultivada”. (PALMIERI e LARACH, 1999, p. 69).

O latossolo possui coloração avermelhada devido à concentração do minério de ferro, é ácido e pode ser mais susceptível ao processo de erodibilidade .

No município de Goiânia, os solos apresentam uma grande variedade de tipos, mas são freqüentes os latossolos, que possuem uma textura argilosa, eventualmente variando para areno-argilosa. A textura argilosa predominantemente favorece a erodibilidade desse tipo de solo, dependendo da declividade e da cobertura vegetal, pois o escoamento pode predominar sobre a infiltração. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 26 e 27).

Portanto, no local sem cobertura vegetal, como nos mostra a figura 4, as águas das chuvas, principalmente das torrenciais, podem se transformar em uma situação preocupante devido ao processo de lixiviação²⁸ que poderá contribuir para o processo de assoreamento do Córrego Cedro do Mato, comprometendo, assim, o ciclo hidrológico, algo que, com certeza, irá desequilibrar ainda mais o meio ambiente, provocando rebaixamento do lençol freático, perda de espécies da fauna e da flora, além de aumentar os problemas de saúde, da comunidade residente no bairro.

No que se refere à vegetação (mata ciliar) das margens do Córrego Cedro do Mato, é importante pontuar que existe a Lei nº 7.988, de 29 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia, no dia 14 de junho de 2000, que dispõe sobre o reflorestamento das áreas de matas ciliares em todos os córregos do Município de Goiânia. (Ver Lei, anexo 9). Porém, o que se constata através da figura 4, é que essa Lei, no tocante ao Córrego Cedro do Mato não está sendo cumprida.

²⁷ Grupo de solo zonal de coloração negra, rico em humo, cuja espessura média é de 1 metro, correspondendo a um clima quente e úmido no verão e, frio no inverno, com um tapete vegetal composto de gramíneas (estepe). É uma terra muito boa para a agricultura. (GUERRA, 1987, p. 405).

²⁸ Processo que sofrem as rochas e solos, ao serem lavados pelas águas das chuvas. (Idem, p. 270).

Constatou-se também, através de observação *in-loco*, que as águas do Córrego Cedro do Mato, nas proximidades da Avenida Madri, em setembro de 2008, apresentavam um aspecto atípico, indicando a presença de algum elemento poluente. Ver figura 5.



Figura 5 – Córrego Cedro do Mato no Setor Faiçalville, água apresentando aspecto atípico.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Set. 2008.

De acordo com o que fora exposto neste capítulo, entende-se que as relações socioambientais no espaço urbanizado estão articuladas com as atividades políticas, sociais, culturais e econômicas, sendo essa última, possuidora de elementos com capacidade para influenciar às demais.

A atividade econômica tem um poder de impactar negativamente o meio ambiente, principalmente o setor secundário, devido à utilização de matéria-prima, ou o lançamento de efluentes e resíduos sólidos na natureza, tudo isso para viabilizar a produção em larga escala, para atender ao consumismo defendido pelo modo de produção capitalista, no sentido de maximizar o lucro financeiro em detrimento à preservação do meio ambiente.

3 O Setor Faiçalville em Goiânia: um bairro e suas peculiaridades

Este capítulo aborda de forma mais específica o Setor Faiçalville, em Goiânia/Goiás, e o analisa na perspectiva de um bairro que conviveu e convive com a presença e ação do poder público, com o crescimento populacional acelerado, e também com a atuação da iniciativa privada por meio do setor imobiliário.

Por essa ótica, busca-se analisá-lo, levando-se em consideração, para tal, dados coletados em pesquisa de campo. Porém, antes de assim proceder, realiza-se algumas ponderações sobre o vocábulo bairro, adotando-se como suporte teórico autores tais como, (LEDRUT 1971); (CERTEAU 1996) e (RÉMY e VOYÉ 1997). Julga-se importante assim proceder, pois, em Goiânia, é muito comum a diversidade das denominações dos parcelamentos. Os nomes dos bairros da capital, utilizados inclusive pelo poder público para fins de endereçamento, não seguem um único padrão, existindo, portanto, nomes de bairros que se iniciam com, jardim, setor, parque, vila, bairro, loteamento, etc.

Para exemplificar tal situação, cita-se o bairro, objeto de estudo dessa dissertação. No mesmo, constata-se a existência de placas com endereços dos logradouros, e também nas residências, denominando-o de setor. Essa designação parece ser bem aceita e assimilada não só por seus moradores, como também por pessoas residentes em bairros vizinhos e até mesmo de outras regiões de Goiânia. Assim, entende-se que o bairro é conhecido por Setor Faiçalville. Às vezes, recebe, também, denominação de acordo com as etapas em que foi comercializado, ou seja, Faiçalville I, II, III e IV. Para fins desta dissertação, adotou-se chamar esse bairro pelo nome que realmente é conhecido, ou seja, Setor Faiçalville, e não pela denominação de Loteamento Faiçalville como é cadastrado pelo município de Goiânia, mais especificamente pela Secretaria Municipal de Finanças, pois o Imposto Predial e Territorial Urbano de 2009, de um imóvel da quadra 116 desse bairro, é endereçado ao contribuinte com essa denominação.

Nessa perspectiva é que o Setor Faiçalville foi estudado e analisado para as conclusões que lhes são concernentes. Porém, antes de assim se proceder, buscou-se a conceituação desse Setor enquanto bairro que se apresenta como espaço da moradia, do lazer, do trabalho e da valorização fundiária.

Sobre bairro, Certeau *et al* pondera que

O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante à repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo “urbano” dos usuários da cidade. (CERTEAU *et al*, 1996, p. 42).

Nessa perspectiva, o bairro é local onde ocorre a manifestação das principais características socioeconômicas e culturais da sociedade, que compõem o espaço urbano. A heterogeneidade social e econômica existente na cidade se manifesta em uma amplitude menor quando observada no âmbito da escala local, ou seja, do bairro enquanto espaço da moradia.

A organização espacial de um bairro está inserida em uma dinâmica onde o que mais se destaca é a uniformidade das edificações e dos equipamentos disponíveis à comunidade⁴³, evidenciando, um modo de agregação, que faz do bairro um local possuidor de elementos, tanto físicos quanto sociais, que o distingue dos demais bairros da cidade. Nessa perspectiva, o bairro não é somente um espaço de dimensões concretas, tangíveis; é também, espaço de subjetividade e dimensões sociológicas. Para Ledrut,

O bairro, exatamente como a vizinhança ou a coletividade territorial, é realidade sociológica ou então nada é. Isso quer dizer que o bairro não é pura delimitação topográfica ou administrativa. O bairro teve origens e destinos vários, mas em todas as cidades sua realidade está no coração dos processos de estruturação e desestruturação sociológicos. (LEDRUT, 1971, p. 102).

Considerando as ponderações desse autor, entende-se que o bairro encontra-se dentro de realidades que o transformam e o inserem no macro espaço urbano da cidade. O bairro possui aspectos que requerem, para a sua análise, a consideração de elementos tais como, produção, reprodução e consumo de mercadorias, tendo em vista que o seu território se acha imergido no macro espaço da cidade que, por sua vez, se articula com outros espaços. Nessa condição, o todo acaba por transformá-lo em elemento com valor de mercado, que o remete para o seio das relações sociais, políticas e econômicas, e adquire, portanto, caráter e sentido sociológico.

Rémy e Voyé (1997), em trabalho que trata da cidade, ao analisar o bairro levando-se em consideração o aspecto da segurança, pondera que,

⁴³ A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. (NISBET, 2000 p. 255 e 256).

[...] no meio popular, se irá apreciar tudo quanto, no bairro, manifestar o interconhecimento dos habitantes: a passagem freqüente de pessoas conhecidas é normalmente sentida como um indicador positivo de presença e como o garante de trocas potenciais, trocas cuja ocorrência se irá, aliás, favorecer ao deixar entreaberta a porta para a rua e ao utilizar a própria rua enquanto lugar de descanso e de relaxamento [...]. O mesmo não se dá de modo algum em bairros onde residam populações de classe superior, para as quais a rua está negativamente conotada e para as quais os vizinhos são tanto mais apreciados quanto permanecerem relativamente anônimos e não procurarem o contato. (RÉMY e VOYÉ, 1997, 132).

De acordo com as colocações desses autores, entende-se que os habitantes do bairro apresentam aspectos comportamentais, inerentes as suas classes sociais⁴⁴, isso indica, portanto, que os bairros são distintos, tanto nos aspectos da localização geográfica e configuração arquitetônica, quanto nas ações e interações sociais de quem os habitam, principalmente considerando tempo de residência no bairro, se esse é tradicional ou moderno, se foi criado pela intervenção do mercado imobiliário ou através da intervenção do poder público.

É nessa perspectiva, do bairro enquanto espaço social, e vendo a cidade nessas mesmas condições, que este capítulo se devota a responder aos questionamentos anteriormente apontados na introdução dessa dissertação, quais sejam:

1º) Os dispositivos legais, no âmbito municipal, facilitaram o surgimento de novos bairros em Goiânia e, mais especificamente na Região Macambira/Cascavel nas últimas quatro décadas?

2º) O crescimento populacional de Goiânia exerceu pressão para o surgimento de novos parcelamentos na Região Macambira/Cascavel?

3º) Qual a participação do setor imobiliário e do capital financeiro nos parcelamentos do solo urbano de Goiânia?

4º) O parcelamento da Fazenda Macambira atendeu aos princípios da sustentabilidade ambiental?

5º) O Setor Faiçalville atende às expectativas de moradia da comunidade que ali vive?

Esses questionamentos constituíram-se as artérias condutoras para a compreensão da problemática proposta neste trabalho. Embora as quatro primeiras indagações já tenham

⁴⁴ Um dos aspectos fundamentais do conceito de classes é que estas não existem isoladas, mas somente como parte de um sistema de classes. As classes sociais só existem em relação umas com as outras. O que define e distingue as diversas classes são as relações específicas que se estabelecem entre elas. (STAVENHAGEN, 2000, p. 289).

sido trabalhadas no decorrer do Capítulo II, ainda assim, serão aqui abordadas de forma mais sucinta e conclusiva, a exemplo do que ocorrerá com a 5ª indagação, que busca uma abordagem mais específica sobre o Setor Faiçalville.

As ponderações, sobre as questões acima mencionadas, se darão, tendo como suporte, os elementos qualitativos e quantitativos obtidos tanto em fontes bibliográficas quanto mediante a coleta de dados através de pesquisa de campo, tais como, aplicação de questionário, entrevistas, registros fotográficos e observação *in-loco*.

Assim, este capítulo ao abordar o Setor Faiçalville, o fez não só no sentido de responder indagações, mas sim de possibilitar que se vislumbre outras inquietações inerentes ao bairro e, conseqüentemente, à cidade de Goiânia.

3.1 A atuação do poder público, da iniciativa privada, e da sociedade na gênese do Setor Faiçalville

No sentido de responder às indagações anteriormente mencionadas, torna-se necessária a observância da importância da atuação do poder público municipal, enquanto planejador e dirigente das políticas públicas, que viabilizam as relações socioeconômicas no âmbito do município e especialmente em seu espaço urbano.

Paralela à administração municipal, encontra-se a atuação da iniciativa privada com a sua articulação às dinamicidades do mercado. Verifica-se, também, a participação da sociedade e das comunidades integrantes do espaço do município. Portanto, em um processo de interação e ação, estes elementos, ou seja, o poder público, a iniciativa privada e comunidade, participam da criação e da metamorfose do espaço urbano. (BERNARDES, 1999). Logo, considerando o público e o privado, faz-se necessário observar que “O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro”. (CERTEAU *et al*, 1996, p.43).

No que concerne à indagação, se os dispositivos legais, no âmbito do município facilitaram o surgimento de novos bairros em Goiânia e, mais especificamente na Região Macambira/ Cascavel nas últimas quatro décadas, constata-se que as leis municipais que versam sobre a utilização do espaço urbano da Capital exigem do empreendedor procedimentos que podem representar um aumento dos custos para a implantação dos parcelamentos, visto que é obrigado dotar o loteamento de infraestrutura que o insere no contexto da cidade como espaço urbanizado; ao contrário do que ocorreu com a criação da Lei nº 176 de março de 1950, que adicionou novas áreas ao traçado de Goiânia e liberou o loteador da responsabilidade da implantação de infra-estrutura para a melhoria dos

loteamentos, essa Lei pode ter funcionado, à época, como incentivo para o loteador, pois representava a redução de custos e, conseqüentemente, lucro, situação, portanto, distinta da que vem ocorrendo, em Goiânia, nas últimas quatro décadas.

Sobre essa perspectiva, é importante pontuar que na década de 1970, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação de Goiás (COHAB), esta com destaque em nível estadual e aqueles em nível nacional, desempenhavam relevante papel no setor da habitação e, conseqüentemente, na expansão de Goiânia, através da construção de conjuntos habitacionais ou mediante linhas de créditos para a viabilização das edificações desses, pois os conjuntos habitacionais foram construídos em espaços mais ou menos distantes das regiões habitadas de Goiânia. O espaço localizado entre essas regiões e os conjuntos habitacionais era valorizado devido à rede de transporte urbano e benefícios de infra-estrutura implementados nos conjuntos habitacionais. Porém, essa era uma situação conjuntural de política da habitação, o que difere de um instrumento legal estadual/municipal com poder de facilitar ou mesmo de incentivar o parcelamento de glebas situadas no espaço urbano de Goiânia.

Feitas essas considerações, que no momento julgam-se pertinentes, cita-se o Setor Faiçalville como exemplo de não facilitação e incentivo dos instrumentos legais para a realização de parcelamentos nas últimas quatro décadas, visto que o empreendedor, no caso, a Imobiliária Faiçal, para concretizar o Loteamento Faiçalville, procedeu-se atendendo às determinações da Lei Municipal nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, que dispõe sobre loteamentos urbanos e remanejamento.

A empresa requereu, junto à Prefeitura Municipal de Goiânia, a aprovação do parcelamento da Fazenda Macambira, da qual originou o Loteamento Faiçalville, em 09 de novembro de 1978. Cumprindo o Artigo 12 da Lei Municipal acima citada, por meio de escritura pública, caucionou em favor do município de Goiânia alguns de seus imóveis, como garantia da execução das obras tais como: guias e sarjetas, sistema público de abastecimento de água, rede de energia elétrica e tratamento asfáltico. Os imóveis dados como garantia foram avaliados pela Prefeitura Municipal de Goiânia por uma comissão, designada através da Portaria 064 de 09 de março de 1980. Ocorreu, nesse mesmo ano, a aprovação do parcelamento da Fazenda Macambira através do Decreto nº 561 de 1º de outubro de 1980. No entanto, em 18 de setembro de 1987, não sendo possível o cumprimento da escritura de caução, a Imobiliária Faiçal outorgou escritura de dação e pagamento a favor do Município de Goiânia, ficando esse, responsável pela execução das obras de infraestrutura acima mencionadas, porém, de acordo com o seu julgamento, no que se refere a prazo e

oportunidades para a realização das obras. A escritura de dação e pagamento, sobre a qual nos referimos, se encontra arquivada na Pasta 332, na Divisão de Cartografia (DVCG) da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), de Goiânia.

Essa situação, juntamente com análise do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG 1992), da Lei de Zoneamento Urbano (1994) e do PDIG (2007) nos indicam que algumas porções de Goiânia, como Sul e Sudoeste e dentro dessas a Região Macambira/Cascavel, nas últimas quatro décadas, se emergiram devido planejamento, indução do crescimento da cidade e ação do poder público com obras de duplicação e pavimentação de vias. Esses benefícios podem ter atraído o setor privado da área imobiliária para aquela região, o que não caracteriza uma facilitação por instrumento legal. O que ocorreu e ocorre constitui-se pela lógica do mercado, na qual o solo urbano é valorizado ou não, dependendo dos equipamentos que oferece a quem o adquire. Esses equipamentos podem ser tanto de implantação do setor público, quanto do setor privado. Esses sim, mediante a valorização das glebas, podem motivar a criação, por parte da iniciativa privada de novos loteamentos.

Constata-se em Goiânia, nas últimas quatro décadas, a ocorrência do aumento populacional, bem como de uma forte atuação do setor imobiliário e do capital financeiro em seu espaço. Os condomínios horizontais fechados expressam bem esses dois últimos elementos, pois são espaços providos de equipamentos urbanos de custo relativamente alto, porém com grande retorno financeiro para os grupos que os empreendem. Essa avaliação se apóia na grande quantidade dessa modalidade de parcelamento existente atualmente no espaço urbano de Goiânia.

O crescimento populacional da cidade e a pressão para o surgimento de novos parcelamentos na Região Macambira/Cascavel podem ser melhor explicitados se conduzidos de forma conjunta com o questionamento referente à participação do setor imobiliário e do capital financeiro nos parcelamentos do solo urbano.

Parece procedente relacionar de forma direta o aumento da população e o surgimento de novos bairros. Porém, essa ponderação passa pela questão da densidade⁴⁵

⁴⁵ A densidade é um dos mais importantes indicadores e parâmetros de desenho urbano a ser utilizado no processo de planejamento e gestão dos assentamentos humanos. Ela representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes por uma unidade de terra ou solo urbano, ou o total de habitações de uma determinada área urbana, expressa em habitações por uma unidade de terra. Geralmente utiliza-se o hectare como unidade de referência quando se trabalha com áreas urbanas. A densidade serve como um instrumento de apoio à formulação e tomada de decisão por parte dos planejadores urbanos, urbanistas, arquitetos e engenheiros no momento de formalizar e decidir sobre a forma e extensão de uma determinada área da cidade. Serve também como um instrumento para avaliarem-se a eficiência e a performance das propostas e/ou projetos de parcelamento do solo. (ACIOLY JR. e DAVIDSON, 1998, p. 16).

urbana, do planejamento do espaço da cidade e do poder de compra de seus habitantes. Nessa análise, é importante destacar o papel do mercado imobiliário e do capital financeiro, para a criação de novos loteamentos, como forma de viabilização de ganho econômico, pois esses se manifestam no espaço urbano segundo a ótica da valorização do solo da cidade, enquanto mercadoria que possibilita lucro e riqueza. O aumento da população indica, teoricamente, o acréscimo do número de consumidores do produto imobiliário, seja de edificações ou de terrenos. Porém, essa situação encontra-se inserida na lógica do mercado da política pública de habitação e também, como já foi mencionado, do poder de compra de quem ocupa o espaço da cidade.

A densidade urbana, o setor imobiliário, o poder público e o capital financeiro se relacionam no espaço da cidade. As ações governamentais, via políticas que minimizem as possíveis relações antagônicas, se fazem necessárias para maximizar as potencialidades do espaço urbano no sentido de que esse desempenhe a sua função social ao invés de prestar-se ao mercado e ao capital. Porém, o que se observa é que as ações do poder público nem sempre são eficazes para impedir que os conflitos provenientes de interesses antagônicos se manifestem no espaço da cidade, ou de investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos que contribuem para a valorização fundiária. Segundo Ribeiro,

A relação entre mercado de terras e o processo de estruturação das cidades é vista como decorrente, de um lado, das imperfeições do funcionamento desse mercado, as quais permitem a especulação com os preços fundiários, e, de outro, da estreita ligação entre valorização fundiária e investimentos públicos em infra-estrutura e equipamento urbanos. (RIBEIRO, 1982, p. 31).

As ponderações desse autor permitem entender que a cidade se estrutura e reestrutura dentro da lógica do mercado, sendo que esse se beneficia inclusive dos investimentos realizados pelo poder público no espaço urbano. Percebe-se, também, que a esse processo acrescenta-se a política de gestão pública, mediante os planejamentos que indicam a direção para a qual a cidade irá se expandir.

O crescimento populacional de Goiânia possibilitou uma relativa contribuição para o surgimento de novos bairros em sua zona de expansão urbana e, conseqüentemente, na Região Macambira/Cascavel. De acordo com a tabela 6 que se encontra no Capítulo 2, a população de Goiânia cresceu significativamente nas últimas quatro décadas, o que

representou um aumento na demanda por espaço no município para a edificação de residências.

Entretanto, o aumento da população não significa a necessidade de se criar novos parcelamentos urbanos, visto que observa-se no espaço urbano de Goiânia dois fatores distintos que acabam contribuindo para o surgimento de novos parcelamentos: a) a renda de parte da população não é suficiente para arcar com o custo da moradia nos loteamentos já consolidados, geralmente possuidores de infraestrutura. Essa agrega valor tanto aos terrenos vagos quanto às edificações; b) a busca de segurança e conforto leva as pessoas de maior poder aquisitivo a adquirem terrenos em condomínios horizontais fechados, distantes dos bairros urbanizados. Esses condomínios contribuem para a valorização fundiária das glebas localizadas entre ambos. “O próprio marketing urbano, feito em cima dos condomínios, acaba gerando expectativas que, sem sombra de dúvida, influenciam nos preços”. (SOARES JÚNIOR, 2005, p. 168). Assim, as pessoas, ao comprarem terrenos em loteamentos mais distantes daqueles providos de equipamentos urbanos, acabam por incentivar o mercado imobiliário ao lançamento de novos parcelamentos. O mesmo ocorre quando o Estado instala conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade.

Essa situação leva ao entendimento de que o setor imobiliário e o capital financeiro, no que se refere ao surgimento de novos parcelamentos em Goiânia, nas últimas quatro décadas, se destacaram na criação de novos espaços urbanos com peso e significado bem maior do que o crescimento da população da capital.

Ainda, abordando a questão de novos loteamentos, é importante destacar que a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM) em dados estatísticos de 13/08/2009 informa que Goiânia possui 37.369 imóveis territoriais para uso residencial, o que evidencia a existência de uma grande quantidade de terrenos não edificados. Seria ideal do ponto de vista do desenvolvimento com sustentabilidade, se todos os lotes vagos fossem edificados, evitando assim, novos parcelamentos, o que contribuiria para manter o espaço rural do município, bem como diminuiria o custo de implantação de equipamentos públicos em loteamentos com baixa densidade populacional. Sabe-se que o local de “[...] baixa densidade significa longas redes de infraestrutura (em potencial estado de ociosidade) para poucos consumidores e, portanto, altos custos de investimentos per capita tanto na instalação quanto na operação”. (ACIOLY Jr. e DAVIDSON, 1998, p. 31).

Em observância às colocações desses autores, entende-se que a cidade menos espraiada representa redução de custos, em termos de equipamentos, como também facilita o sistema de transporte de pessoas e mercadorias, tanto pela iniciativa privada quanto pelo setor

público. Portanto, seria importante se não tivesse tantos terrenos vagos no espaço da cidade. Isso seria o ideal, porém, volta-se à questão da organização social, política e econômica em que vivemos, onde, o que se vê, em nosso país e, também, em Goiânia é a terra urbana sendo valorizada segundo a ótica do capital e do mercado e não mediante a função social que deve ter a cidade e a propriedade urbana, como bem preconiza a Constituição Federal de nosso país. “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 96).

O espaço da cidade é o palco de convivência não só da comunidade local de um bairro, mas de todos os integrantes da sociedade. Nesse sentido, no que se refere à terra urbana, quando essa não cumpre a sua função social, os aspectos negativos atingem tanto aos que a têm e dela não usufruem, quanto aos que não a possuem para destiná-la a atender às suas necessidades de moradia.

Para analisar e responder a quarta indagação mencionada anteriormente, ou seja, se o parcelamento da Fazenda Macambira atendeu aos princípios da sustentabilidade ambiental, torna-se necessária uma reflexão contextualizada tanto no tempo quanto no espaço, haja vista que a solicitação de aprovação do Loteamento Faiçalville feita pela Imobiliária Faiçal à Prefeitura Municipal de Goiânia se deu no ano de 1978, época em que as discussões sobre o meio ambiente ocorriam de forma muito incipiente. Esses debates se davam, principalmente, em países da Europa como, por exemplo, na Suécia com a conferência de Estocolmo em 1972. A consideração do espaço se dá pelo fato, de embora se tratar do parcelamento de uma gleba do solo da capital do Estado, as discussões políticas e acadêmicas inerentes à preservação ambiental, mesmo já existindo, ainda não tinham o grau de relevância dos dias atuais.

Nessas condições, entende-se que o parcelamento da Fazenda Macambira, no que se refere aos princípios da sustentabilidade ambiental, não se deu de forma plena, embora tenha se procedido conforme as determinações legais vigentes à época. Órgãos governamentais, com atribuições inerentes ao assunto, se posicionaram através de pareceres quanto à viabilidade da implantação do Loteamento Faiçalville. (Ver pareceres, anexos 2 e 3). Como a questão da sustentabilidade ambiental, à época, ainda era pouco definida, observa-se que os aspectos relativos à sustentabilidade ambiental se deram de forma parcial. Conforme observação *in-loco*, verificou-se a presença de avenida nas proximidades da nascente do

Córrego Cedro do Mato, a ausência de cerca protegendo a nascente desse córrego, bem como a fragmentação de *habitat* por largas avenidas.

Essa situação será trabalhada de forma mais detalhada no item 3.2 a seguir, momento em que serão abordadas outras vertentes ambientais do bairro que poderão contribuir para corroborar e ratificar a posição aqui tomada.

O poder público, através de mecanismos legais, e mediante a sua condição de administrador do espaço municipal, esteve presente no processo da criação do Setor Faiçalville e continua agindo no espaço da *urbe*, conforme possibilidades econômicas, orientações técnicas e estratégias de governo, no sentido de viabilizar a vida não só nesse bairro, mas em toda a municipalidade.

Dentro dessa dinâmica, constata-se que o Governo do Município para implantar um determinado projeto, às vezes interfere na vida de famílias ou comunidades. Fato que tão bem ratifica essa afirmativa foi a implantação do Parque Areião⁴⁶, localizado “entre a Alameda Coronel Eugênio Jardim, Avs. Americano do Brasil e Eduardo P. De Abreu, Rua 90, Av. Areião, Av. 5ª Radial – Setores Marista, Sul e Pedro Ludovico” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 278). Adotou-se abordar esse parque, devido a sua história de implantação se relacionar com o Bosque Macambira, com área de “407.534,16m²” (Ibid, p. 293), localizado no Setor Faicalville, criado através da Lei nº 7.730, de 30 de setembro de 1997. (Ver Lei, anexo 7). Para viabilizar a implantação daquele Parque, o Governo Municipal se deparou com a necessidade da remoção das famílias Yokoyama e Gondo, que ali viviam e trabalhavam com a atividade de cultivo de flores desde a década de 1950.

Sabe-se que a família Gondo pleiteou, através da justiça, o direito de permanecer no local. Diante disso, com o objetivo de resolver a situação, foi celebrado em 30 de outubro de 1996, um Termo de Acordo entre o Município de Goiânia e essa família, para a qual o Município se comprometeu entregar uma área localizada no Setor Faiçalville, que servisse tanto para fins de moradia quanto para a prática de suas atividades econômicas.

A área de 22.246,05m² escolhida no Setor Faiçalville para a efetivação do Termo de Acordo era destinada originariamente ao Centro Comunitário, localizada nas proximidades

⁴⁶ Histórico: A área da nascente do Córrego Areião estava com Sentença de Manutenção de Posse expedida pela instância máxima do Poder Judiciário, numa ação ajuizada pelas Curadorias do Meio Ambiente e do Cidadão do MP, em 1990, a favor dos clãs das famílias Gondo e Yokoyama. A recuperação do parque decorreu de um TCA proposto pela SEMMA ao MP, assinado em 30.4.96. Os posseiros assinaram, em 30.10.1996, com a Prefeitura Municipal, a SEMMA e MP, os Termos de Compromisso de desistências das suas posses e de desocupação da área. Estes termos foram homologados pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal no processo nº 900.153.948 da Ação de Manutenção de Posse. A pêra fundamental do projeto e do início da implantação do parque se deu em 14.02.1996 – Plano e Manejo Elaborado. Área: 215.021,00m². (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 278).

da quadra 48. (Ver mapa 1). Após a desafetação de sua destinação primitiva, a Prefeitura de Goiânia edificaria dez módulos habitacionais no total de 647m², em uma área de 17.000m², sendo que o restante, ou seja, os outros 5.246,05m² seriam destinados ao sistema viário da Rua F-39/A.

Conforme o mapa nº 1, essa área tem em suas proximidades a presença de bosque, fundo de vale e hidrografia, evidenciando um local de relevância para a preservação do meio ambiente. O parecer nº 397/97 de 19 de maio de 1997, do então Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), atual Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), destaca a sua importância, tanto para Goiânia, quanto para a Cidade de Aparecida de Goiânia. Foram observados os aspectos da recarga do lençol freático, da flora e também da possibilidade da implantação no local de um parque linear. Esse parecer apontou uma área na região do Residencial Granville como tecnicamente mais indicada do que a do Centro Comunitário do Setor Faiçalville para receber a Família Gondo. Assim, o Município deixaria de instalar essa família na área deste Bairro e a transferiria para a daquele, local em que poderia residir e continuar desempenhando as suas atividades como produtores de flores. Porém, a permuta das áreas não se viabilizou. Portanto, os procedimentos técnicos e legais foram adotados para a transferência das dez famílias Gondo para a área do Centro Comunitário do Setor Faiçalville. Do ponto de vista legal, cita-se a Lei nº 7.776, de 08 de abril de 1998, publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia nº 2.075, nas p. 3 e 4, no dia 14 de abril do mesmo ano, na administração do Prefeito Nion Albernaz (1997 a 2000). (Ver Lei, anexo 8).

As Leis municipais nº 7.730, de 30 de setembro de 1997 e nº 7.776, de 08 de abril de 1998, ambas criadas na administração do Prefeito Nion Albernaz, repercutiram de forma diferente junto à comunidade do Setor Faiçalville, visto que a primeira criou o Bosque Macambira, indicando para essa, que o poder público municipal reconhecia oficialmente aquele local do bairro como relevante do ponto de vista ambiental, o que poderia significar o primeiro passo para a implantação de um parque que atendesse às necessidades de esporte e lazer dos moradores. Já a segunda Lei, criada há menos de sete meses da primeira, desafetou a área originalmente reservada ao Centro Comunitário e a destinou à outra finalidade, ou seja, à instalação da família Gondo, o que representava a possibilidade de impactos ambientais negativos naquele local, bem como a perda de um espaço que poderia atender aos interesses de toda comunidade.

Diante desse fato, alguns moradores do Setor Faiçalville se posicionaram de forma contrária à doação da referida área. Através do jornal Diário da Manhã do dia 2 de maio de 1999, em reportagem com o título “Moradores do Faiçalville brigam por área verde”,

comprova-se a insatisfação de moradores do bairro com a medida do Executivo Municipal. “Moradores do Setor Faiçalville III fizeram uma mobilização na manhã de ontem para reclamar contra a doação do Bosque Macambira para 10 japoneses da família Gondo, que atualmente moram no Parque Areião, no Setor Pedro Ludovico”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1999, p. 5).

É importante pontuar que, mesmo após várias negociações entre a Prefeitura Municipal de Goiânia e a família Gondo, a criação de lei desafetando a área no Setor Faiçalville, e pareceres técnicos de órgãos do Município sobre a viabilidade de tal projeto, a insatisfação dessa família de ter que deixar seu lugar de moradia, onde já habitava há vários anos, bem como a ocorrência de manifestações de moradores do bairro reprovando tal medida do poder público, ou seja, doar uma área que era reservada ao centro comunitário, o certo é que tudo ficou somente no campo das negociações com manifestações favoráveis e contrárias, pois a concretização de tal projeto não se viabilizou, o que pode ter contrariado alguns e agradado a outros. Porém, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, entende-se que a não viabilização do referido projeto significou a preservação do meio ambiente daquele sítio, que sempre mostrou e mostra potencial para beneficiar não só a comunidade local, mas sim a todos os moradores da Capital, e até mesmo a pessoas que vivem em cidades integrantes de sua Região Metropolitana, como por exemplo, moradores do Município de Aparecida de Goiânia, que possui bairros que se encontram conurbados com o Setor Faiçalville.

O poder público, diante da necessidade de resolver problemas típicos da dinâmica da organização e reorganização do espaço urbano, às vezes toma medidas que acabam gerando situações problemáticas, tanto nos aspectos sociais quanto ambientais, podendo ser de manifestação e visualização imediata ou em longo prazo, que em determinado momento terão também que ser resolvidas. Portanto, o certo é que os planejamentos, quando não são bem elaborados e mesmo quando o são e não se adotam medidas em tempo hábil para implementar o que fora planejado, tornam o espaço da cidade um meio com enormes potencialidades de frustrações e prejuízos socioeconômicos e ambientais. Assim, o parcelamento da Fazenda Macambira, que atendeu parcialmente aos princípios da sustentabilidade ambiental, depende das ações do Poder Público para realizar o que outrora não foi executado, bem como para a conclusão de projetos parcialmente implementados que podem contribuir para a melhoria da preservação ambiental e da qualidade de vida da população do Setor Faiçalville, de bairros adjacentes e da cidade de Goiânia como um todo.

3.2 Aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville

A quinta indagação anteriormente formulada, ou seja, se o Setor Faiçalville atende às expectativas de moradia da comunidade que ali vive, para ser respondida, faz-se necessário que esse bairro seja analisado sob o prisma das respostas obtidas junto aos integrantes da amostra considerada para este trabalho, bem como entender esse setor, como espaço possuidor de características próprias, mesmo estando inserido no macro contexto da cidade de Goiânia.

O Bairro, como a vizinhança, é agrupamento que se define à base de proximidade; contudo, seus fundamentos não se situam necessariamente na aproximação espacial. Se o vizinho é o próximo, não é sempre por acaso geográfico. Pode ser em razão de fenômenos de divisão social, que reúnem, em certas habitações e certas ilhotas, pessoas que pertencem a certas categorias sociais. Dá-se o mesmo com os bairros. (LEDRUT, 1971, p. 102).

Conforme as ponderações desse autor, entende-se o Setor Faiçalville como espaço que, em alguns aspectos, apresenta um certo nível de homogeneidade, como por exemplo, econômica, social, cultural e educacional, o que são evidenciados nos dados colhidos em trabalho de campo. Assim, os aspectos sociais, econômicos e ambientais encontrados nesse bairro indicam o seu nível de inserção no modelo de desenvolvimento sustentável⁴⁷, principalmente no que se refere ao espaço urbano.

⁴⁷ O termo 'desenvolvimento sustentável' foi introduzido pela primeira vez em 1987 no relatório encomendado pelas Nações Unidas, *Our Common Future (O nosso Futuro Comum)*. É também conhecido como o Relatório Brundtland, pois o comitê organizador foi presidido pela senhora G.H. Brundtland, na altura Primeira Ministra da

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que cria o Estatuto da Cidade, no seu Artigo 2º, ao tratar da política urbana, das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, aponta algumas diretrizes, as quais observa-se para este estudo a estabelecida no inciso I desse artigo, ou seja: “I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 1).

Esse inciso será considerado na análise das tabelas, dos gráficos e das entrevistas, onde se busca abordar o Setor Faiçalville, e destacar as suas principais características, tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto sociais, econômicos e ambientais. As tabelas foram produzidas mediante as atividades de pesquisa de campo. Ressalte-se que foram pesquisadas 182 residências, em 91 quadras.

Tabela 13 - Moradores do Setor Faiçalville, que gostam de morar no setor, segundo faixa etária

Faixa etária	Gosta de morar no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
De 20 a 29 anos	22,6	3,3	25,9
De 30 a 39 anos	20,9	0,5	21,4
De 40 a 49 anos	25,3	1,6	26,9
De 50 a 59 anos	14,8	0,6	15,4
60 anos ou mais	9,3	1,1	10,4
TOTAL	92,9	7,1	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Através da observação e análise da tabela 13, constata-se que os integrantes da amostra desta pesquisa, evidenciaram, através de suas respostas, um alto grau de satisfação em morar nesse bairro, pois no geral, englobando todas as faixas etárias, o percentual dos que gostam de viver no setor chega a 92,9%, contra apenas 7,1% dos que afirmaram o contrário. No entanto, é importante destacar que a faixa etária de 20 a 29 anos é a que congrega o maior percentual de respondentes que afirmaram não gostar de residir no bairro, pois do total de 25,9% das pessoas nessa faixa de idade, 3,3% deram essa resposta, ou seja, não gostam de

Noruega. O desenvolvimento sustentável foi definido como o uso de recursos renováveis para promover o crescimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade, e o compromisso em manter o ar, a água e a terra limpos. (GIDDENS, 2004, p. 613).

viver ali. A falta de infraestrutura pública e serviços no bairro, tais como centro de cultura, esporte e lazer, podem fazer com que as pessoas dessa faixa de idade o vejam como um lugar que não atende plenamente aos seus anseios, pois essas acabam tendo que se deslocar para outros bairros providos de tais equipamentos, ou frequentar ali mesmo os espaços que podem atender aos seus anseios de lazer, porém, pertencentes à iniciativa privada, condição essa que não deixa de ser um fator impeditivo para alguns moradores, isso se for levado em consideração o custo do transporte, e/ou o ingresso em tais espaços.

Mesmo diante dessa situação, o Setor Faiçalville é um bairro que proporciona, aos moradores, um elevado nível de satisfação em nele residir. Como, por exemplo, na faixa de 40 a 49 anos, constata-se que 25,3% afirmaram que gostam de morar no bairro. Mesmo constatando percentual de satisfação um pouco menor em outras faixas de idades, o certo é que tal aspecto não impede que o Setor Faiçalville seja considerado como um espaço, com potencialidades de cumprir a sua função social enquanto solo urbano.

A situação aqui apontada, isto é, do Setor Faiçalville, enquanto espaço que proporciona satisfação aos moradores integrantes da amostra desta pesquisa, também pode ser observada na tabela 14.

Tabela 14 - Moradores do Setor Faiçalville, que gostam de morar no setor, segundo a casa onde moram

Casa onde mora	Gosta de morar no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Própria	72,5	3,3	75,8
Alugada	18,2	3,8	22,0
Cedida	2,2	-	2,2
Outro	-	-	-
TOTAL	92,9	7,1	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Essa tabela evidencia que no Setor Faiçalville, no que se refere aos integrantes da amostra desta pesquisa, a grande maioria, ou seja, 75,8% habitam em residências próprias, e desses, 72,5% afirmaram que gostam de morar nesse setor. Isso representa, portanto, uma

maior estabilidade em termos de fixação de residência, pois a satisfação em morar no bairro e a condição de proprietário do imóvel onde reside já o vincula com maior solidez ao espaço onde vive.

Ainda observando a tabela 14, agora pela variável onde os respondentes afirmaram morar em residências alugadas, o que se constata é que o percentual das pessoas que afirmaram que gostam de residir no Setor Faiçalville também é bastante significativo, pois dos 22,0% das pessoas que se encontram nessa condição, 18,1% tem satisfação em morar nesse bairro. Essa situação possibilita a realização de uma inferência muito parecida com a já mencionada quanto às pessoas proprietárias de imóveis no bairro, que são de fato mais estabilizadas no tocante aos moradores do setor. Porém, as pessoas residentes em casas alugadas, se possuírem condições de arcar com o custo da aquisição e manutenção de um imóvel nesse bairro, podem, pelo menos teoricamente, se transformarem em moradores estabilizados, pois a satisfação em viver no bairro já representa um item que os insere nessa condição. Esse entendimento aplica-se também às pessoas integrantes da amostra desta pesquisa, que moram em residências cedidas, pois os habitantes dessas moradias, ou seja, 2,2%, foram unânimes ao afirmarem que gostam de morar no Setor Faiçalville.

Conforme as tabelas 13 e 14, 92,9% dos sujeitos integrantes da amostra desta pesquisa responderam que possuem satisfação em morar no Setor Faiçalville, o que já responde com afirmativa positiva a 5ª indagação anteriormente apresentada, ou seja, se o bairro atende às expectativas de moradia da comunidade que ali vive. Esse percentual com tamanha expressividade não deixa dúvidas de que o Setor, embora apresente problemas de infraestrutura, seja visto como um local que apresente fatores positivos e o torna em um espaço bom para morar.

Nas duas tabelas a seguir, 15 e 16, pode ser observado o que mais identifica esse Setor, levando-se em consideração o tempo de residência no bairro e a faixa etária dos moradores, sujeitos desta pesquisa.

Tabela 15 - Moradores do Setor Faiçalville, quanto ao que mais identifica o setor e o tempo que reside

O que mais identifica o setor	Tempo que reside no setor (%)				
	Até 04 anos	De 05 a 10 anos	De 11 a 20 anos	De 21 a 28 anos	TOTAL
A sua localização em Goiânia	9,9	8,9	9,9	3,3	32,0
A violência	1,6	1,6	1,1	0,5	4,8
A preservação do meio ambiente	17,2	6,6	12,1	-	35,9
O conhecimento/amizade entre os moradores	8,2	3,8	9,9	2,2	24,1
A poluição do meio ambiente	-	0,5	2,7	-	3,2
TOTAL	36,9	21,4	35,7	6,0	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

De acordo com a tabela 15, a preservação do meio ambiente é apontada pelos sujeitos desta pesquisa, como sendo o elemento que mais identifica o Setor Faiçalville. 35,9% das pessoas dos quatro grupos de tempo de residência deram essa resposta. Observa-se que para a composição desse percentual, as respostas do grupo de pessoas com até quatro anos de residência no bairro tiveram maior destaque, pois representam 17,2%. Esse percentual se torna relevante, também, na composição do total geral desse grupo, o que conduz ao entendimento de que o menor tempo de residência no bairro pode ser um fator que leva o morador a vê-lo de forma a construir concepção de que seu meio ambiente é preservado.

Em segundo lugar, sobre o que mais identifica o bairro, constata-se que a sua localização em Goiânia manteve uma maior uniformidade em termos percentuais, pois dos 32,0% que deram essa resposta, observa-se que nas faixas de tempo de residência de até quatro anos, de cinco a dez anos e de onze a vinte anos, manteve respectivamente os seguintes percentuais, 9,9%, 8,9% e 9,9%. Sendo exceção somente a faixa de vinte e um a vinte e oito anos, que registrou 3,3% de um total de 6,0%, representando, portanto, mais da metade desse grupo de respondentes.

Nessa tabela, o item violência torna-se um elemento merecedor de observação e análise, visto que, no total geral de respostas, apenas 4,8% a indicaram como sendo o que mais identifica o bairro. Isso permite inferir que a grande maioria dos respondentes não vê o

setor como um local violento. Um aspecto que também contribui para conduzir o entendimento nessa direção é que 24,1% do total geral de respondentes apontaram o conhecimento/amizade entre os moradores como sendo um elemento que identifica o setor. Esse percentual merece ser considerado, visto que representa quase um quarto dos 182 sujeitos integrantes da amostra dessa pesquisa.

Os itens referentes à tabela 15, aqui analisados, podem ser vistos por uma outra vertente, isto é, onde a concepção do respondente é observada conforme a sua faixa etária, como nos mostra a tabela 16 a seguir.

Tabela 16 - Moradores do Setor Faiçalville, quanto ao que mais identifica o setor, por faixa etária

O que mais identifica o setor	Faixa etária (%)					TOTAL
	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 anos ou mais	
A sua localização em Goiânia	8,9	7,1	8,2	2,8	5,0	32,0
A violência	0,5	1,1	1,1	1,1	1,1	4,9
A preservação do meio ambiente	6,6	7,7	10,5	8,3	2,7	35,8
Conhecimento/amizade entre os moradores	8,3	5,5	6,0	2,7	1,6	24,1
A poluição do meio ambiente	1,6	-	1,1	0,5	-	3,2
TOTAL	25,9	21,4	26,9	15,4	10,4	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A tabela 16 leva em consideração as faixas etárias dos sujeitos integrantes da amostra desta pesquisa e aponta que é no grupo de idade de quarenta a quarenta e nove anos que se encontra o maior percentual de sujeitos que apontaram a preservação do meio ambiente como sendo o elemento que mais identifica o Setor Faiçalville. Do total geral de 26,9% dos respondentes dessa faixa de idade, 10,5% deram essa resposta. Observa-se que a faixa de idade de cinqüenta a cinqüenta e nove anos se posiciona em segundo lugar, com respostas apontando o meio ambiente como sendo o elemento que mais identifica o bairro. 15,4% representam o total geral dos respondentes desse grupo de idade, e 8,3% deram essa resposta. Nas demais faixas etárias, os percentuais referentes a esse item são de 6,6% para pessoas com

idade de vinte a vinte e nove anos, 7,7% para os respondentes de trinta a trinta e nove anos e de 2,7% para quem se encontra na faixa etária de sessenta anos ou mais. É importante observar que dentre os itens apontados na tabela 16, e considerando todas as faixas etárias, as respostas indicando a preservação do meio ambiente chegaram a 35,8%, sendo esse, portanto, o elemento que teve maior destaque, como sendo o que mais identifica o bairro.

Ainda, pontuando acerca dessas duas faixas de idade, observa-se que as respostas de integrantes de ambas, no que se refere tanto à localização do Setor Faiçalville em Goiânia, quanto ao conhecimento/amizade entre os moradores, como elementos que mais identificam o bairro, o que se constata é uma redução dos percentuais de respostas para esses dois itens, sendo respectivamente 8,2% e 6,0% para os respondentes de quarenta a quarenta e nove anos, e de 2,8% e 2,7% para os respondentes de cinquenta a cinquenta e nove anos.

Os dois itens aqui mencionados, quais sejam, a localização do bairro em Goiânia e o conhecimento/amizade entre os moradores, ao serem analisados levando-se em consideração a faixa etária de vinte a vinte e nove anos, apresentam respectivamente 8,9% e 8,3% de respondentes que apontam tais itens como sendo os que mais identificam o setor. Constata-se que esses percentuais são superiores aos verificados nos dois grupos de idades anteriormente mencionados, bem como apresentam destaque na composição geral dos 25,9% de respondentes integrantes dessa faixa de idade.

Nessa perspectiva, constata-se que as pessoas mais jovens possuem visão diferenciada das de mais idade, no tocante à identificação do bairro. Tal fato pode ocorrer, talvez, devido às diferentes concepções inerentes às faixas etárias em que as pessoas se encontram.

Ainda abordando acerca do que mais identifica o Setor Faiçalville, levando-se em consideração as faixas etárias, torna-se mister ressaltar que, no aspecto geral, para os 182 integrantes da amostra desta pesquisa, a violência no bairro não é vista como um elemento que o identifica, pois foi apontada por apenas 4,9% das pessoas integrantes de todos os cinco grupos de idades.

Nas tabelas 15 e 16, constatou-se que tanto por faixa etária quanto por tempo de residência no bairro, o item preservação do meio ambiente foi o que teve maior destaque como sendo o elemento que mais identifica o Setor.

Nessa perspectiva, isto é, onde a preservação do meio ambiente é vista como o elemento que mais identifica o Setor Faiçalville, é que serão analisadas as tabelas 17, 18 e 19, as quais mostram em percentual se o respondente acha que o meio ambiente é ou não

preservado no bairro. Para tal, leva-se em consideração a escolaridade, o tempo de residência e a renda familiar em salários mínimos.

Tabela 17 - Moradores do Setor Faiçalville, quanto ao grau de escolaridade e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor

Escolaridade	O meio ambiente é preservado no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Analfabeto	-	-	-
Ensino fundamental incompleto	16,6	5,0	21,6
Ensino fundamental completo	6,6	2,2	8,8
Ensino médio incompleto	6,0	2,2	8,2
Ensino médio completo	33,0	7,7	40,7
Ensino superior incompleto	7,1	1,6	8,7
Ensino superior completo	10,4	1,6	12,0
TOTAL	79,7	20,3	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

No aspecto geral, constata-se, ao analisar a tabela 17, que 79,7% dos respondentes acham que o meio ambiente no Setor Faiçalville é preservado. De acordo com essa tabela, constata-se que os que possuem o ensino médio incompleto compõem o nível de escolaridade que apresenta o menor percentual, ou seja, 8,2%, o que não é muito distinto dos percentuais de quem tem o ensino fundamental completo e dos possuidores de ensino superior incompleto, pois verifica 8,7% nesses e 8,8% naqueles.

Ainda, levando-se em consideração os níveis de escolaridade, verifica-se que o ensino médio completo é o que mais se destaca em termos percentuais, visto que do total geral de respondentes, 40,7% se encontram nessa situação. Destes, 33,0% acham que o meio ambiente no bairro é preservado, enquanto que 7,7% entendem o contrário. Em segundo lugar em percentual de nível de escolaridade, encontram-se os respondentes de ensino fundamental incompleto, ou seja, 21,6%, sendo que 16,6% acham que o meio ambiente do bairro é preservado, enquanto que 5,0% acham que não. Analisando esse nível de escolaridade, juntamente com o percentual de respondentes possuidores de ensino superior completo, constata-se um fato interessante, pois enquanto 5,0% de respondentes de ensino fundamental

incompleto afirmaram que acham que o meio ambiente do bairro não é preservado, verifica-se que do total geral de 12,0% dos respondentes possuidores de ensino superior completo, somente 1,6% deram essa mesma resposta.

Através dessa análise chega-se ao entendimento de que as pessoas com níveis de escolaridades distintos veem a preservação do meio ambiente de forma diferente. Isso se evidencia quando é constatado que a opinião do respondente, sobre o entendimento de que o meio ambiente do bairro não é preservado, se expressa dentro de uma certa homogeneidade nos níveis de escolaridade mais próximos.

Ainda, seguindo essa reflexão, observa-se que os percentuais dos respondentes de ensino fundamental incompleto e os de ensino superior completo, mostrados na tabela 17, evidenciam diferentes concepções no que se refere à preservação do meio ambiente no bairro, indicando que essas faixas de escolaridade possuem idéias e opiniões distintas sobre preservação ambiental.

Dando continuidade na análise das opiniões dos respondentes sobre a preservação do meio ambiente no bairro, torna-se pertinente a observação da tabela 18.

Tabela 18 - Moradores do Setor Faiçalville, segundo o tempo que residem no setor e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor

Tempo que reside	O meio ambiente é preservado no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Até 04 anos	29,7	7,2	36,9
De 05 a 10 anos	16,5	4,9	21,4
De 11 a 20 anos	29,7	6,0	35,7
De 21 a 28 anos	3,8	2,2	6,0
TOTAL	79,7	20,3	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Essa tabela, a exemplo da anterior, ou seja, da 17, também mostra os percentuais dos 182 sujeitos integrantes da amostra desta pesquisa, tendo como abordagem se eles acham que o meio ambiente no setor é preservado, porém, tem-se como referência o tempo de residência no bairro.

Dois grupos de respondentes, nessa tabela, merecem ser analisados, isto é, os tempos de residência de até quatro anos, e os de onze a vinte anos. Ambos, no total geral,

representam os maiores percentuais, sendo respectivamente 36,9% e 35,7%. O percentual dos respondentes com tempo de residência de até quatro anos, que acham que o meio ambiente no bairro não é preservado, é de 7,2%, enquanto que no grupo de respondentes com tempo de residência de onze a vinte anos constata-se que 6,0% das pessoas têm a mesma opinião do grupo anterior, isto é, entendem que o meio ambiente do bairro não é preservado. Observa-se que ambos os grupos possuem percentuais com valores bem próximos, mostrando que os dois grupos de tempo de residência no bairro apresentam equilíbrio quanto à concepção sobre a preservação do meio ambiente do setor.

Além desses dois grupos, é importante considerar, também, o de pessoas com vinte e um a vinte e oito anos de residência no bairro, visto que o seu total geral é de 6,0% e desse, 2,2% responderam que o meio ambiente do bairro não é preservado, evidenciando, portanto, que essa resposta é a opinião de mais de um terço dos respondentes com esse tempo de moradia. Esses moradores podem ter essa opinião devido ao conhecimento que possuem sobre o bairro, pois sabem como era em termos ambientais nos anos anteriores e como esse se encontra nos dias atuais, ou seja, se apóiam em situações, onde comparadas, os possibilitam a terem essa opinião.

Ainda, continuando a análise das tabelas que mostram se o respondente acha que o meio ambiente no Setor Façalville é preservado, procede-se, agora, apreciar a tabela 19, onde para tal análise é considerada a renda familiar em salários mínimos.

Tabela 19 -Moradores do Setor Façalville, quanto a renda familiar em "SM" e se eles acham que o meio ambiente é preservado no setor

Renda familiar em "SM"	O meio ambiente é preservado no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Menos de 01	0,5	-	0,5
De 01 até 02	17,0	6,0	23,0
Mais de 02 até 03	22,7	6,1	28,8
Mais de 03 até 04	16,5	2,7	19,2
Mais de 04 até 05	6,0	1,1	7,1
Mais de 05	17,0	4,4	21,4
TOTAL	79,7	20,3	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

A tabela 19, além de mostrar que o intervalo de renda familiar que mais se destaca está compreendido entre mais de dois até três salários mínimos, isto é, com 28,8%, continua, também, a exemplo das tabelas 17 e 18, proporcionando condições para a análise de percentuais de respostas sobre se o meio ambiente é preservado no setor, porém, isso, sob a ótica da renda familiar em salários mínimos.

Ao analisar a tabela 19, constata-se que os respondentes dos grupos com renda familiar de um até dois salários mínimos e de dois até três salários mínimos, além de ser os que mais se destacam em termos percentuais dentre os 182 sujeitos integrantes da amostra desta pesquisa, pois são respectivamente 23,0% e 28,8%, são ainda os que em maior número responderam que o meio ambiente do Setor Faiçalville não é preservado, indicando 6,0% e 6,1% também respectivamente.

Essa situação parece mostrar que o fator renda pode contribuir para que a pessoa forme concepção sobre a preservação ambiental inerente ao seu poder de compra, visto que os percentuais dos respondentes com renda familiar nas faixas mais de três até quatro, mais de quatro até cinco e mais de cinco salários mínimos, que acham que o meio ambiente do bairro não é preservado, foram respectivamente 2,7%; 1,1% e 4,4%, percentuais esses, inferiores aos indicados nos grupos de rendimentos menores e que deram essa resposta.

Por essa ótica, é importante observar que o poder de compra, na maioria das vezes, está relacionado à escolaridade de forma diretamente proporcional, isto é, menor escolaridade, menor rendimento; maior escolaridade, maior rendimento. Essa situação nos permite reportar à tabela 17, onde foi constatado que respondentes com baixo nível de escolaridade representaram um percentual maior do que os possuidores de ensino superior completo, com afirmativas de que o meio ambiente do bairro não é preservado. Esse fato também pode indicar que escolaridade e renda são fatores que podem contribuir para que as pessoas formem opiniões diferenciadas sobre o meio ambiente e a sua preservação.

A tabela 20, a seguir, onde os 182 sujeitos integrantes da amostra desta pesquisa estão distribuídos por faixas de idade, aponta, segundo a opinião desses respondentes, o que mais prejudica o meio ambiente no Setor Faiçalville.

Tabela 20 - Moradores do Setor Faiçalville, por faixa etária em relação ao que mais prejudica o meio ambiente no setor

O que mais prejudica o meio ambiente no setor	Faixa etária (%)					TOTAL
	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 anos ou mais	
Corte de árvores	1,1	-	1,6	1,6	-	4,3
Queimadas	2,7	3,3	3,3	2,2	2,7	14,2
Poluição das águas	3,3	2,2	4,4	2,7	1,1	13,7
Abate de pássaros e pequenos animais	-	-	-	-	-	-
Lançamento de lixo nas áreas públicas	18,8	15,9	17,6	8,9	6,6	67,8
TOTAL	25,9	21,4	26,9	15,4	10,4	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Constata-se, nessa tabela, que o lançamento de lixo nas áreas públicas foi indicado por 67,8% dos respondentes como sendo o que mais prejudica o meio ambiente no Setor Faiçalville.

Essa indicação é bastante procedente, visto que em boa parte dos espaços de domínio do poder público, principalmente nas proximidades do Córrego Cedro do Mato, e também em áreas nas imediações de sua nascente, locais de preservação permanente, verificou-se a presença de lixo e resíduo, como nos mostra a figura 1, anteriormente já apresentada no Capítulo 2 desta dissertação, e as figuras 6, 7, 8 e 9, a seguir.



Figura 6 – Resíduos sólidos nas imediações da quadra 119, próximo a uma área de brejo.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2007.



Figura 7 – Resíduos sólidos nas imediações da quadra 217, nas margens da Alameda Lucy Rassi de Oliveira. Local próximo à nascente do Córrego Cedro do Mato.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2007.



Figura 8 – Lixo nas imediações da quadra 181, nas margens da Alameda Andrelino de Moraes. Local próximo à nascente do Córrego Cedro do Mato.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Set. 2008.



Figura 9 - Resíduos e lixo nas imediações das quadras 209 e 217, nas margens da Avenida Independência, nas proximidades da Nascente do Córrego Cedro do Mato.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) - Nov. 2008.

Na figura 8, verifica-se o lançamento de lixo nas áreas públicas, apontado de forma bastante significativa pelos respondentes de todas as faixas etárias integrantes da amostra dessa, como sendo o elemento que mais prejudica o meio ambiente no Setor Faiçalville.

Sob essa ótica, ou seja, do que mais degrada o meio ambiente, é importante observar que 14,2% dos respondentes apontaram as queimadas como algo que danifica o meio ambiente do bairro. Constatou-se que elas realmente acontecem nos períodos de estiagem, fato que pode ser observado na figura 10.



Figura 10 – Vestígios de queimada, abaixo da Avenida Independência acerca de 40 metros da nascente do Córrego Cedro do Mato.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Set. 2008.

Essa figura possibilita a visualização de solo exposto, com a presença de terra preta e algumas gramíneas se recompondo; essas se desenvolvem no período de chuva, principalmente nos meses que compreendem de outubro a abril. No período da estiagem, com a vegetação seca e a falta de um eficiente manejo de prevenção de incêndios, o local fica

muito vulnerável a queimadas e, na ocorrência dessas, conseqüentemente acontece a degradação do meio ambiente do Bairro.

É importante registrar que as situações mostradas nas figuras de 6, 7, 8, 9 e 10, isto é, onde o meio ambiente está sendo prejudicado ou correndo risco de ser degradado, podem ser monitoradas pelo poder público, mesmo se esse contar com poucos servidores que atuam nessa área. Isso se torna possível através do emprego de recursos tecnológicos, como por exemplo, a utilização de sensoriamento remoto³⁴.

Assim, a fiscalização quanto à utilização do solo urbano, no sentido de verificar se a mesma está se dando conforme o que estabelece os aspectos legais, pode acontecer sem que o agente público tenha que estar *in-loco* para constatar um determinado procedimento prejudicial ao meio ambiente.

Atualmente, existem vários satélites, como por exemplo, o SPOT, o LANDSAT, o IKONOS, o QUICKBIRD, o CBERS, etc. Dentre esses, é importante destacar que o CBERS é um projeto conjunto entre o Brasil e a China para a construção de uma família de satélites de sensoriamento remoto, projeto esse que vem se expandindo, o que ocorreu recentemente com o lançamento do CBERS 2B.

Esses satélites contam com equipamentos que lhes conferem condições de ter diferentes resoluções, ou seja, espacial, espectral, radiométrica e temporal, que podem produzir imagens da superfície terrestre que são úteis para vários fins, dentre os quais o monitoramento ambiental.

No caso do espaço urbano, pode-se verificar os desmatamentos em Áreas de Preservação Permanente (APP), queimadas, adensamento urbano etc. facilitando, portanto, que as ações em defesa da qualidade do ar, da água, enfim, da biosfera, no sentido da garantia do equilíbrio ambiental para a manutenção da sadia qualidade de vida do cidadão que habita o espaço da cidade.

Na tabela 21, os dados apresentados sobre o que mais prejudica o meio ambiente no Setor Façalville foram apurados levando-se em consideração o aspecto escolaridade. Com a adoção dessa variável, constata-se que todos os níveis de escolaridade tiveram significativa contribuição para a somatória de 67,8% dos respondentes que entendem que o lançamento de lixo nas áreas públicas é o elemento que mais prejudica o meio ambiente do bairro. Esse item,

³⁴ [...] Sensoriamento remoto é a utilização de sensores para a aquisição de informações sobre objetos ou fenômenos sem que haja contato direto entre eles. Os sensores seriam os equipamentos capazes de coletar energia proveniente do objeto, convertê-la em sinal possível de ser registrado e apresentá-lo em forma adequada à extração de informações. (NOVO, 1998, p. 1).

em todas as faixas de escolaridade representou mais da metade das somatórias de cada uma delas.

Tabela 21 - Moradores do Setor Faiçalville, quanto à escolaridade e ao que mais prejudica o meio ambiente no setor (na sua opinião)

Escolaridade	O que mais prejudica o meio ambiente no setor (%)					
	Corte de árvores	Queima-das	Poluição das águas	Abate de pássaros e pequenos animais	Lançamento de lixo nas áreas públicas	TOTAL
Analfabeto	-	-	-	-	-	-
Ensino fundamental incompleto	1,1	2,7	3,9	-	13,9	21,6
Ensino fundamental completo	-	2,8	0,5	-	5,5	8,8
Ensino médio incompleto	0,5	1,1	0,5	-	6,1	8,2
Ensino médio completo	1,1	6,5	6,1	-	27,0	40,7
Ensino superior incompleto	1,1	1,1	1,6	-	4,9	8,7
Ensino superior completo	0,5	-	1,1	-	10,4	12,0
TOTAL	4,3	14,2	13,7	-	67,8	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Observa-se na tabela 21 que os respondentes com ensino médio completo ocupam em termos percentuais o maior número, ou seja, 40,7% no seu total, e desses, 27,0% apontaram o lançamento de lixo nas áreas públicas como sendo o que mais prejudica o meio ambiente do Setor Faiçalville.

Outro fator que também merece ser mencionado sobre a tabela 21, é que dentre todos os níveis de escolaridade que tiveram respondentes, os com ensino superior completo foram os únicos que não apontaram as queimadas como principal fator de degradação ambiental do bairro.

Além dessa constatação, comprova-se ainda, nessa tabela, que nenhum sujeito de nenhum nível de escolaridade indicou o abate de pássaros e pequenos animais como sendo o que mais prejudica o meio ambiente do Setor Façalville.

Esta dissertação, ao abordar os aspectos socioambientais desse bairro, toma direções que a conduz a análises inerentes ao Córrego Cedro do Mato, portanto, sobre esse, é que a tabela 22 se refere.

Tabela 22 - Moradores do Setor Façalville, segundo à faixa etária e se eles sabem se existe córrego no setor

Faixa etária	Sabe se existe córrego no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
De 20 a 29 anos	21,4	4,5	25,9
De 30 a 39 anos	19,8	1,6	21,4
De 40 a 49 anos	25,8	1,1	26,9
De 50 a 59 anos	13,8	1,6	15,4
60 anos ou mais	9,3	1,1	10,4
TOTAL	90,1	9,9	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Através da tabela 22, constata-se que o número de respondentes que afirmaram ter conhecimento da existência do Córrego Cedro do Mato é bastante expressivo, pois atinge 90,1% dos 182 sujeitos integrantes da amostra desta dissertação.

A faixa de idade de vinte a vinte e nove anos foi a que apresentou o maior percentual de respondentes, com desconhecimento da existência do referido córrego, o que pode indicar que as pessoas mais jovens, moradoras do bairro, percebem e assimilam os elementos componentes do ecossistema local, diferentemente de quem se encontra em faixas etárias de mais idade, ou seja, superior a vinte e nove anos.

Tal fato parece se confirmar ao se observar que, nas faixas etárias de trinta a trinta e nove anos, de quarenta a quarenta e nove anos de cinquenta a cinquenta e nove anos e de sessenta anos ou mais, os percentuais no que se refere ao desconhecimento da existência do Córrego Cedro do Mato são pouco relevantes, tanto individualmente quanto no conjunto destas faixas etárias.

A opinião dos respondentes, sobre se a Prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente no Setor Façalville, pode ser verificada nas tabelas 23 e 24 a seguir.

Tabela 23 - Moradores do Setor Façalville, quanto à escolaridade e se a Prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente no setor

Escolaridade	Prefeitura cuida do meio ambiente no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Analfabeto	-	-	-
Ensino fundamental incompleto	15,5	6,1	21,6
Ensino fundamental completo	5,5	3,3	8,8
Ensino médio incompleto	6,0	2,2	8,2
Ensino médio completo	22,5	18,2	40,7
Ensino superior incompleto	3,3	5,4	8,7
Ensino superior completo	7,1	4,9	12,0
TOTAL	59,9	40,1	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Analisando a tabela 23, constata-se que, no aspecto geral, 40,1% dos respondentes afirmaram que a Prefeitura de Goiânia não cuida do meio ambiente no Setor Façalville. Já, observando-a em âmbitos mais específicos, ou seja, por níveis de escolaridade, verifica-se que dos 40,7% dos sujeitos, com ensino médio completo, 18,2% deram essa resposta, ou seja, que a Prefeitura da Capital não cuida do meio ambiente do bairro, sendo, portanto, um percentual abaixo da metade do total dessa faixa e escolaridade.

Esta situação se manifesta em quase todos os níveis de escolaridade, sendo exceção somente no grupo de pessoas com ensino superior incompleto, pois constata-se que 5,4% dos sujeitos que o integram afirmaram que a Prefeitura de Goiânia não cuida do meio

ambiente do Setor Façalville, representando, portanto, mais da metade dos 8,7% de respondentes com esse nível de escolaridade.

Essa situação possibilita inferir que pessoas com ensino superior incompleto podem estar freqüentando um ambiente escolar de nível superior e, portanto, se encontram em plenas atividades de reflexão sobre várias temáticas, inclusive no que se refere ao meio ambiente e a sua preservação. Dessa forma, a pessoa que está cumprindo um processo de graduação formularia conceito e entendimento sobre preservação ambiental diferente de quem não se encontra em uma faculdade, ou seja, daquelas com ensino médio ou abaixo desse, e também das pessoas que já concluíram a graduação e se encontram, talvez, menos envolvidos nas análises e reflexões inerentes aos cuidados que se deve ter com o meio ambiente.

Ainda, dando continuidade a reflexão sobre a opinião dos respondentes no que concerne aos cuidados que o poder público municipal tem em relação ao meio ambiente do Setor Façalville, faz-se necessária a análise da tabela 24.

Tabela 24 -Moradores do Setor Façalville, quanto à ocupação profissional e se a Prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente no setor

Ocupação profissional	Prefeitura cuida do meio ambiente no setor (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Autônomo/Profissional liberal	24,8	15,5	40,3
Empregado da iniciativa privada	11,0	6,0	17,0
Empregado da iniciativa pública	3,3	6,0	9,3
Trabalha nas atividades domésticas em sua própria residência	8,2	6,6	14,8
Desempregado	4,9	4,4	9,3
Aposentado	7,7	1,6	9,3
TOTAL	59,9	40,1	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez.2008.

Analisando a tabela 24, constata-se que 40,3% dos integrantes da amostra dessa pesquisa desempenham atividades como autônomo/profissional liberal, e desse total, 24,8% responderam que a Prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente do bairro, restando, portanto, 15,5% que possuem opinião contrária a essa. As pessoas que trabalham como empregadas da iniciativa privada representam um total de 17,0%, onde 11,0% desses

afirmaram que o Poder Público Municipal cuida do meio ambiente do bairro, restando 6,0% que, sobre tal questão, manifestou pensamento contrário.

Constata-se, tanto na categoria dos respondentes autônomos/profissionais liberais, quanto na dos empregados da iniciativa privada, a existência de percentuais maiores dentre os que afirmam que a Prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente do Setor Façalville, do que dentre os sujeitos que responderam que o meio ambiente do bairro não é cuidado pelo Poder Público Municipal.

Já analisando as respostas dos sujeitos que trabalham como servidor público, constata-se que do total desses, isto é, de 9,3%, o que se verifica é que 6,0% afirmaram que a Prefeitura de Goiânia não cuida do meio ambiente do bairro, restando apenas 3,3% que deram respostas contrárias a esta, ou seja, assegurando que o Poder Público cuida do meio ambiente do Setor. Essa situação evidencia que a opinião dos respondentes, servidores públicos, se diverge tanto da opinião dos sujeitos que trabalham como autônomo/profissional liberal, quanto dos empregados da iniciativa privada.

Essa situação parece evidenciar que o servidor público se apresenta mais exigente no que se refere à atuação da Prefeitura de Goiânia. Tal exigência pode ocorrer, talvez pelo fato do servidor, no desempenho de suas funções, acompanhar, de maneira mais próxima a atuação do Poder Público, formando, portanto, sobre esse, conceitos diferentes dos formulados pelos demais cidadãos integrantes de outros segmentos de ocupação profissional.

Analisando a tabela 25, a seguir, é possível constatar que, no entendimento dos integrantes da amostra dessa pesquisa, a principal ação da Prefeitura de Goiânia para a preservação do meio ambiente no Setor Façalville é a presença da Guarda Municipal no bosque, pois essa foi apontada por 41,3% do total geral de respondentes. Verifica-se ainda que o cercamento do bosque, com 25,3%, também do total geral de todos os grupos de tempos de residência, apresentam-se em segundo lugar, em termos de indicação no que se refere ao que a Administração do Município de Goiânia fez de mais importante para a preservar o meio ambiente no bairro.

Tabela 25 - Moradores do Setor Faiçalville, quanto ao tempo que reside e o que a Prefeitura de Goiânia fez de mais importante para preservar o meio ambiente no setor

Prefeitura fez de mais importante para preservar o meio ambiente no setor	Tempo que reside (%)				
	Até 04 anos	De 05 a 10 anos	De 11 a 20 anos	De 21 a 28 anos	TOTAL
Plantio de árvores	6,6	1,6	3,3	-	11,5
Cercamento do Bosque	9,9	3,8	8,8	2,8	25,3
Presença da Guarda Municipal no Bosque	12,7	10,5	17,0	1,1	41,3
Palestra de educação ambiental	-	-	1,1	0,5	1,6
Nenhuma ação	7,7	5,5	5,5	1,6	20,3
TOTAL	36,9	21,4	35,7	6,0	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Ainda, abordando sobre as variáveis dessa tabela é relevante registrar que na faixa de onze a vinte anos de residência no bairro, que representa um total geral de 35,7%, observa-se que desses, 17,0% indicaram a presença da Guarda Municipal no bosque como sendo a ação que a Prefeitura de Goiânia fez de mais importante para a preservação do meio ambiente no Setor Faiçalville. Comparando esse grupo com a faixa que têm até quatro anos de residência no bairro, faixa essa que é de 36,9%, verifica-se que nessa, o percentual de respondentes que indicam a presença da Guarda Municipal no bosque como sendo a principal ação da Prefeitura Municipal de Goiânia para a preservação ambiental do bairro, é de 12,7%, portanto, um percentual inferior ao daqueles. Essa situação pode ter ocorrido devido ao fato de que as pessoas, com maior tempo de residência no bairro, possuem, também, maior conhecimento de como ele se encontrava em anos anteriores à presença da Guarda Municipal.

Constata-se também, que para 20,3% do total geral, o Poder Público Municipal não realiza nenhuma ação para preservar o meio ambiente no Setor Faiçalville. Com essa opinião, o grupo de respondentes com até quatro anos de residência no bairro se apresenta com o maior percentual, ou seja, 7,7%. Isso pode ter ocorrido, devido ao pouco tempo de

moradia no setor, situação que faz com que a pessoa não tenha um conhecimento do bairro como um todo.

Mesmo diante dessa situação, isto é, onde 20,3% afirmaram que a Prefeitura de Goiânia não realiza nenhuma ação no Setor Faiçalville para a preservação de seu meio ambiente, ainda assim, embora seja com atuação insatisfatória, constata-se a sua presença no bairro, como pode ser confirmado através das figuras 11, 12 a seguir.



Figura 11 - Posto de fiscalização ambiental da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA).
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2008.

A Figura 11 mostra o posto de fiscalização da AMMA, localizado na esquina da Avenida Nadra Bufaiçal com a Alameda Alcides de Araújo Romão, em frente às quadras 84 e 85 na 3ª etapa do Setor Faiçalville. Pode-se observar, também na figura, a presença de cisterna, pois tanto nessa parte do bairro, quanto em sua 4ª etapa, ainda existem quadras, que mesmo tendo pessoas que as habitam por mais de quinze anos, elas ainda não contam com água tratada nem esgotamento sanitário. Esses dois itens serão abordados de forma mais detalhada no subtítulo 3.2.2 – Setor Faiçalville: espaço da moradia, do trabalho e da valorização fundiária.



Figura 12 – Bosque Macambira nas proximidades das quadras 30 e 31, cercado parcialmente.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2008.

Essa figura mostra uma parte do Bosque Macambira, mais especificamente nas margens da Alameda Ana Maria Moraes Verano, nas proximidades das quadras 30 e 31 na 2ª etapa do bairro. Essa imagem, tão bem retrata que a atuação da Prefeitura de Goiânia, no bairro, no que se refere à preservação de seu meio ambiente, não ocorre de forma satisfatória, pois nessa figura, se visualiza uma cerca que certamente se apresenta com pouca eficiência, visto que a mesma se interrompe, ficando aberto um espaço, que pelo qual pode-se adentrar e colocar o bosque em situação vulnerável à degradação ambiental.

A tabela 25, já mencionada, mostra a opinião dos respondentes sobre o que a Prefeitura de Goiânia fez de mais importante para a preservação do meio ambiente no Setor Façalville. Levou-se em consideração o seu tempo de residência no Bairro. Já a tabela 26, a seguir, mostra, por sexo, a principal ação do respondente para a preservação do meio ambiente do Setor.

Tabela 26 - Moradores do Setor Faiçalville, por sexo, e principal ação para preservar o meio ambiente no setor

Sua principal ação para preservar o meio ambiente no setor	Sexo (%)		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Coleta seletiva	2,7	8,3	11,0
Plantio de árvores	3,8	1,6	5,4
Realiza trabalhos divulgando a importância do meio ambiente	1,1	1,6	2,7
Não joga lixo nas ruas e praças	35,3	42,4	77,7
Não realiza nenhuma ação	1,6	1,6	3,2
TOTAL	44,5	55,5	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Através da tabela 26, constata-se que 44,5% dos integrantes da amostra dessa pesquisa são do sexo masculino e que 55,5% são do sexo feminino. Observando o primeiro item constante dessa tabela, isto é, coleta seletiva, constata-se que do total de 11,0% dos respondentes que a indicaram como sendo a sua principal ação para a preservação do meio ambiente no Setor Faiçalville, 8,3% são do sexo feminino, percentual bem superior aos dos respondentes do sexo masculino, ou seja, 2,7%.

Já no que se refere ao plantio de árvores, constata-se que, nesse, os respondentes do sexo masculino representam 3,8% dos 5,4% dos sujeitos que indicaram o plantio de árvores como sendo a sua principal ação para a preservação do meio ambiente no Setor Faiçalville, restando, portanto, 1,6% de respondentes do sexo feminino, que apontaram a adoção de tal procedimento para preservar o meio ambiente do bairro.

Portanto, constata-se que referente à coleta seletiva e plantio de árvores, pessoas do sexo masculino e feminino integrantes da amostra dessa pesquisa têm atuação distinta no sentido de preservar o meio ambiente no bairro.

Analisando a tabela 26, constata-se que 77,7% dos respondentes, sendo 35,3% do sexo masculino e 42,4% do sexo feminino, afirmaram que sua principal ação para preservar o meio ambiente no Setor Faiçalville é não jogar lixo nas ruas e praças, portanto, em áreas públicas.

Diante à presença de lixo e resíduos sólidos em áreas públicas do bairro, como bem mostram as figuras 1, 6, 7, 8 e 9, anteriormente já apresentadas, e da relevante percentagem de respondentes que afirmaram que não jogam lixo nas ruas e praças do setor, é

que surge a possibilidade de pelo menos, parte do lixo e resíduo ali encontrado ser proveniente de outros bairros de Goiânia, ou mesmo do município de Aparecida de Goiânia, haja vista que existem bairros dessa cidade que são conurbados com o Setor Faiçalville. Em se confirmando essa possibilidade aqui apontada, esse bairro poderá estar se apresentando para quem com ele não se identifica, do ponto de vista histórico e relacional como um não-lugar. Augé (1994).

Nessa perspectiva, para a preservação do meio ambiente, é importante que o cidadão o identifique e o assimile como espaço com o qual se relaciona. É importante que ocorra, também, o reconhecimento do lugar e a sua valorização simbólica. Esses fatores poderão contribuir para que o meio ambiente seja visto como importante e assim preservado.

Sobre a perspectiva da importância do meio ambiente, observa-se que, conforme a tabela 26, apenas 2,7% dos respondentes afirmaram que realizam trabalhos, divulgando-a. Desse total 1,1% é do sexo masculino e 1,6% é do sexo feminino.

A tabela 27, a seguir, mostra a opinião dos respondentes das cinco faixas de idades, referentes ao que eles consideram que poderá ter maior contribuição para a preservação do meio ambiente no Setor Faiçalville.

Tabela 27 - Moradores do Setor Faiçalville, por faixa etária, e a sua maior contribuição para a preservação do meio ambiente no setor

Maior contribuição para a preservação do meio ambiente no setor	Faixa etária (%)					TOTAL
	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 anos ou mais	
Palestras sobre educação ambiental para as crianças	1,6	3,8	1,6	2,2	1,1	10,3
Palestras sobre educação ambiental para os adultos	2,7	1,6	2,7	1,1	1,1	9,2
Aplicar multas em quem degrada o meio ambiente	11,7	5,5	7,6	3,8	4,4	33,0
Não lançar lixo nas áreas públicas	3,3	4,9	6,6	2,7	2,2	19,7
Formar associações dos moradores para a preservação do meio ambiente do bairro	6,6	5,6	8,4	5,6	1,6	27,8
TOTAL	25,9	21,4	26,9	15,4	10,4	100,0

Fonte: Dados coletados pelo autor, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Nessa tabela, constata-se que o item “aplicar multa em quem degrada o meio ambiente” foi o que mais se destacou como sendo a medida que poderá ter maior contribuição para a preservação ambiental no Setor Faiçalville. Esse item foi apontado por 33,0% dos respondentes, sendo que na faixa etária de vinte a vinte e nove anos de idade, observa-se que 11,7% deram essa resposta, representando o maior percentual entre as faixas etárias cujos respondentes fizeram essa indicação. Os sujeitos com idade de quarenta a quarenta e nove anos representam 7,6% dos respondentes, indicando a aplicação de multas em quem degrada o meio ambiente como medida que poderá ter maior contribuição para a preservação do meio ambiente no Setor.

O item “formar associação dos moradores para a preservação do meio ambiente no bairro” foi indicado por 27,8% dos respondentes. Constata-se que, na faixa etária de vinte a vinte e nove anos, 6,6% deram essa resposta e que na faixa etária de quarenta a quarenta e nove anos, a mesma resposta foi dita por 8,4%, sendo, portanto, o grupo de idades que mais apontou essa medida como elemento que poderá ter maior contribuição para a preservação do meio ambiente no Setor Faiçalville.

Observando essas duas faixas etárias, isto é, de vinte a vinte e nove anos e de quarenta a quarenta e nove anos de idade, infere-se que, talvez, seja a diferença de idade, que faz com que ambas possuam opiniões distintas quanto as duas medidas mais indicadas que poderão contribuir para a preservação do meio ambiente no setor, ou seja, aplicar multa em quem degrada o meio ambiente e formar associação de moradores para a preservação do meio ambiente do bairro.

Não só referente a essa tabela, mas sim às construídas através de dados coletados mediante a aplicação de questionários em campo, o que se constata é que fatores tais como, a idade, o sexo, a escolaridade, a renda familiar, o tempo de residência no bairro e a ocupação profissional, foram elementos que se apresentaram com destaque e relevância para que o respondente construísse a sua opinião sobre o Setor Faiçalville e os aspectos relacionados ao seu meio ambiente.

3.2.1 – Setor Faiçalville: valor simbólico, moradia e lazer

O Setor Faiçalville é abordado, neste tópico, levando-se em consideração que o homem, ao morar em um lugar, o vivencia assimilando alguns modos de vida da comunidade e cede, para a mesma, fragmentos de seus comportamentos culturais, e de maneiras de viver. A moradia não se restringe a uma casa cercada de muros, ou quaisquer que seja o elemento de delimitação física. Ela avança além de ruas e praças, atinge o espaço da vida social, econômica, política e cultural.

Nessa perspectiva, é possível ocorrer a interação entre o ser humano e o espaço do bairro em que mora. Assim, o homem define tal espaço como um lugar onde ele vive, portanto existente. Para Bourdieu,

Considerados como corpos (e indivíduos biológico), os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar (eles não são dotados da ubiqüidade que lhes permitiria estarem em vários lugares ao mesmo tempo) e eles ocupam um espaço. O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. (BOURDIEU, 1999, p. 160).

Observando as ponderações desse autor, entende-se que o espaço de um bairro, além de ser o palco imediato das diversas manifestações sociais, é também onde se evidencia ou se projeta o cidadão na condição de seu morador, ocorrendo, portanto, um vínculo entre homem e lugar, que se manifesta nas mais variadas relações sociais. No bairro, os elementos concretos ou simbólicos têm, para seus moradores, valores de referência que não são observados em outras partes do espaço urbano.

O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. A organização administrativa, geralmente, codificou estes dados empíricos e emprestou-lhes uma forma rígida. É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é menos importante, o bairro tem um nome, que lhe confere uma personalidade dentro da cidade. (GEORGE, 1983, p. 76).

Nessa perspectiva, o bairro, mesmo sendo visto pelo poder público e pelos demais seguimentos existentes no espaço da cidade como apenas mais um lugar no contexto geral, o certo é que para os cidadãos que o habitam, ele é assimilado como um sítio que tem características diferentes dos demais; não é apenas um local parcelado, com praças, ruas e avenidas, é mais do que isso; é possuidor de elementos com valores simbólicos e imaginários. Por essa ótica, o lugar, o bairro, é valorizado pela comunidade local, que possui condições de se organizar mediante as relações políticas, econômicas e sociais, no sentido da viabilização de projetos de seu interesse. Inscreve-se também nessa dinâmica a moradia, isto é, a casa. Sobre essa, Cavalcante pondera que

A casa é, para o sujeito que nela vive, seu primeiro lugar de referência para exercer sua vida. Ela é, também, objeto de cultura. Quando o homem a constrói, ou a ocupa, ele ali se revela, nela se constrói, nela materializa sua cultura, seus valores, seu comportamento. A casa é referência do homem como entidade e origem de inter-relações familiares, comunitárias e de vizinhança. É, então, lugar de trocas. Espaço de estabilidade e de auto-conhecimento que possibilita a construção de um referencial identitário. (CAVALCANTE, 2007, p. 21).

Nessas condições, no que se refere ao Setor Faiçalville, verifica-se que se trata de um bairro, que embora apresente partes diferentes do ponto de vista de infra-estrutura, como nos mostram as tabelas 13 e 14, 92,9% dos respondentes afirmaram que gostam de morar nele, um expressivo número de pessoas que tem identificação e satisfação com o lugar. Esse fato pode contribuir para a formação de bases para a expressão e manifestação do poder local, onde o cidadão se impõe como agente atuante e participativo no sistema da administração pública.

O poder local diz respeito não somente aos aparelhos de Estado – prefeitura e câmara de vereadores, burocracia pública -, mas também a outras instituições sociais. Nessa concepção, a sociedade civil se constitui num importante elemento do poder local, entendida como comunidade que se envolve politicamente (movimento social, movimento popular), como categoria social (empresários, setor dirigente, setores médios, setores subalternos). (CAMPOS, 2005, p. 125).

Essa consideração sobre poder local é bastante pertinente, visto que no Setor Faiçalville, verifica-se a existência, em partes do bairro, de problemas, tais como falta de água tratada; esgotamento sanitário; iluminação pública; pavimentação asfáltica etc., que comprometem a qualidade de vida de seus habitantes.

Esta dissertação, devido analisar esse bairro através da abordagem quantitativa e qualitativa, isto é, tanto no diz respeito aos aspectos numéricos e objetivos, quanto pelas vertentes do imaginário, da subjetividade, propõe, neste momento, a apresentação das indagações pré-elaboradas e dirigidas a cinco entrevistados, moradores do Setor Faiçalville, com diferentes faixas etárias.

Dez questões foram elaboradas e dirigidas a cinco entrevistados, onde se buscou contemplar cinco faixas de idades, isto é, de vinte a vinte e nove anos, de trinta a trinta e nove anos, de quarenta a quarenta e nove anos, de cinquenta a cinquenta e nove anos e de sessenta anos ou mais. Essas faixas de idades podem ser observadas na tabela 1, já apresentada na introdução desta dissertação. Para tanto, adotou-se como critério, entrevistar uma única pessoa, moradora do bairro, em cada grupo de idade, onde dez questões foram pré-elaboradas, com as seguintes indagações: 1ª) – Qual a sua idade? 2ª) – Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville? 3ª) – Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville? 4ª) – O que você mais gosta no Setor Faiçalville? 5ª) – O que você menos gosta no Setor Faiçalville? 6ª) – Na sua opinião, o que é meio ambiente? 7ª) – Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville? 8ª) – O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville? 9ª) – Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville? 10ª) – Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?

Para uma melhor vinculação da resposta à pergunta, cada uma destas questões se apresenta em ordem crescente nos quadros, distribuídos por faixas de idades. Inicia-se com o entrevistado com idade de sessenta anos ou mais e encerra-se com aquele que se enquadra na faixa etária de vinte até vinte e nove anos de idade. Os quadros que aqui se menciona são os seguintes: 2, 3, 4, 5 e 6, a seguir.

Quadro 2 - Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de sessenta anos ou mais

Perguntas	Respostas
1ª) Qual a sua idade?	É... setenta anos.
2ª) Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?	É... tá com vinte anos.
3ª) Por qual motivo você veio	Ah! Vim morar no Faiçalville porque aqui foi um setor que

morar no Setor Faiçalville?	progredia muito. Já, é... foi aprovado pra ter asfalto e saneamento básico.
4ª) O que você mais gosta no Setor Faiçalville?	O que eu mais gosto no Setor Faiçalville é que é um setor central. Setor que a gente tem muita amizade também.
5ª) O que você menos gosta no Setor Faiçalville?	Já é a segurança. Tá tendo muito ladrão, é... fica invadindo as casas. A segurança tá faltando.
6ª) Na sua opinião, o que é meio ambiente?	O meio ambiente é... é... é as florestas, as reservas que tem, isso é que é meio ambiente.
7ª) Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?	É... na minha opinião tá boa, é... tá muito bem preservada.
8ª) O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?	É a questão da segurança, tem que melhorar a segurança.
9ª) Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville?	Houve sim, houve muita, muita valorização. O Setor Faiçalville é um setor que mais foi valorizado.
10ª) Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?	É... gostaria que o Setor Faiçalville fosse um setor de, é... de mais segurança, mais é... de ambiente, melhor, né?

Fonte: Entrevista realizada por Edival F. Mendes, no mês de Dez. 2008.

Quadro 3 - Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de cinquenta a cinquenta e nove anos

Perguntas	Respostas
1ª) Qual a sua idade?	Tenho cinquenta e nove anos.
2ª) Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?	Tá com quatro anos e meio.
3ª) Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville?	Por dois motivos; lugar agradável, lugar, por ser um lugar alto e esperando a valorização imediata. Foi os dois motivos

	que me trouxe aqui.
4ª) O que você mais gosta no Setor Faiçalville?	Bom, é justamente isso aí, porque tá um lugar um pouco longe do centro mais ser colado numa avenida de grande fluxo que eu espero que a valorização seja grande, e que tenho esperança que os órgãos públicos tragam benefícios imediato pra cá.
5ª) O que você menos gosta no Setor Faiçalville?	É a questão do meio ambiente, porque tá muito desleixado aqui sabe, não tem ninguém olhando por essa parte aqui sabe.
6ª) Na sua opinião, o que é meio ambiente?	Bom, é as matas, as águas, e as florestas no caso, né? Na minha opinião que seja isso, né?
7ª) Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?	A minha opinião! É... que saber a minha opinião? É que eles devem cuidar mais, é... tá desleixado, né? No caso aí de fazer a rede de esgoto, mas pra isso tem que primeiro arrumar a captação, né? Isso vais ajudar a preservar o meio ambiente, né? Porque sem isso não tem como preservar.
8ª) O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?	Mais asfalto, segurança e uma escola.
9ª) Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville?	Acho sim, eu creio que de quatro anos pra cá, deve ter valorizado no mínimo trinta a quarenta por cento. Eu acho que teve valorização sim.
10ª) Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?	Bom, agora eu queria que ele tivesse mais habitado, e com mais empreendimento no setor sabe. Que tivesse posto de saúde, escola, a segurança maior também, sabe?

Fonte: Entrevista realizada por Edival F. Mendes, no mês de Dez. 2008.

Quadro 4 - Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de quarenta a quarenta e nove anos

Perguntas	Respostas
1ª) Qual a sua idade?	Quarenta e quatro anos.

2ª) Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?	Dezoito anos.
3ª) Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville?	No período que eu cheguei aqui o loteamento era um preço mais acessível, da forma que eu consegui pagar parcelado. Aí eu comprei o lote, por essa forma, né? Por ser mais fácil de comprar no tempo, no período.
4ª) O que você mais gosta no Setor Faiçalville?	É... o que eu mais gosto no setor é da minha família, claro, em primeiro lugar, e da preservação do meio ambiente, né? Que é um setor muito bonito pelas áreas verdes que tem, né? As nascentes, né? Então o que eu mais gosto é isso aí.
5ª) O que você menos gosta no Setor Faiçalville?	O que eu menos gosto aqui no setor é em relação os problemas do bairro que existem, né? Tem muitos problemas que ainda tem que ser resolvidos, a infraestrutura, água, esgoto, né? Então, a gente, é... o que a gente menos gosta é isso, é de ver o abandono, que tem que construir muita coisa aqui, praça e tudo, então a gente, o que eu menos gosto é isso aí mesmo, né?
6ª) Na sua opinião, o que é meio ambiente?	Meio ambiente pra mim é preservação da vida, defesa da vida, preservação das nascentes, das matas, dos córregos, né? A qualidade de vida do povo que tem que ser observada em relação a preservação de tudo isso aí, né? Um ecossistema todo, né?
7ª) Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?	É... hoje ela, hoje tá um pouco melhor, né? Há uns anos atrás tava muito ruim, tava muito lixo jogado nas matas, muito, né? Tava meio abandonado, mas agora melhorou bastante, mas tem que ser melhorado mais ainda, acho que ainda falta muito para ficar do jeito que tem que ser mesmo, né?... o meio ambiente.
8ª) O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?	Ter mais apoio por parte do poder público, com relação a construções do próprio poder público, da população mesmo, dos moradores, né? Para que realmente o setor, é... cresça bem mais e tenha mais, é... tenha mais desenvolvimento, né?
9ª) Você acha que houve	Eu acho que sim. Houve valorização do tempo que eu vim

valorização imobiliária no Setor Faiçalville?	pra cá aos dias atuais, houve uma valorização, o setor tem valorizado bastante, mais, ainda com mais infraestrutura, com mais construção de praças né? De ocupação de áreas que estão ai, é... para fins imobiliários aí eu acredito que vai valorizar bem mais ainda, mas houve valorização.
10ª) Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?	Eu gostaria que aqui realmente tivesse mais benefícios, né? Escolas, né? Escolas de segundo grau, tivesse é... bem mais benefícios do que tem hoje, né? Então... um setor mais povoado, é... mais pessoas, né? Pra gente poder viver melhor no setor.

Fonte: Entrevista realizada por Edival F. Mendes, no mês de Dez. 2008.

Quadro 5 - Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de trinta a trinta e nove anos

Perguntas	Respostas
1ª) Qual a sua idade?	Trinta e cinco anos.
2ª) Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?	Quinze anos.
3ª) Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville?	Por ser residência própria. Nós compramos o lote, então construímos e viemos morar aqui.
4ª) O que você mais gosta no Setor Faiçalville?	Ah! É dos bosques que tem aqui em volta, mas tá precisando de terminar, fazer, né, os parques.
5ª) O que você menos gosta no Setor Faiçalville?	Falta de segurança.
6ª) Na sua opinião, o que é meio ambiente?	Meio ambiente é relacionado a tudo que possa melhorar a nossa vida, e onde a gente possa viver, e conviver bem com os animais, é humanos e bichos juntos, ai é o meio ambiente perfeito para todo mundo, assim que eu acho que é meio ambiente.

7ª) Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?	Tá boa, mas precisa ser melhorada em vários pontos, é... principalmente na preservação dessa mata, desse Bosque Macambira porque tá precisando uma melhor preservação.
8ª) O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?	Ah! Tem vários pontos, principalmente nesse lado dessa região que eu moro, dessa quadra que eu moro a gente não tem água tratada e não tem rede de esgoto. Na minha opinião, na minha opinião é o que precisa ser melhorado.
9ª) Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville?	Houve, mas não, não igual aos outros bairros que teve, ah... como que eu vou dizer... que teve mais investimentos pelo governo.
10ª) Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?	Queria que tivesse no nosso bosque, o nosso parque feito, tivesse água tratada, rede de esgoto e mais policiamento porque é o que tá precisando.

Fonte: Entrevista realizada por Edival F. Mendes, no mês de Dez. 2008.

Quadro 6 - Entrevista realizada com morador do Setor Faiçalville pertencente ao grupo de idades de vinte a vinte e nove anos

Perguntas	Respostas
1ª) Qual a sua idade?	Vinte anos.
2ª) Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?	Dezoito anos.
3ª) Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville?	Ah... sair do aluguel, né? Eu tinha dois anos na época, né? Meu pai e minha mãe moravam na Vila Boa. Um setor novo, então lote barato, vim morar aqui, né? Quase não tinha nada, né? Aí viemos mais para sair do alugel.
4ª) O que você mais gosta no Setor Faiçalville?	Acho que é a companhia dos amigos, né? Amizade com os vizinhos não tem confronto, não tem briga, tudo soa sossego, né? Que você deita pra dormir você dorme descansa, né? Um local ótimo, em questão de sossego o Setor Faiçalville é muito bom.

5ª) O que você menos gosta no Setor Faiçalville?	Olha um fato que não me agrada, né? Acho que tá meio... tá meio esquecido aqui das autoridades, né?
6ª) Na sua opinião, o que é meio ambiente?	É tudo aquilo que a gente vive, né? Tem ecologia, o nosso trabalho, tem o ambiente de trabalho e tudo. É tipo uma cadeia, tudo que, né? Tudo que é preservação.
7ª) Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?	Bom, a preservação ambiental muito boa porque, né? Porque o parque que existe aqui hoje, chamado Parque Macambira foi criado, né? Tem Guarda Municipal que cuida disso, né? Há plantio de árvores, né? Até porque a mata estava se acabando, né? Depois que cercou, a mata continuou.
8ª) O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?	Olha o pessoal reclama muito de saneamento básico, né? Não temos água tratada, é... o pessoal reclama de transporte, apesar de que eu não ando de ônibus, muito tempo que eu não ando de ônibus, mais o pessoal reclama muito do horário de ônibus.
9ª) Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville?	Com certeza! Hoje um lote aqui valorizou, tá quarenta a cinquenta mil reais um lote. A valorização que houve foi muito grande em relação ao que era porque hoje o setor desenvolveu muito. O Setor Faiçalville é muito bom.
10ª) Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?	Olha pelo que eu falei dá pra tirar uma base, né? Eu acho que o saneamento básico e o transporte deveriam melhorar, eu acho que também poderia aumentar a população do Faiçalville porque ainda há alguns lotes vagos, porque, falta de... acho de conhecimento do pessoal, um setor não tão conhecido, né? Porque fica meio afastado do centro, mais um setor sossegado, né? Pra quem trabalha, né? Passar só o final de semana em casa é ótimo, né? Acho que pra melhorar é o saneamento e o transporte mesmo.

Fonte: Entrevista realizada por Edival F. Mendes, no mês de Dez. 2008.

Entre os cinco quadros acima mencionados, isto é 2, 3, 4, 5, e 6, constata-se que as respostas dos cinco entrevistados são parecidas, segue, portanto, uma linha de raciocínio que em pouco difere entre os entrevistados, mesmo em caso de significativa diferença de idade.

No que se refere a pontos positivos do Setor Façalville e satisfação em viver nele, verifica-se a ocorrência de respostas indicando o conhecimento e amizade com os vizinho, a sua localização; os bosques; a proximidade da Avenida Rio Verde; a possibilidade de progresso; lugar agradável; a preservação do meio ambiente. Quanto aos aspectos negativos do bairro, constata a ocorrência de respostas tais como, falta de segurança; o desleixo para com o meio ambiente; o fato de ser esquecido pelas autoridades; a deficiência do transporte coletivo; a existência de lotes vagos; falta de escola, posto de saúde, pavimentação asfáltica, rede de água tratada e rede de esgoto.

Do ponto de vista de belezas naturais, não resta dúvidas de que no Setor Façalville se encontra um dos bosques mais bonitos de Goiânia, como pode ser observado nas figuras 13 e 14, a seguir.



Figura 13 - Bosque nas proximidades das quadras 85 e 86 no Setor Façalville
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2007.



Figura 14 - Bosque nas proximidades da quadra 44 no Setor Faiçalville.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2007.

No entanto, como foi abordado anteriormente, o Setor Faiçalville ainda convive com problemas, tais como, depósitos de lixo e resíduos sólidos em áreas públicas, que podem contribuir para ocorrer o desequilíbrio ambiental do bairro, o que poderá interferir negativamente no bem estar, tanto de sua comunidade quanto de bairros adjacentes.

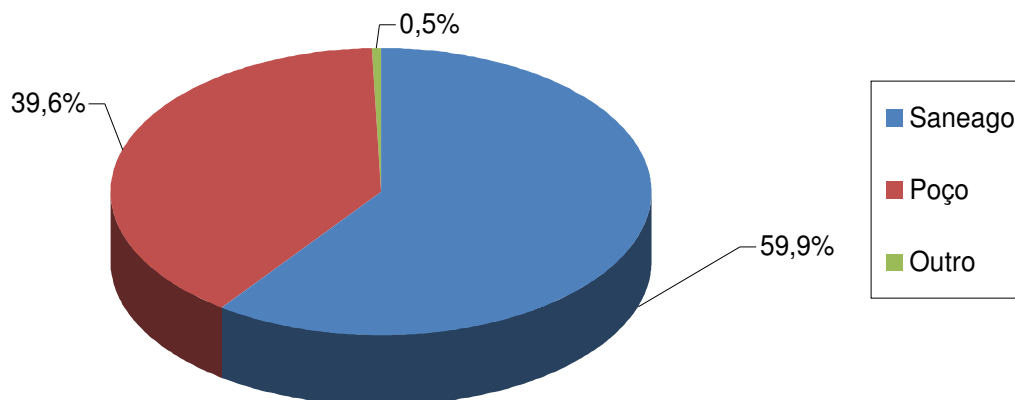
Constata-se que, atualmente, algumas partes do Setor Faiçalville não contam com água tratada, pavimentação asfáltica e nem rede de esgoto. Essa situação foi assinalada pelos entrevistados e também verificada mediante visita *in-loco*. Desses problemas aqui apontados, os dois últimos, ou seja, falta de pavimentação asfáltica e de rede de esgoto podem ser confirmados através da figura 15, a seguir.



Figura 15 - Fossa e rua sem pavimentação asfáltica – Setor Faiçalville.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2008.

Essa situação, mostrada na figura 15, pode contribuir para a degradação do meio ambiente do bairro, pois uma rua sem asfalto, em caso de chuva torrencial, pode ocorrer o processo de lixiviação e conseqüentemente o assoreamento do Córrego Cedro do Mato. A fossa pode contribuir para a poluição das águas das cisternas, já que nem todas as quadras do bairro contam com água tratada. Este aspecto pode ser melhor visualizado através do Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, em relação de onde vem a água que utiliza em sua residência

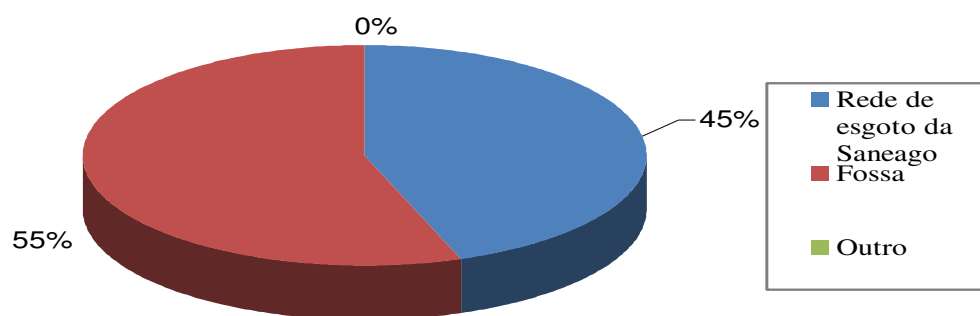


Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Esse gráfico mostra que 39,6% dos 182 sujeitos integrantes da amostra dessa pesquisa afirmaram que a água utilizada em suas residências é proveniente de poço, representando, portanto, um percentual significativo de moradias que não contam com água tratada.

Como já foi mencionado anteriormente, junto à inexistência de água tratada, está a falta de rede coletora de esgoto em algumas partes do bairro. Essa situação se confirma no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, em relação para onde são destinados os dejetos e águas servidas em sua casa



Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Os gráficos 1 e 2 mostram dois aspectos relacionados ao saneamento básico, ou seja, água tratada e rede coletora de esgoto. No gráfico 2, constata-se que 55% dos respondentes afirmaram que os dejetos e águas servidas em suas residências são destinadas a fossas, evidenciando assim que mais da metade das 182 residências pesquisadas não possuem rede de esgoto. Comparando essa situação com a indicada no gráfico 1, ou seja, em que 39,6% das 182 moradias pesquisadas não contam com água tratada, infere-se que pode estar ocorrendo no bairro a combinação, isto é, falta de água tratada e esgoto sanitário, que em muito pode contribuir para o prejuízo da qualidade de vida de seus moradores.

É importante registrar que, além dos gráficos 1 e 2, as respostas dos entrevistados constantes dos quadros de 2, 3, 4, 5 e 6, anteriormente já apresentados, também são relevantes e corroboram para tal entendimento, visto que todos os entrevistados, de forma direta ou indireta, abordaram aspectos relacionados ao meio ambiente do bairro.

Considerando o saneamento básico em uma amplitude maior que extrapole os aspectos simplesmente de água tratada e esgoto sanitário, e vendo-o imergido em um conceito mais amplo como, por exemplo, o de saneamento ambiental, é que se chega ao entendimento

de que o poder público municipal e também estadual, dentro de suas referidas competências, em muito deixou de se fazer presente no Setor Faiçalville.

Nessa perspectiva, é importante que o meio ambiente também seja visto por uma abrangência conceitual que vai além do que é visível, ou seja, dos elementos que se destacam como, por exemplo, um córrego, uma árvore, uma nascente, etc; é necessário que seja entendido como um sistema formado por elementos bióticos e abióticos, macros e micros que interagem, e são interdependentes. Portanto, a agressão a um determinado elemento do ecossistema pode desencadear uma seqüência de prejuízos ambientais. Sobre esse aspecto, Drew observa que

Quando o homem provoca uma alteração no seu ambiente, visa normalmente um fim imediato e óbvio. Por exemplo, a construção de uma casa, evidentemente, altera o meio pelo fato de substituir um trecho de grama ou de floresta por um bloco de concreto, madeira e vidro. Mas a mudança não se resume a isso. A construção irá alterar parcialmente o clima circundante, o clima modificado alterará o caráter do solo e da vegetação vizinha e, por sua vez, a mutação do solo e da vegetação redundará em alterações posteriores do clima local. O telhado conduzirá as águas da chuva diferentemente do que faria a vegetação preexistente, e assim por diante. (DREW, 2002, p. 19).

Seguindo as ponderações desse autor, fica ainda mais evidente a importância que a sociedade, a iniciativa privada e o Poder Público têm para que sejam adotadas, nos espaços urbanos e em processo de urbanização, medidas eficientes no sentido de se preservar o meio ambiente. Conforme Martins Júnior,

[...] a urbanização mal orientada gera enormes problemas de deterioração do meio ambiente urbano, nos aspectos físicos (uso e abuso do solo, poluição atmosférica e hídrica), sociais (favelização, marginalização, insegurança, desemprego, desatenção à saúde e à educação) e biológicos (destruição das áreas verdes, expulsão da fauna etc.). (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 56).

Considerando as ponderações desse autor, cita-se como ações governamentais que podem melhorar a qualidade de vida não só dos moradores do bairro, como também de comunidades adjacentes, os itens tais como, água tratada; rede de esgoto; pavimentação das ruas; iluminação pública; posto de saúde; urbanização das praças; construção de locais para a prática de esportes; implantação do Parque Macambira etc. No tocante a esse último item, ou seja, o Parque Macambira, é importante observar que em Goiânia existe o Projeto Macambira

Anicuns, que, ao ser implantado, poderá contemplar o referido parque. Sobre esse projeto serão realizadas considerações com maior amplitude no subitem 3.2.2.

No que se refere ao item, construção de locais para a prática de esportes, acima mencionado, entende-se ser relevante tecer algumas considerações, visto que a comunidade não conta com espaço público que lhe ofereça condições adequadas para a prática esportiva. O que existe, atualmente, no bairro, são espaços que funcionam como campos de futebol, de terra, que parecem não ser equipados com o mínimo de estrutura adequada. Um desses espaços pode ser visto na figura 16.

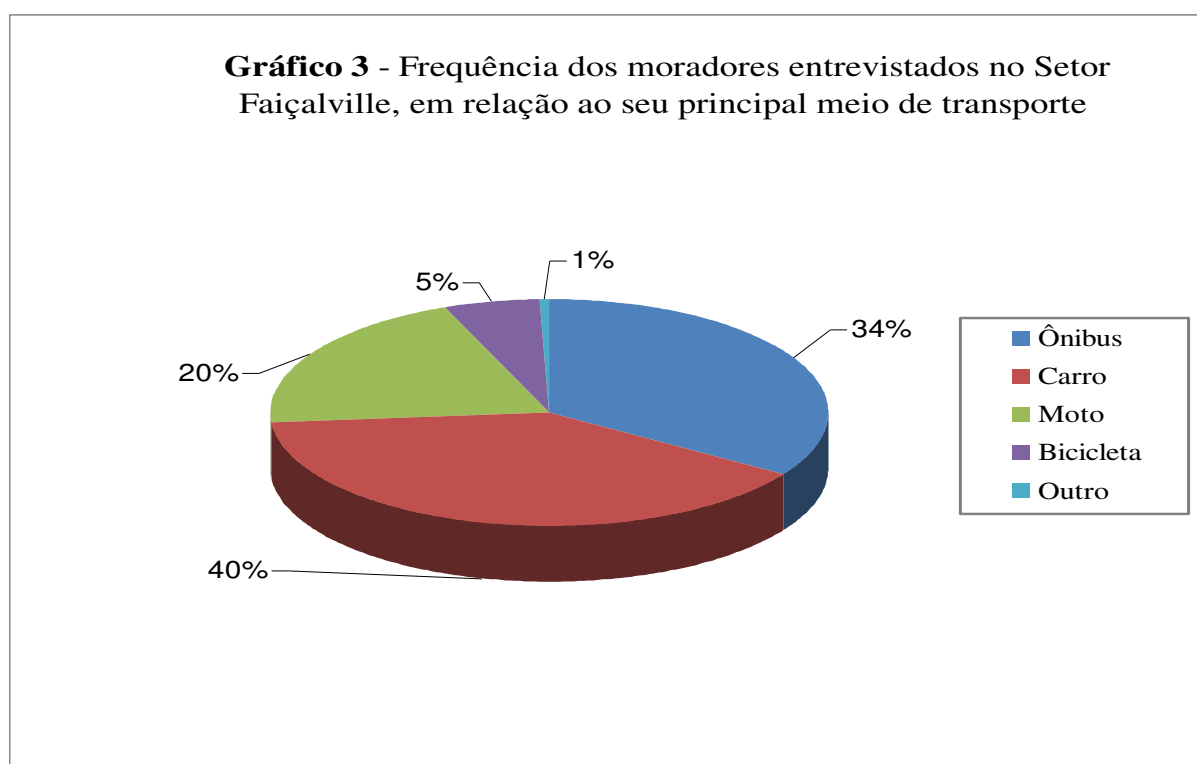


Figura 16 - Campo de futebol na terceira etapa do Setor Faiçalville.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) – Nov. 2008.

A figura 16 também reforça que é necessário que o Poder Público invista em infraestrutura no Setor Faiçalville para o atendimento de sua comunidade nos vários aspectos, isto é, segurança, lazer, saúde, cultura, entretenimento, enfim, melhores condições de moradia.

Continuando com a abordagem referente a melhoria do bairro e, conseqüentemente o atendimento das necessidades de sua comunidade, é importante observar

que um outro item indicado na pergunta número 8, do quadro 6, e que merece ser considerado, é o transporte coletivo. Sobre essa questão, o entrevistado afirmou que existem, no bairro, pessoas que reclamam do horário dos ônibus. Essa situação pode ser o motivo de que dentre os respondentes para esta dissertação, o número de pessoas que afirmou que utiliza o transporte coletivo seja baixo, isto é, de apenas 34% dos 182 respondentes. Fato esse que pode ser constatado através do gráfico 3.



Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

De acordo com o gráfico 3, verifica-se que 20% dos respondentes afirmaram que tem a motocicleta como o seu principal meio de transporte. Já para 40%, é o carro que ocupa tal posição, ou seja, é a sua principal forma de deslocamento. Esses percentuais revelam que as pessoas optam pelos veículos particulares ao invés de se utilizarem o transporte coletivo.

Essa situação pode indicar que o respondente não vê o transporte coletivo como um sistema que atende as suas necessidades de mobilidade, revelando, portanto, que se trata de mais um segmento que integra a estrutura do espaço urbano, que necessita ser melhorado para que atenda tanto a comunidade do Setor Faiçalville, quanto a de bairros adjacentes.

Esse aspecto, juntamente com outros já mencionados, são considerados de fundamental importância para que ocorra, nos parcelamentos, a urbanização segundo aos princípios da sustentabilidade ambiental e garantia da qualidade de vida do cidadão.

3.2.2 – Setor Faiçalville: espaço da moradia, do trabalho e da valorização fundiária

Como já foi abordado anteriormente, (ver tabela 13), o Setor Faiçalville pode ser considerado como um bairro que representa o lugar da moradia, pois 92,2%, dos 182 respondentes afirmaram que gostam de morar no bairro. Assim, deduz-se que o morador o vê como sendo um espaço que lhe oferece elementos concretos ou abstratos que o os leva a ter com o bairro relações de identificação e satisfação.

Para uma maior sustentação do que aqui se deduz, reporta-se à tabela 14, na qual, observa-se que 75,8% dos respondentes moram em casa própria e desses, 72,6% afirmaram que gostam de morar no bairro. Ainda é importante considerar que os cinco entrevistados, (ver quadros 2, 3, 4, 5 e 6) cada um se expressando à sua maneira, também demonstraram que têm satisfação em morar no Setor Faiçalville. Diante de tal situação, parece não ser um equívoco dizer que esse é um lugar de morar, de viver.

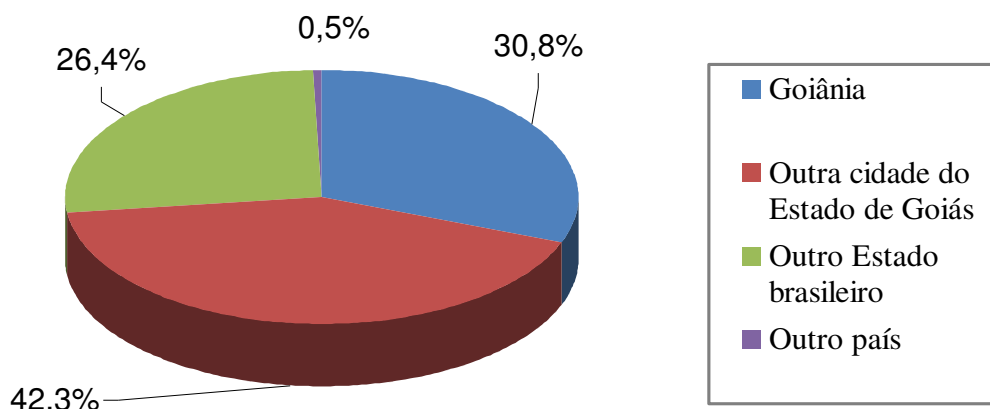
Além da moradia, observa-se, também, que o bairro é palco do trabalho, do processo de produção, circulação e consumo, isto é, ocorre ali as relações socioeconômicas, onde as pessoas, para a manutenção da vida ou com objetivos de ganhos econômico, se fazem presentes em seu espaço, agindo e interagindo conforme o modelo capitalista de produção que, na maioria das vezes, acaba por ditar as maneiras de se relacionar social, econômica e ambientalmente.

Constatou-se através de observação *in-loco*, que está presente no Setor Faiçalville atividades econômicas, como, por exemplo, comércio, prestação de serviços, pequenas indústrias etc., o que faz com que o bairro tenha uma certa dinamicidade econômica, contribuindo tanto para seu crescimento, quanto para com o desenvolvimento de sua região.

É importante observar que as pessoas que estão atuando nesses segmentos de mercado, em sua maioria, não são de Goiânia, pois dos 182 respondentes, moradores do bairro, apenas 30,8% afirmaram que nasceram na Capital Goiana.

Essa situação, aqui abordada, pode ser verificada no gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 - Frequência dos moradores do Setor Faiçalville, quanto à naturalidade



Fonte: Dados coletados por Edival. F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

De acordo com o gráfico 4, verifica-se que a maioria dos respondentes, ou seja, 42,3% afirmaram que são naturais de outras cidades do Estado de Goiás e 26,4% disseram que nasceram em outro estado brasileiro. Essa situação reforça, portanto, como pode ser constatado na tabela 5, Capítulo 2, que Goiânia, nas últimas quatro décadas, apresentou rápido crescimento populacional, mediante a chegada em seu município e, especialmente em seu espaço urbano, de pessoas provenientes de várias partes do país e principalmente do interior goiano.

Voltando a abordagem do Setor Faiçalville, vendo-o sobre o aspecto econômico, ou seja, da valorização de seu espaço territorial, destaca-se que o bairro apresenta características próprias e também criadas mediante mecanismos de planejamento urbano, que contribuíram e contribuem para a sua valorização econômica. Para melhor analisar tal situação, julga-se pertinente a apresentação neste momento das Plantas de Valores Imobiliários de Goiânia³⁵, dos anos de 1998, 2002 e 2005, mostrando o Setor Faiçalville e

³⁵ As Plantas de Valores Imobiliários, que aqui se refere, foram criadas pelas seguintes Leis: Lei nº 7.766, de 29 de dezembro de 1997. “Aprova Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 1998”. Essa lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia, de número 2.013, no dia 29 de dezembro de 1997, na administração do Prefeito Nion Albernaz (1997 a 2000); Lei nº 8.064, de 19 de dezembro de 2001. “Aprova a Planta de Valores Imobiliários para o ano de 2002”. Essa lei teve a sua publicação no Diário Oficial do Município de Goiânia, número 2.834, no dia 19 de dezembro de 2001, na administração do Prefeito Pedro Wilson Guimarães (2001 a 2004). Lei nº 8.354, de 22 de dezembro de 2005. “Aprova a Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 2006 e dá outras providências”. Essa lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia, de número 3.785, no dia 22 de dezembro de 2005, na administração do Prefeito Íris Rezende Machado (2005 a 2008).

alguns bairros da Capital, escolhidos aleatoriamente, para título de comparação da progressão de valores entre eles.

Através da tabela 28, a seguir, onde se apresentam bairros das regiões de Goiânia escolhidos aleatoriamente, entre os que possuem características aproximadas, é possível comparar a Média de Valorização (MV) do m² do Setor Faiçalville com a de outro bairro da Região Macambira/Cascavel, e também com a de bairros pertencentes a outras regiões de Goiânia.

Tabela 28 – Planta de Valores Imobiliários de 1998, 2002 e 2005 – valorização do m²

Região	Bairro	1998	2002	MV %	2002	2005	MV %
Macambira	Jardim Atlântico	35,00	70,00	100,0	70,00	140,00	100,0
Cascavel	Setor Faiçalville	25,00	45,00	80,0	45,00	120,00	166,7
Sul	Bairro Nova Suíça	90,00	160,00	77,8	160,00	350,00	118,7
	Parque Amazônia	38,00	75,00	97,4	75,00	160,00	113,3
Norte	Loteamento Goiânia 2	16,00	40,00	150,0	40,00	70,00	75,0
	Vila J.São Judas Tadeu	15,00	25,00	66,7	25,00	50,00	100,0
Vale do Meia Ponte	Jardim B. Meia Ponte	20,00	30,00	50,0	30,00	55,00	83,3
	Setor Urias Magalhães	30,00	50,00	66,7	50,00	80,00	60,0
Leste	Bairro Santo Hilário	12,00	20,00	66,7	20,00	40,00	100,0
	Vila Concórdia	12,00	25,00	108,3	25,00	45,00	80,0
Mendanha	Vila Regina	20,00	35,00	75,0	35,00	55,00	57,1
	Vila João Vaz	18,00	30,00	66,7	30,00	50,00	66,7
Oeste	Jardim Mirabel	15,00	22,00	46,7	22,00	50,00	127,3
	Bairro Goiás	17,00	25,00	47,0	25,00	50,00	100,0
Central	Vila Santa Izabel	30,00	35,00	16,7	35,00	90,00	157,1
	Vila Monticelli	22,00	32,00	45,4	32,00	55,00	71,8
Noroeste	Vila Finsocial	15,00	20,00	33,3	20,00	40,00	100,0
	Vila Mutirão I	12,00	25,00	108,3	25,00	40,00	60,0
Campinas	Vila Santa Helena	25,00	45,00	80,0	45,00	85,00	88,8
	Vila Bethel	33,00	40,00	21,2	40,00	90,00	125,0
Sudeste	Vila Jardim Vitória	13,00	25,00	92,3	25,00	50,00	100,0
	Jardim Mariliza	15,00	30,00	100,0	30,00	50,00	66,6
Sudoeste	Loteam. Celina Park	30,00	55,00	83,3	55,00	95,00	72,7
	Bair.R.Func.Públicos	6,00	10,00	66,6	10,00	25,00	150,0

Dados organizados pelo autor.

Fonte: Planta de Valores Imobiliários de 1998, 2002 e 2005.

Visualiza-se, ao observar a tabela 28, que de acordo com as Plantas de Valores nela apresentada, o Setor Faiçalville é o Bairro que teve o maior percentual de valorização do metro quadrado, sendo reajustado da Planta de Valores de 1998 para a de 2002, em 80,0%;

dessa para a de 2005, chegou a 166,7%. Mesmo os bairros, tais como, Bairro Recreio dos Funcionários Públicos, pertencente à Região Sudoeste, e Vila Santa Izabel, inserida na Região Central, que de 2002 para 2005 tiveram reajustes com percentuais bastante expressivos em relação aos demais bairros, ou seja, respectivamente 150,0% e 157,1%, ainda assim ficaram abaixo do Setor Façalville em termos de valorização.

Quanto aos dois bairros integrantes da Região Sul, o que se constata é que em ambos, Parque Amazônia e Bairro Nova Suíça, pelo menos, de acordo com os dados das Plantas de Valores Imobiliários apresentadas na tabela 28, o metro quadrado nesses bairros, tiveram, de 2002 para 2005, reajustes respectivamente de 113,3% e de 118,7%, percentuais, bem inferiores aos do Setor Façalville.

É importante observar que, dentre os Bairros apresentados nessa tabela, o Setor Façalville, o Loteamento Goiânia 2, a Vila Finsocial e a Vila Mutirão I foram criados na década de 1980, e o Loteamento Celina Park no ano de 1991. Os demais são de anos bem anteriores, como nos mostra o quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Data de criação dos bairros constantes da tabela 28

Bairros	Data de Criação
Jardim Atlântico	11 de outubro de 1968
Setor Faiçalville	01 de outubro de 1980
Barro Nova Suíça	27 de agosto de 1952
Parque Amazônia	31 de janeiro de 1955
Loteamento Goiânia 2	11 de março de 1983
Vila Jardim São Judas Tadeu	06 de outubro de 1952
Jardim Balneário Meia Ponte	15 de janeiro de 1958
Setor Urias Magalhães	04 de setembro de 1968
Bairro Santo Hilário	17 de setembro de 1955
Vila Concórdia	09 de janeiro de 1954
Vila Regina	13 de dezembro de 1955
Vila João Vaz	25 de novembro de 1953
Jardim Mirabel	22 de junho de 1956
Bairro Goiá	24 de dezembro de 1954
Vila Santa Izabel	08 de dezembro de 1950
Vila Monticelli	27 de janeiro de 1951
Vila Finsocial	18 de novembro de 1985
Vila Mutirão I	14 de novembro de 1985
Vila Santa Helena	19 de setembro de 1950
Vila Bethel	28 de abril de 1952
Vila Jardim Vitória	12 de março de 1957
Jardim Mariliza	30 de março de 1955
Loteamento Celina Park	03 de maio de 1991
Bairro Recreio dos Funcionários Públicos	23 de março de 1968

Dados organizados pelo autor.

Fonte: Decretos de criação dos Bairros aqui citados.

Considerando o quadro 7, observa-se que a valorização fundiária de um bairro parece não estar relacionada ao tempo de sua existência. Assim, entende-se que existem outros fatores que o valorizam, podendo ser tanto relacionados às ações da iniciativa privada, quanto do Poder Público. No que se refere às ações desse, que podem ter contribuído para a

valorização fundiária no Setor Faiçalville, cita-se a Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994, que “Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas”³⁶.

De acordo com essa Lei, no que se refere ao uso do solo, observa-se que:

Art. 12 – As Zonas de Uso são classificadas de acordo com suas características em:
I – ZONAS DE PREDOMINÂNCIA RESIDENCIAL:

- a) de Baixa Densidade;
- b) de Média Densidade;
- c) de Alta Densidade.

II – ZONAS MISTAS:

- a) de Baixa Densidade;
- b) de Média Densidade;
- c) de Alta Densidade.

III – ZONAS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS;

- a) Zona de Atividade Econômica I;
- b) Zona de Atividade Econômica II;
- c) Zona de Atividade Econômica III.

Art. 13 – Zonas de Predominância Residencial são aquelas caracterizadas pela predominância de uso de habitação e são diferenciadas basicamente pela densidade demográfica prevista para elas.

§ 1º - Zona de Predominância Residencial de Baixa Densidade é aquela cuja densidade relativa prevista situa-se no patamar de 250 hab/ha.

§ 2º - Zona de Predominância Residencial de Média Densidade é aquela cuja densidade relativa prevista situa-se no patamar de 430 hab/ha.

§ 3º - Zona de Predominância Residencial de Alta Densidade é aquela cuja densidade relativa prevista situa-se no patamar de 690 hab/ha. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 1994, p. 8).

Dando continuidade a observância dessa Lei, aponta-se o Artigo 15, que dispõe sobre as Zonas de Atividades Econômicas.

Art. 15 – Zonas de Atividades Econômicas são aquelas instituídas com a finalidade de estimular a continuidade e a otimização das atividades econômicas, mediante ações incentivadoras do poder público e são diferenciadas basicamente pelo caráter de compatibilização do uso do solo à função que as vias estruturadoras que a compõem desempenham no contexto urbano.

§ 1º - Zona de Atividade Econômica I é aquela cujas vias estruturadoras se caracterizam como ligações intermunicipais.

§ 2º - Zona de Atividade Econômica II é aquela cujas vias estruturadoras representam os principais eixos de transporte coletivo.

§ 3º - Zona de Atividade Econômica III é aquela com forte aptidão para localização de atividades secundárias resultantes das especificidades viárias que a compõem. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 1994, p. 8).

³⁶ Essa lei foi criada na administração do Prefeito Darci Accorsi (1993 a 1996). Nessa época, o Executivo do Estado de Goiás era ocupado pelo Governador Agenor R. de Rezende (1994 a 1995) e o Brasil tinha, como Presidente, Itamar Franco (1992 a 1995).

Assim, de acordo com essa Lei, em seu Artigo 65, inciso III, constata-se que parte do Setor Façalville foi enquadrada como Zona de Alta Densidade, sendo permitido, de acordo com o Artigo 68, inciso I e alínea “a”, habitação coletiva. Observa-se ainda, em seu Artigo 77, inciso I, que o bairro tem a sua parte Sul, porção localizada nas imediações da Avenida Rio Verde, em uma área considerada como Zona de Atividade Econômica I. Nessa, é permitido, de acordo com seu Artigo 78, inciso I, o seguinte:

- a) comércio varejista de Bairro e Geral, Grupos A e B, de médio e grande portes;
- b) comércio atacadista, Grupos A e B, de médio e grande portes;
- c) prestação de serviço de Bairro e Geral, de médio e grande portes;
- d) indústrias inofensivas, Incômoda e Especial, de médio e grande porte. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 1994, p. 15).

Infere-se que essas determinações podem ter tido uma maior valorização do metro quadrado e, conseqüentemente, ter contribuído para que a Prefeitura de Goiânia majorasse o metro quadrado do Setor Façalville em nível superior aos dos demais bairros observados na tabela 28.

Ainda, referente à valorização fundiária do Setor Façalville, é importante também observar a Lei Complementar nº 171, de 29 de Maio de 2007, que “Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências”. Seu artigo sétimo diz o seguinte: “Art. 7º A implantação da estratégia de ordenamento territorial se efetiva: [...]. III – ajustando os indicativos de crescimento da cidade à dinâmica de sua ocupação concêntrica, paralelamente a sua indução à Sudoeste”. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 2007, p. 7).

De acordo com esse artigo e inciso, entende-se que o poder público municipal vê como opção para o crescimento da Capital, a sua porção sudoeste, na qual se encontra a Região Macambira/Cascavel, onde o Setor Façalville está inserido. Essa condição, aliada à indicação da Avenida Rio Verde como uma Via Expressa de 3ª categoria, com fluxo intenso de veículos, são fatores que podem contribuir para que o metro quadrado do bairro se valorize.

Por essa perspectiva, isto é, da valorização fundiária do bairro, é importante mencionar, ainda, a existência do Programa Urbano-Ambiental Macambira Anicuns³⁷, cujo número do Projeto é BR-L1006.

A implantação desse projeto está prevista para ter início em 2009, como pode-se confirmar através da figura 17.

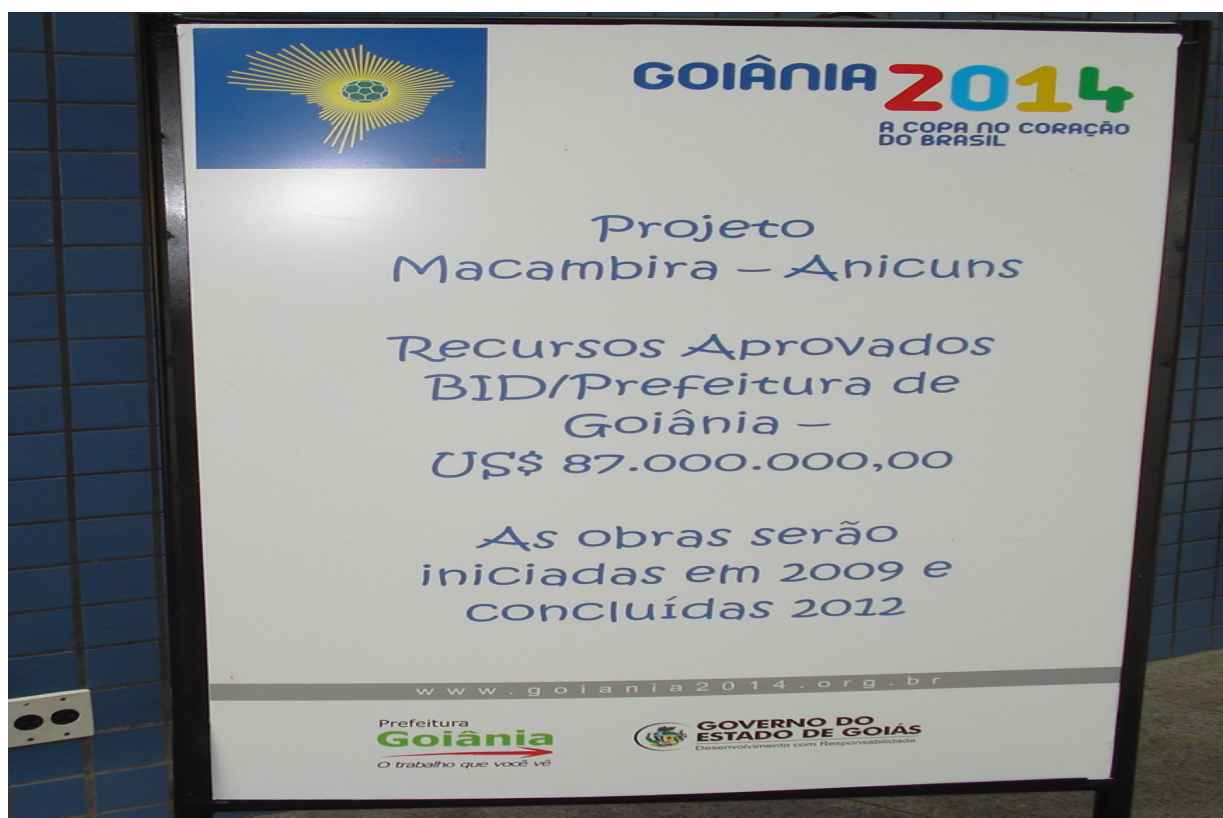


Figura 17 – Projeto Macambira – Anicuns.

Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) - Mar. 2009.

³⁷ O projeto prevê a criação de três unidades de Conservação Ambiental em sua área de influência direta e indireta, totalizando mais de 3 milhões de metros quadrados de áreas a serem recuperadas e preservadas. [...] Do ponto de vista ambiental, o projeto propõe: a recuperação ambiental de áreas de preservação permanente dos fundos de vale do Córrego Macambira, desde a sua nascente, e do Ribeirão Anicuns, entre a foz do Macambira e o Rio Meia Ponte, e a criação de Unidades de Conservação Ambiental na área de influência direta e indireta do projeto; a incorporação e recuperação de uma extensa área de fundo de vale, hoje degradada com presença de esgotos domésticos e industriais, entulhos e resíduos sólidos de toda ordem; a adequação da proposta urbana às novas condições sanitárias do Rio Meia Ponte e do Ribeirão Anicuns. (www.goiania.go.gov.br) . Acessado em 23/04/2009.

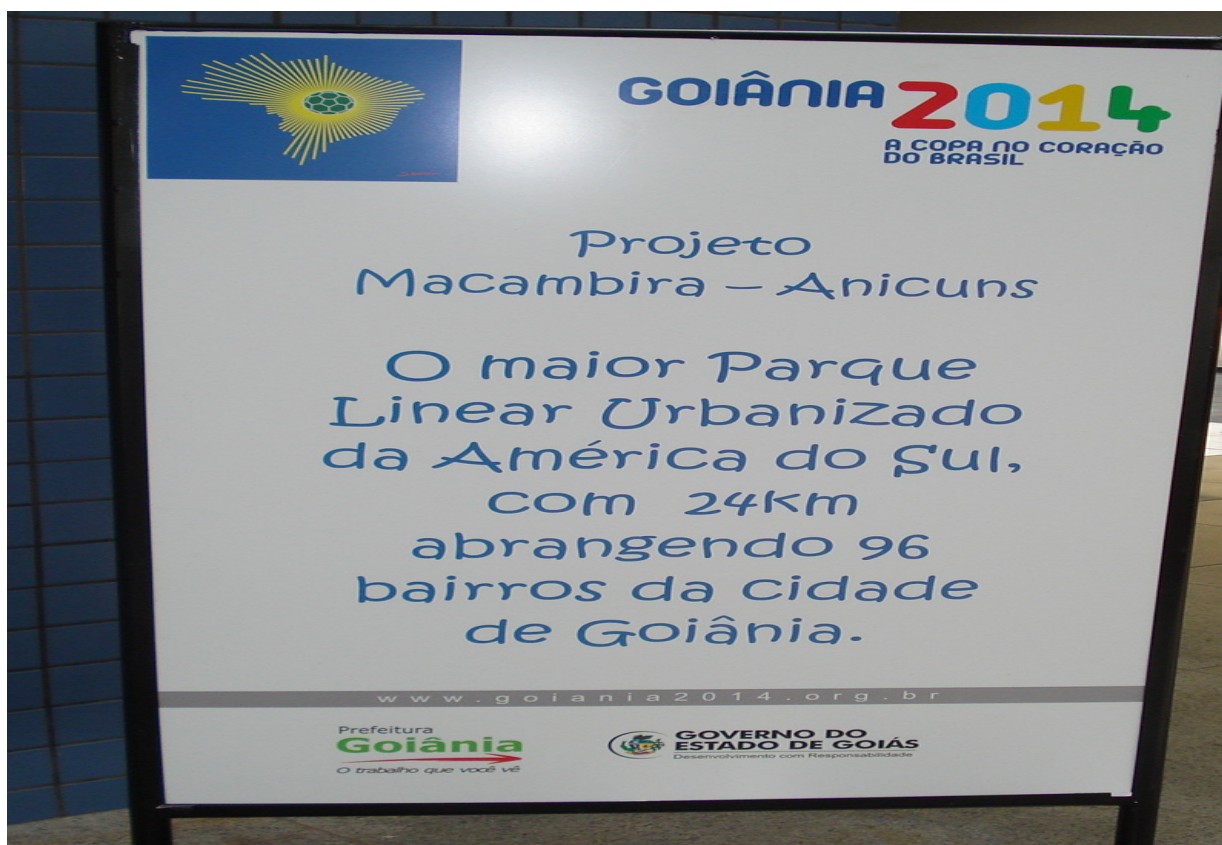


Figura 18 – Projeto Macambira – Anicuns. Extensão e Abrangência.
Fonte: Acervo pertencente ao autor (Edival F. Mendes) - Mar. 2009.

Por meio da figura 18, pode-se constatar que esse projeto será bastante abrangente, e poderá beneficiar o Setor Faicalville, com a implantação do Parque Macambira, local com várias nascentes, inclusive a nascente do Córrego Cedro do Mato, que poderão ser preservadas. Essas nascentes contribuem para a formação do Córrego Macambira, manancial importante para a região. Essas ações da Prefeitura de Goiânia, ao contribuir para a melhoria da infraestrutura e da preservação ambiental do bairro, concomitante produz a valorização fundiária do mesmo.

Nesta dissertação, buscou-se abordar a valorização fundiária do bairro, visto que os cinco entrevistados constantes dos quadros 2, 3, 4, 5 e 6 foram unânimes em afirmar que os imóveis no Setor Faicalville têm registrado significativa valorização econômica. Observando-o pelo prisma da Planta de Valores Imobiliários e comparando-o com os bairros constantes da tabela 28, constata-se que houve sim expressiva majoração do metro quadrado do seu solo.

Do ponto de vista de mercado, ou seja, da atuação do setor privado, ao comparar imóveis equivalentes, e da mesma região do próprio bairro, constata-se que os imóveis,

principalmente os terrenos, estão tendo acréscimos em seus preços. Isso pode estar ocorrendo devido a fatores, tais como, a instalação de comércios em suas principais alamedas e avenidas, cita-se como exemplo a Avenida Madri, toda pavimentada, e ligada a Avenida Rio Verde; a presença de conjuntos residenciais seriados; a construção de condomínios verticais; a presença de escola privada de ensino fundamental e médio; a pavimentação asfáltica em algumas partes do bairro etc.

Outros fatores que, embora presentes em outros bairros, também contribuem para a valorização fundiária do Setor Faiçalville, dentre os quais destacam-se os Condomínios Horizontais Privê Atlântico; Residencial Jardins Florença; Granville; Residencial Jardins Madri; Residencial Jardins Mônaco e Residencial Jardins Viena. Esses dois últimos estão localizados no Município de Aparecida de Goiânia, porém, próximos ao Setor Faiçalville. Verifica-se em suas proximidades importantes supermercados, centros de compras e espaço destinado à administração, como, por exemplo, o Carrefour, o Buriti Shopping e o Condomínio Cidade Empresarial; todos esses de fácil acesso pela Avenida Rio Verde.

Os fatores aqui apontados podem ter contribuído para que ocorresse, no Setor Faiçalville, uma maior procura por lotes tanto para fins residenciais quanto comerciais, o que por si só já contribui para a elevação dos preços.

Confirma-se a valorização fundiária desse Setor, por meio de anúncios de terrenos com as mesmas características. Em 1º de dezembro de 2005, foi publicado nos Classificados do Jornal O Popular, um terreno, cujo valor era “R\$ 32.000,00” (O POPULAR, 2005, p. 7); já em 7 dezembro de 2008, um outro terreno em local próximo ao anunciado em 2005, com as mesmas características daquele, porém, já contando com a pavimentação asfáltica, era ofertado pelo valor de “R\$ 49.000,00” (O POPULAR, 2008, p. 6). Tendo como referência esses dois anúncios, constata-se que de dezembro de 2005 para este mesmo mês em 2008, houve, nessa parte do bairro, uma significativa valorização de R\$ 17.000,00, ou seja, 53,12%.

A valorização fundiária é algo inerente ao modelo de economia capitalista. Ao se adquirir um imóvel, a expectativa é de que esse, além de atender as necessidades, como moradia, ou a instalação de um seguimento do setor produtivo, possa ter, também, liquidez com real ganho do que fora investido. Até aqui parece não haver problema, porém, levando-se em consideração o que bem preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, mais especificamente em seu Artigo 2º e inciso I, já citado neste capítulo, o solo urbano tem que ser visto não como objeto de investimento para ganho com a sua valorização

econômica, mas sim como algo que possa atender às necessidades básicas do cidadão, entendendo como tal, a moradia, o lazer, a mobilidade etc.

Por essa ótica, é pertinente ponderar que alguns dos entrevistados (ver quadros 3, 4 e 6) apontaram a existência, no bairro, de terrenos sem edificações, fato que foi constatado mediante visita *in-loco*. Essa situação pode contribuir para que em algumas partes do bairro ainda não exista infraestrutura tais como água tratada, esgotamento sanitário, pavimentação asfáltica, etc. Os enormes vazios existentes no bairro, quadras inteiras, sem uma única habitação, se apresentam como cenário para que se reporte a Acioly Jr e Davidson (1998). Conforme esses autores, a densidade urbana se apresenta como elemento a ser considerado para se planejar e gerir o espaço da cidade.

Baseado nesse entendimento, conclui-se que os lotes sem edificação, mesmo tendo valorização fundiária, podem não contribuir para a melhoria do bairro, conforme esperado pela comunidade que ali reside. Por essa ótica, entende-se o espaço da cidade como contraditório, e o Setor Façalville se inscreve nesse processo de contradição, pois, manifesta-se ali a valorização simbólica por parte das pessoas que o habitam, ocorre também a valorização fundiária tanto nos imóveis de quem reside no bairro quanto nos daqueles que com ele não possui nenhuma ligação, e não o vê enquanto espaço para se viver, mas como investimento econômico. (BERNARDES, 2005).

Mais uma vez, entende-se que o homem apropria-se do espaço para morar e/ou para o ganho econômico, usa o espaço ou dele retira elementos para seus próprios interesses; nos dias atuais, os interesses financeiros prevalecem em detrimento da preservação do meio ambiente, dos ecossistemas, da vida. “Um organismo que pense unicamente em termos de sua própria sobrevivência destruirá invariavelmente seu meio ambiente e, como estamos aprendendo por amarga experiência, acabará por destruir a si mesmo”. (CAPRA, 2007, p. 282). Ou seja, produz-se o espaço da cidade tendo em vista a sua urbanidade e a melhoria da qualidade de vida, porém, se os seus moradores não se conscientizarem da necessidade de preservação desse espaço, destrói-se o mesmo, a cidade e, junto a essa, se aniquila o homem.

Considerações finais

Goiânia é uma cidade muito jovem, se comparada com outras capitais brasileiras tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife etc. A sua criação foi fruto de estratégias políticas e econômicas. Cidade planejada, para a qual novos planejamentos foram realizados tendo em vista controlar a sua expansão.

O *marketing* da nova Capital foi além das fronteiras do Estado de Goiás, esse que à época, do ponto de vista da comunicação, se via muito distante das grandes cidades brasileiras. Essa situação ocasionava a dificuldade de comunicação, relacionada à qualidade das vias terrestres e transportes. Mesmo assim, a construção de Goiânia foi divulgada em São Paulo e Rio de Janeiro, em escritórios, organizados pelo Governo do Estado de Goiás para essa finalidade. Goiânia na condição da nova Capital de Goiás, que prometia a realização de sonhos de moradia e progresso econômico, foi assimilada por muitos brasileiros de vários estados da federação e até mesmo por pessoas de outros países. Para seu espaço, muitos migraram acreditando no que era prometido, ou “sonhando” com dias melhores.

Goiânia cresceu de forma acelerada, tanto no número de habitantes quanto na demanda por infraestrutura para o atendimento à população que chegava. A produção de seu espaço urbano ocorreu e continua ocorrendo imergido em dinâmicas sociais e econômicas bastante contraditórias. De um lado, a atuação do mercado imobiliário que faz do solo urbano mercadoria agregada de valor econômico, mediante os parcelamentos e o processo de verticalização; e do outro lado, um grande número de pessoas sem a tão sonhada casa própria, principalmente pela falta de poder de compra que lhe permita a aquisição de um lugar para morar. Daí a emergência de espaços urbanos qualificados e ocupações em espaços inadequados, sem infraestrutura que viabilize qualidade de vida a seus moradores.

Como força de equilíbrio entre esses dois aspectos, constata-se a presença do poder público, que às vezes se dá, também, de forma contraditória, geralmente mediante a efetivação das políticas ligadas à habitação via construção de conjuntos habitacionais, que agregam valor às glebas em suas proximidades, e contribui, portanto, para um possível aumento do ganho econômico por parte do mercado imobiliário, o que ocorre principalmente através dos parcelamentos.

Na tentativa de resolver o problema da moradia em Goiânia, criou-se um outro, ou seja, o espraiamento da cidade e conseqüentemente as dificuldades para a implantação de infraestrutura básica nos novos bairros, que geralmente permanecem por muito tempo sem estarem totalmente habitados, esperando valorização. As dificuldades que aqui se observam se dão devido ao investimento de recursos financeiros para a implantação e manutenção de serviços públicos em locais de baixa densidade.

Entende-se que o poder público pode até resolver parte do problema da moradia, mas não consegue saná-lo por completo, pois enquanto o solo urbano for visto sob a ótica da renda fundiária e não como elemento que deve desempenhar função social, as medidas governamentais serão apenas paliativas e às vezes contraditórias. Ao buscar solucionar o déficit de moradia através da construção de conjuntos habitacionais ou mesmo aprovando loteamentos muito distante dos bairros urbanizados, acaba por valorizar glebas e lotes sem edificações em espaços já parcelados, dificultando assim, que boa parte da população possa adquiri-los. Esse tipo de atuação, gera, portanto, graves problemas tanto socioeconômicos quanto ambientais, como, por exemplo, as ocupações para fins de moradia, de áreas inadequadas para se viver, tanto por questões inerentes ao meio ambiente, quanto relacionadas à insalubridade ou periculosidade.

Nessa perspectiva, constata-se a relevância do planejamento urbano, quando implantado, dirigido e controlado, inclusive com a participação da comunidade, desse modo, contribuindo para uma melhor destinação do solo urbano do município de Goiânia. Ressalte-se que a atuação desse instrumento tem sido contraditória ao refletir os conflitos derivados de instâncias de poder que atuam na conformação do espaço da cidade. O planejamento da cidade é necessário haja vista o crescimento da mesma em número de habitantes e de novos parcelamentos. Porém, deve ser pensado no contexto da compreensão da terra urbana em sua função social, conforme indica o Estatuto da Cidade.

Um fato relevante a ser considerado nessa pesquisa é o expressivo percentual de respondentes que disseram gostar e morar no Setor Façalville, mesmo esse não dispendo de total infraestrutura, 92,9% dos respondentes disseram que gostam de viver no bairro. Juntamente a esse fato que chama a atenção, destaca-se um outro, que pode servir como norteador para que o poder público adote medidas mais contundentes acerca da preservação do meio ambiente do bairro, pois 40,1% dos respondentes afirmaram que a Prefeitura de Goiânia não cuida do meio ambiente no setor.

Inúmeras são as conclusões a que se chega ao analisar os dados coletados em pesquisa de campo para os objetivos deste trabalho. Depende para qual prisma que se

pretende olhar, direcionando rumo aos aspectos socioeconômico e ambientais. Conclui-se que o município de Goiânia, nas últimas quatro décadas, deparou com um enorme desafio para conciliar desenvolvimento e preservação do meio ambiente, visto que enfrentou e enfrenta um rápido crescimento populacional, bem como a atuação do setor imobiliário na busca do lucro auferido pelos diversos parcelamentos criados no município, nos quais, em sua maioria, o meio ambiente acaba não sendo totalmente observado. Por outro lado, a população ainda não absorveu *hábitus* relacionados à preservação ambiental.

Mais uma vez, depara-se com a necessidade de se pensar o espaço da cidade como algo que possa ser visto como espaço da heterogeneidade requerendo, portanto, atenção tanto do poder público, quanto da iniciativa privada, para se evitar que esse beneficie apenas a minoria em detrimento da grande maioria de moradores que o habitam, que por ele circulam, se relacionam, agem e interagem na busca da satisfação de suas necessidades enquanto seres urbanizados.

Como já foi mencionado nesta dissertação, o parcelamento da Fazenda Macambira foi aprovado pela Prefeitura de Goiânia em 1980; as vendas dos lotes se iniciaram em julho de 1985, portanto, já se passaram vinte e nove anos de sua criação oficial e vinte e quatro anos do início da comercialização de seus terrenos, no entanto, constata-se que o bairro ainda sofre com a precariedade de ações governamentais no sentido de atender plenamente às necessidades de sua comunidade, e da preservação do meio ambiente no setor.

As atuações do poder público e do capital imobiliário, embora pensadas em sua localidade, têm consequências que extrapolam o contexto do bairro, uma vez que existe uma interação entre os bairros que compõem uma cidade.

O meio ambiente, abordado por meio de uma visão holística, incorpora o ser humano inserido no mesmo, em uma condição que não é possível se isolar dos demais elementos naturais com os quais se relacionam. É nesse sentido que se pensa o Setor Faiçalville, como ímpar nessa dinâmica de ação e interação do homem com o meio. Daí a necessidade de que o bairro seja visto a partir de sua conexão local e extra bairro, que necessita ser melhorado do ponto de vista da sua infraestrutura, bem como deve implantar todas as medidas necessárias para a preservação do bosque ali existente, das nascentes, do córrego Cedro do Mato, enfim, de todos os elementos bióticos e abióticos que compõem o espaço geográfico daquele lugar. Desse modo, é possível garantir a qualidade de vida de seus moradores e da cidade.

Essa é uma abordagem micro, no âmbito do Setor Faiçalville, porém com possibilidade de alcançar dimensões maiores, indo além desse setor, chegando a outros

bairros de Goiânia, ou até mesmo de outras cidades, principalmente as conurbadas. Nessa perspectiva, espera-se que esta dissertação possa ser norteadora de outras reflexões acerca do tema aqui trabalhado, contribuindo, portanto, com o crescimento dos debates e análises acerca do espaço urbano que em muito tem a ver com o homem dos dias atuais, moderno e urbanizado por viver na cidade ou por sofrer as suas influências mesmo estando distante dela. Nesse sentido, compreender a relação cidade/campo; meio urbano/meio rural dentro da perspectiva holística que norteia a compreensão de sustentabilidade do meio ambiente.

Referências

- ACIOLY JR, C e DAVIDSON, F. *Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana*. Acioly C. (tradução). Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998.
- CAMPOS, F. I. *Ciência política: introdução à teoria do estado*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- AUGÉ, M. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. PEREIRA, M, L. (tradução). 2. ed. Campinas SP: Ed. Papirus, 2001.
- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa em Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BLUMENFELD, H. *A metrópole moderna*. In: *Cidades*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BERNARDES, G. D. *Construtores de Goiânia: o cotidiano do mundo do trabalho*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- _____. *Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- _____. *Considerações sobre o Plano Diretor de Goiânia*. In: SILVA, L. S. D de (org). *Relações cidade-campo: Fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- _____. *Segregação Urbana e Desigualdade Social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliário e Dinâmica Socioespacial*. In: MOYSÉS, A. *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.
- BISQUERRA, R. *et. al. Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. MURAD. F. (tradução). Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BORGES, P. C. A. *Ruralismo, síndrome de periferia e Estado - mitos políticos e identidade regional em Goiás*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia). – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1999.
- CAMPOS, F, I, *Mudança da capital: uma estratégia de poder*. In: *Cadernos do Indur, estudos urbanos e regionais*. Goiânia: nº 2 Nov. 1980.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. CABRAL, A. – Tradução, 28 ed: São Paulo: Ed. Cultrix, 2007.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço e indústria*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____ *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra S.A., 2000.

CAVALCANTE, L. de S. Cidade e vida urbana: A dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em uma gestão. In: PAULA, F. M. de A. e CAVALCANTE, L. de S (org.). *A cidade e seus lugares*:Goiânia: Ed. E.V., 2007.

CERTEAU, M de. *Morar, cozinhar*. Et al. ALVES, E. F. e ORTH, L.E (tradução): Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUL, N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2 ed: Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades*. 5 ed. São Palo: Ed. Perspectiva, 2002.

CORRÊA, R.L. *Região e organização espacial*. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1987.

CRESPO, A. A. *Estatística Fácil*. 17 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

DAHER, T. *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DAVIS, K. *A urbanização da humanidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DAVIS, M. *Planeta favela*. MEDINA, B. (tradução): São Paulo: Boitempo, 2006.

DREW, D. *Processos interativos homem – meio ambiente*. 5 ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ENGELS, F. Enquanto não chega a revolução. In: CHOAY, F. *O Urbanismo*. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

ESTEVAM, L. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.

FERRAZ, H. *Cidade e vida*. 1 ed. São Paulo: João Scortecci Editora, 1996.

FONTOURA, A. *Introdução à Sociologia*. 4 ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1966.

GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: Ed. Difel, 1983.

GIDDENS, A. *Sociologia*. SOBRAL. J. M. (coord. e rev. cient.). 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GONÇALVES, C.W.P. *Os (Des)caminhos do meio ambiente*. 6 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2 ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1997.

GUERRA, A. T. *Dicionário geológico – geomorfológico*. 7 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

JEUDY, H-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005.

LEDRUT, R. *Da cidade aristocrática à megalópole*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____ *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LAGO, L.C.do. *Desigualdades e Segregação da Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

MARTINS JÚNIOR, O. P. *Uma cidade ecologicamente correta*: Goiânia: Ed. Cultura e Qualidade, 1996.

_____ *Arborização urbana e qualidade de vida*: Goiânia: Ed. Kelps, Ed. da UCG, 2007.

MARX, K. A cidade como degradação. In: CHOAY, F. *O Urbanismo*. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

_____ *Contribuição à crítica da economia política*. 3 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec/São Paulo: ABRASCO, 1992.

MOYSÉS, A. Expansão urbana ou ocupação (in)sustentável da zona rural do município de Goiânia, *Revista Conjuntura Econômica Goiana*, nº 04, p. 9, maio 2005.

_____ *Cidade, segregação urbana e planejamento*. MOYSÉS, A. (coord.). Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

MORAES, L. M. *A Segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. 2 ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1982.

NISBET, R. A. Comunidade. In: FARACHI, M. M. e MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade – Leituras introdução à Sociologia*. NETO, R. P. (tradução). Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.

NOVO, E. M. L de M. *Sensoriamento Remoto – Princípios e Aplicações*. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1992.

PALMIERI, F. LARACH, J.O.I. Pedologia e geomorfologia. In: *Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

PASTORE, E. A. *Renda Fundiária e Parcelamento do Solo: Goiânia (1933-1983)*. (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano. Brasília: Universidade de Brasília. 1984.

PIETRAFESA, J. P. *A grande travessia: Agricultura familiar e qualidade de vida*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PIRES, M. O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição paradigmática. In: Braga, M. L. S. e Duarte, L. M. R. T. *Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Ed: Paralelo 15, 1998.

RÉMY, J e VOYÉ, L. *A cidade: rumo a uma nova definição?* 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. In: SILVA, L. A. M. da (org.) - *Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

ROCHA, A. C. Goiânia no Fim do Milênio. In: *Jornal O Popular – Suplemento Especial*. Goiânia – GO, 1999.

ROCHA, H. *Sete décadas de Goiânia*. Goiânia: Gráfica kelps. 2003.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado – Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia* – Ed. Hucitec: São Paulo, 1988.

_____ A metrópole: modernização, inovação e segmentação. In: VALADARES, L. e PRETECIELLE, E. (Coords.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1990.

_____ *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: CHOAY, F. *O Urbanismo*. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

_____ *A metrópole e a vida mental*. VELHO. O. G. (org. e introd.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SJOBERG, G. *Origem e evolução das cidades*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SPOSITO, M. E. B. Reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. SPOSITO, E. S. (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

SILVA, A. L. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.

SOARES JÚNIOR, A. A, *Condomínios Horizontais Fechados: e a configuração de um novo espaço intrametropolitano de Goiânia*, 2005. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2005.

SOUZA, M. A. A.de. *O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação?* GONÇALVES, M. F. (org.). Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1995.

SOUZA, N de J de. *Desenvolvimento econômico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. de S. *Sociologia e Sociedade*, Leituras de Introdução à Sociologia. 2. ed: Rio de Janeiro, RJ: JC Editora, 2000.

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. FLORES. V. R. L. de F e. (trad.); revisão técnica de FARIAS. A. M. L de. (ver. téc.) - 9 ed. - Rio de Janeiro: Ed. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. In. VELHO, O.G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. VELHO. O. G. (org. e introd.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Documentos:

BRASIL, *Recenseamento do Brasil em 1872*: Província de Goyaz. Rio de Janeiro: Typ.de G. Leuzinger e Filhos, 1872.

BRASIL, “*Cria o Banco Nacional da Habitação – BNH*” - Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, Brasília – DF, 1964.

BRASIL, “*Cria o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS. Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, Brasília – DF, 1966.*”

BRASIL, “*Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências*”. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL, *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, *Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

DIÁRIO OFICIAL. Goiás. “*Dispõe sobre a criação da Companhia Habitacional do Estado de Goiás e dá outras providências*”. Lei nº 6.560, de 12 de maio de 1967.

DIÁRIO OFICIAL. Goiás. “*Dispõe sobre a organização dos municípios e dá outras providências*”. Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre loteamentos urbanos e remanejamento*”. Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Aprova o Plano de Desenvolvimento de Goiânia e dá outras providências*”. Lei nº 4.523, de 20 de janeiro de 1972.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre a fusão da COHAB-GO e da CHEGO em nova companhia a se denominar Companhia de Habitação de Goiás – COHAB-GO*” Lei nº 4.652, de 29 de Dezembro de 1972.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Institui o novo código de edificações para o município de Goiânia*”. Lei nº 5.062, de 25 de novembro de 1975.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Aprova loteamento denominado Faiçalville*”. Decreto nº 561, de 1º de outubro de 1980.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Zonas Urbanas e de Expansão Urbana do Município de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas*”. Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre a criação e denominação do Bosque Macambira e dá outras providências*”. Lei nº 7.730, de 30 de setembro de 1997.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Aprova Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 1998*”. Lei nº 7.766, de 29 de dezembro de 1997.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Desafeta área de sua destinação primitiva, autoriza doação e dá outras providências*”. Lei nº 7.776, de 08 de abril de 1998.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre o reflorestamento das áreas de matas ciliares em todos os córregos do município de Goiânia*”. Lei nº 7.988, de 29 de maio de 2000.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Aprova a Planta de Valores Imobiliários para o ano de 2002*”. Lei nº 8.064, de 19 de dezembro de 2001.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Aprova a Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 2006 e dá outras providências*”. Lei nº 8.354, de 22 de dezembro de 2005.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. “*Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências*”. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007.

GOIÂNIA. Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), in *Memorial descritivo Faiçalville*, 1980.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), in *Cadastro imobiliário / estatística uso do imóvel*, 2009.

GOIÂNIA. Plano de Desenvolvimento de Goiânia (PDG). Goiânia: *Prefeitura Municipal de Goiânia*, elaboração: Arquiteto Luiz Saia, 1962.

GOIÂNIA. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG). Goiânia: *Prefeitura Municipal de Goiânia*, Serete S/A. Engenharia, Jorge Wilhelm – Arquitetos Associados, 1969.

JORNAL O POPULAR. Bairros, 1994.

_____ Classificados: Imóveis, lotes. 2005.

_____ Classificados: Imóveis, lotes. 2008.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Local. 1980.

_____ Política. 1983

_____ Local. 1983

_____ Local. 1999.

<http://www.sidra.ibge.gov.br> (Acessado em 10/10/2008). IBGE

_____ (Acessado em 07/05/2008). IBGE

www.bcb.gov.br (Acessado em 01/09/2009).

www.goiania.go.gov.br (Acessado em 23/04/2009).

www.seplan.go.gov.br (Acessado em 03/09/2009).

Apêndices

Apêndice 1

Questões pré-elaboradas

- 1ª) – Qual a sua idade?
- 2ª) – Há quantos anos você reside no Setor Faiçalville?
- 3ª) – Por qual motivo você veio morar no Setor Faiçalville?
- 4ª) – O que você mais gosta no Setor Faiçalville?
- 5ª) – O que você menos gosta no Setor Faiçalville?
- 6ª) – Na sua opinião, o que é meio ambiente?
- 7ª) – Qual a sua opinião sobre a preservação ambiental no Setor Faiçalville?
- 8ª) – O que você acha que deve ser melhorado no Setor Faiçalville?
- 9ª) – Você acha que houve valorização imobiliária no Setor Faiçalville?
- 10ª) – Como você gostaria que fosse o Setor Faiçalville?

Apêndice 2

Questionário

Este questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa do programa de Pós-graduação *Stricto-sensu* da UniEvangélica – Centro Universitário de Anápolis/GO – Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, da linha de pesquisa em Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente, do mestrando Edival Ferreira Mendes, com o título: “Expansão Urbana de Goiânia: Região Macambira/Cascavel – Aspectos Socioeconômicos e Ambientais no Setor Faiçalville – Goiânia/GO”. A sua aplicação dar-se-á aos moradores do Setor Faiçalville integrantes da amostra da pesquisa. Seu objetivo é coletar dados para investigar os aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Faiçalville em Goiânia/GO.

Para tanto, cabe ressaltar que todas as informações serão asseguradas, resguardando-as, então, somente com finalidade científica e garantindo o seu anonimato.

NOME: _____

RUA _____ QUADRA _____ LOTE/Nº _____

SEXO: Masculino ()

Feminino ()

01 – Você é natural de:

- A () Goiânia
- B () Outra cidade do Estado de Goiás
- C () Outro Estado brasileiro
- D () Outro país

02 – Qual sua faixa etária?

- A () De 20 a 29 anos
- B () De 30 a 39 anos
- C () De 40 a 49 anos
- D () De 50 a 59 anos
- E () 60 anos ou mais

03 – Há quanto tempo reside no Setor Faiçalville?

- A () Até 04 anos
- B () De 05 a 10 anos
- C () De 11 a 20 anos
- D () De 21 a 28 anos

04 – Quantas pessoas residem na sua casa?

- A () 01 pessoa
- B () 02 pessoas
- C () 03 pessoas
- D () 04 pessoas

E () Mais de 04 pessoas

05 – Quantas pessoas com idade abaixo de 18 anos residem em sua casa?

A () Nenhuma

B () 01 pessoa

C () 02 pessoas

D () 03 pessoas

E () 04 pessoas

F () Mais de 04 pessoas

06 – Quantas pessoas com idade igual ou acima de 18 anos residem em sua casa?

A () Nenhuma

B () 01 pessoa

C () 02 pessoas

D () 03 pessoas

E () 04 pessoas

F () Mais de 04 pessoas

07– A casa onde você mora é:

A () Própria

B () Alugada

C () Cedida

D () Outro

08 – De onde vem a água que você utiliza em sua residência?

A () Saneago

B () Poço

C () Outro

09 – Para onde são destinados os dejetos e águas servidas em sua residência?

A () Rede de esgoto da Saneago

B () Fossa

C () Outro

10 – Você gosta de morar no Setor Faiçalville?

A () Sim

B () Não

11 – Na sua opinião, o que mais identifica o Setor Faiçalville?

A () A sua localização em Goiânia

B () A Violência

C () A preservação do meio ambiente

D () O conhecimento/amizade entre os moradores

E () A poluição do meio ambiente

12 – Qual seu estado civil?

A () Solteiro

B () Casado

C () Viúvo

D () Divorciado

E () Outro

13 – Qual a sua religião?

A () Protestante

B () Espírita

C () Católica

D () Outra

E () Não tem religião

14 – Qual a sua escolaridade?

A () Analfabeto

B () Ensino fundamental incompleto

C () Ensino fundamental completo

D () Ensino médio incompleto

E () Ensino médio completo

F () Ensino superior incompleto

G () Ensino superior completo

15 – Quanto à ocupação profissional, qual a sua situação no momento?

A () Autônomo/Profissional liberal

B () Empregado da iniciativa privada

C () Empregado da iniciativa pública

D () Trabalha nas atividades domésticas em sua própria residência

E () Desempregado

F () Aposentado

16–Qual a renda familiar mensal – em salários mínimos (SM)?

A () Menos de 01 SM

B () De 01 até 02 SM

C () Mais de 02 até 03 SM

D () Mais de 03 até 04 SM

E () Mais de 04 até 05 SM

F () Mais de 05 SM

17 – Qual seu principal meio de transporte?

A () Ônibus

B () Carro

C () Moto

D () Bicicleta

E () Outro

18 – Você sabe se existe córrego no Setor Façalville?

A () Sim

B () Não

19 – No Setor Façalville, o meio ambiente é preservado?

A () Sim

B () Não

20 – Na sua opinião, o que mais prejudica o meio ambiente no Setor Façalville?

- A () Corte de árvores
- B () Queimadas
- C () Poluição das águas
- D () Abate de pássaros e pequenos animais
- E () Lançamento de lixo nas áreas públicas

21 – O que você considera que poderá ter maior contribuição para a preservação do meio ambiente no Setor Façalville?

- A () Palestras sobre educação ambiental para as crianças
- B () Palestras sobre educação ambiental para os adultos
- C () Aplicar multas em quem degrada o meio ambiente
- D () Não lançar lixo nas áreas públicas
- E () Formar associação dos moradores para a preservação do meio ambiente do bairro

22 – A prefeitura de Goiânia cuida do meio ambiente do Setor Façalville?

- A () Sim
- B () Não

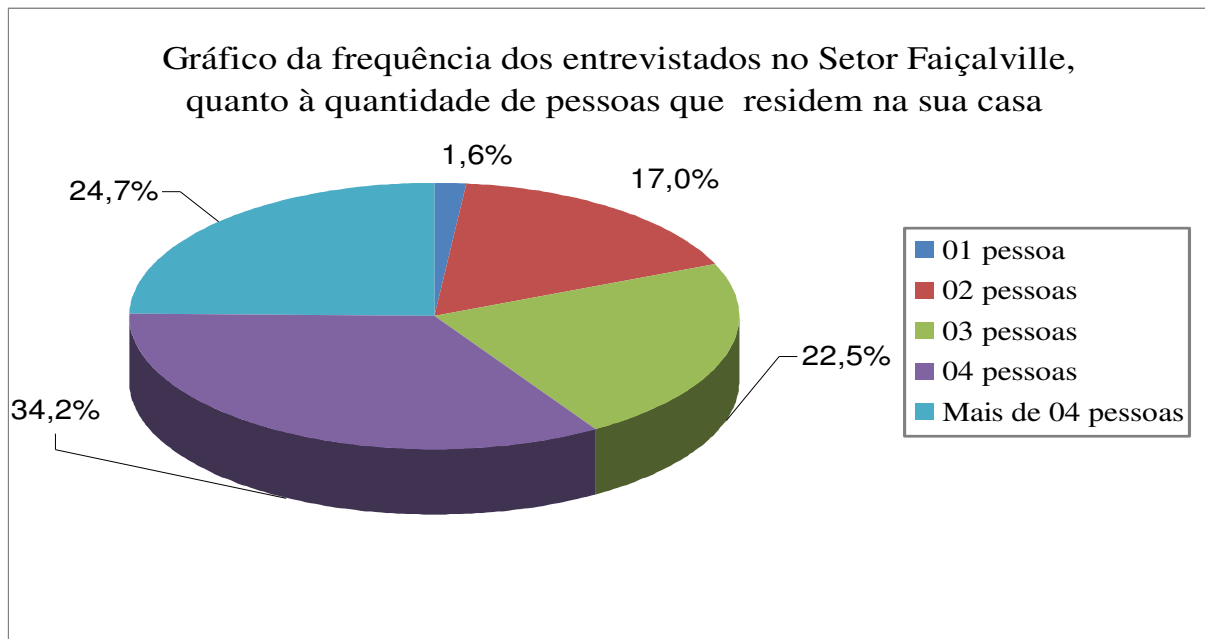
23 – O que a prefeitura de Goiânia fez de mais importante para preservar o meio ambiente no Setor Façalville?

- A () Plantio de árvores
- B () Cercamento do Bosque
- C () Presença da Guarda Municipal no Bosque
- D () Palestra de educação ambiental
- E () Nenhuma ação

24 – Qual a sua principal ação para a preservação do meio ambiente no Setor Façalville?

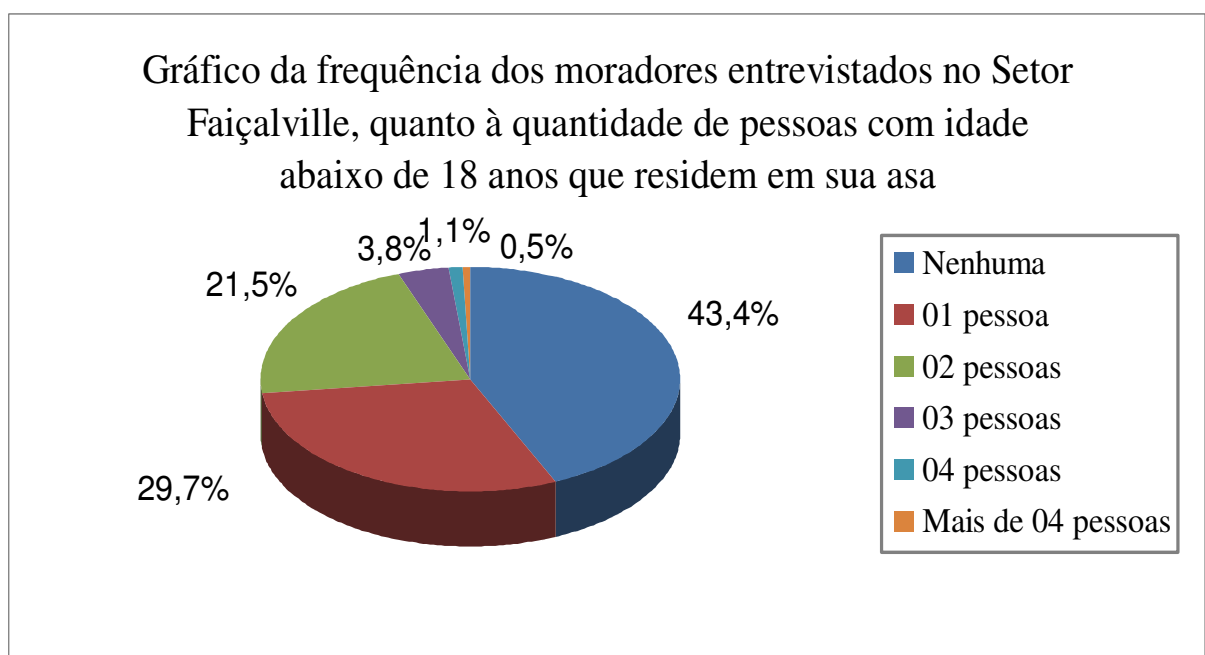
- A () Coleta seletiva
- B () Plantio de árvores
- C () Realiza trabalhos divulgando a importância do meio ambiente
- D () Não joga lixo nas ruas e praças
- E () Não realiza nenhuma ação

Apêndice 3



Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

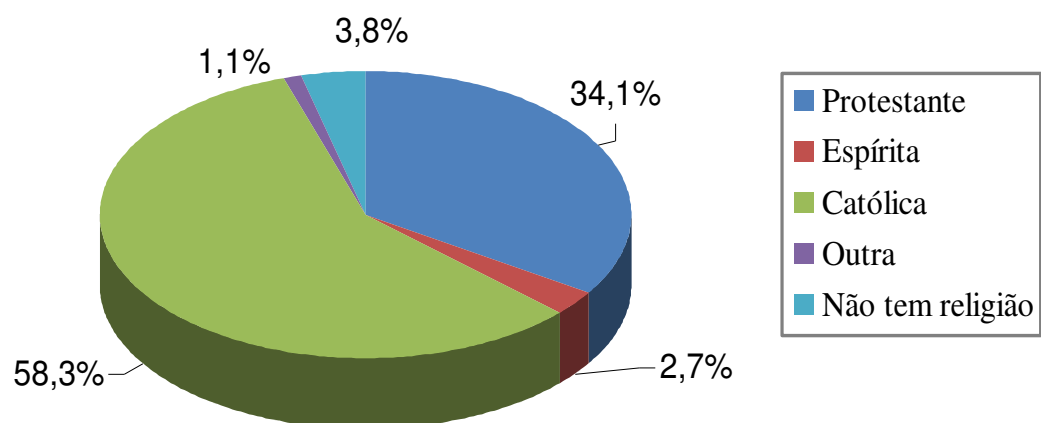
Apêndice 4



Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Apêndice 5

Gráfico da frequência dos moradores entrevistados no Setor Façalville, em relação à sua religião



Fonte: Dados coletados por Edival F. Mendes, em pesquisa de campo, no mês de Dez. 2008.

Anexos

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não participará e não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

1-TÍTULO DO PROJETO: Expansão Urbana de Goiânia: Região Macambira/Cascavel – Aspectos Socioeconômicos e Ambientais no Setor Façalville – Goiânia/GO.

2 -PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Edival Ferreira Mendes

3 – Telefones para contato:

- Edival Ferreira Mendes: (62) 9607-8910
- Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-UniEVANGÉLICA – Anápolis/GO: (62) 3310-6736

O objetivo desta pesquisa é realizar levantamento das condições socioeconômicas e ambientais no Setor Façalville – Goiânia/GO.

A sua participação como sujeito se dá devido a sorteio de quadras e números de lotes do Setor Façalville. Você irá responder um questionário ou entrevista que contém perguntas pré-elaboradas. Nesta pesquisa, os riscos para você enquanto sujeito são mínimos (constrangimento e ansiedade por estar conversando com pessoa estranha). Através desta pesquisa você poderá aumentar seus conhecimentos sobre o Setor Façalville, o que lhe dará maior subsídio para reivindicar benefícios para seu bairro junto ao poder público.

Você terá garantia de sigilo das informações pessoais prestadas e de imagens que o envolvam. Os dados coletados serão usados unicamente para trabalho científico. Os questionários e entrevistas permanecerão em poder do pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, quando, expirado tal prazo, os mesmos serão destruídos.

Goiânia/GO, _____ de _____ de 200____.

Edival Ferreira Mendes – Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____

R.G. _____,

abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador responsável, Edival Ferreira Mendes, sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP-UniEVANGÉLICA – (62) 3310 6736, caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Goiânia/GO, _____ de _____ de 200____.

Assinatura do Sujeito

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Anexo 2

PARECER DA SEMAGO, ANTECEDENTE À CRIAÇÃO DO LOTEAMENTO FAIÇALVILLE

Estado de Goiás.

Secretaria da Saúde

Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMAGO

Processo nº 4802.287/80

Licença de instalação de loteamento nº 019/80

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMAGO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 8.544 de 17 de outubro de 1978, concede licença de instalação, para o loteamento abaixo discriminado, nas condições especificadas.

Bacia Hidrográfica: Rio Paraná.

Sub-Bacia Hidrográfica Rio Paranaíba

CARACERÍSTICAS DO LOTEAMENTO

Áreas dos lotes 1.984.160,00m² 58,60%

Áreas de vias Públicas 893.155,22m² 26,39%

Áreas livres (praças – proteção do ambiente) 286.363,38m² 8,45%

Áreas institucionais 221.893,45m² 6,56%

Área total 3.385.572,10m² 100%

Número de lotes 4.631

Número de quadras 235

Tipo de loteamento segundo seu uso: Residencial e Comercial.

A Presente Licença de Instalação de loteamento é concedida, com base nas informações constantes do projeto e memorial apresentados pelo(s) proprietário(s), bem como informações prestadas por técnicos da SEMAGO após visita “*in-loco*”, e não dispensa e nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de outra natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

No caso de loteamento que permita a instalação de fontes de poluição, as mesmas só poderão se instalar com licença da SEMAGO, conforme determina a Lei 8.544 de 17 de outubro de 1978.

A Imobiliária Faiçal Ltda obriga-se a proteger as nascentes existentes no Loteamento denominado Faiçalville, através de cercas de arame liso de pelo menos 10 fios e postes de cimento.

O loteador se compromete a instruir os compradores a construírem poços e fossas sépticas de acordo com a NB 41 da ABNT, até que sejam levados os serviços de infraestrutura de saneamento.

Goiânia, 13 de junho de 1980.

LEOLIDIO DE RAMOS CAIADO

Superintendente

Anexo 3

PARECER DA OSEGO, ANTECEDENTE À CRIAÇÃO DO LOTEAMENTO FAIÇALVILLE

Estado de Goiás

Secretaria de Saúde

Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO

Divisão de Saúde do Ambiente

Seção de Saneamento

ATESTADO DE SALUBRIDADE

Nº 35/80 Reg. 1/42vº

A Seção de Saneamento, da Divisão de Saúde do Ambiente da Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO, no uso de suas atribuições legais, concede o presente ATESTADO DE SALUBRIDADE ao terreno do loteamento denominado “FAIÇALVILLE”, situado no perímetro urbano da cidade de Goiânia, neste Estado, com área total de 3.385.572,05m² (três milhões trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e dois metros e cinco decímetros quadrados), de propriedade da IMOBILIÁRIA FAIÇAL LTDA, de conformidade com o projeto geral de loteamento e por terem sido satisfeitas as normas do Código de Saúde Pública do Estado de Goiás, Lei nº 8.415, de 29 de março de 1978.

Seção de Saneamento, da Divisão de Saúde do Ambiente da Organização de Saúde do Estado de Goiás, OSEGO, em Goiânia, 16 de junho de 1980.

RODEZIR CORRÊA TERRA

Chefe da Seção de Saneamento

Visto: Bel. Alaôr dos Anjos

Chefe da Divisão de Saúde do Ambiente

Anexo 4

DECRETO Nº 561, DE 1º DE OUTUBRO DE 1980.

“Aprova o loteamento denominado FAIÇALVILLE”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei Estadual nº 8.268, de 11 de julho de 1977, e na Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971,

DECRETA:

Art. 1º - É aprovado o loteamento denominado “Faicalville”, de propriedade da empresa Imobiliária Faical Ltda., de conformidade com as plantas, memorial descritivo e demais atos integrantes do processo nº 7825/78 – SAL, de 09 de novembro de 1978.

Art. 2º - Fica a empresa loteadora obrigada a cumprir a condições estabelecidas na escritura pública de garantia caucionária, lavrada em 19 de setembro de 1980, às fls. 38v/41, livro 364, no Cartório do 3º Ofício de Notas, desta Capital, concernente à execução dos serviços de guias sarjetas, sistema público de abastecimento de água, rede de energia elétrica e pavimentação asfáltica, avaliados em Cr\$ 86.048.406,50 (Oitenta e seis milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e seis cruzeiros e cinqüenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, em 1º de outubro de 1980.

ÍNDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA

Prefeito de Goiânia

Mário Roriz Soares de Carvalho
Secretário do Governo Municipal

Valdir José do Prado
Secretário de Ação Urbana

Anexo 5

DECRETO Nº 201, de 30 de MARÇO DE 1982

“Aprova o loteamento denominado FAIÇALVILLE”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei Estadual nº 8.268, de 11 de julho de 1977, e na Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e o contido nos processos nºs 7825/78 – SAL e 90333/82 – SG,

DECRETA:

Art. 1º - É aprovado o loteamento denominado ‘FAIÇALVILLE’ de propriedade da empresa Imobiliária Faiçal Ltda., de conformidade com as plantas, memorial descritivo e demais atos integrantes do processo nº 7825/78 – SAL, de 09 de novembro de 1978.

Art. 2º - Fica a empresa loteadora obrigada a cumprir as condições estabelecidas na escritura pública de garantia caucionária, Lavrada em 19 de setembro de 1980, às fls. 38v/41, livro 364, no Cartório do 3º Ofício de Notas, desta Capital, concernente à execução dos serviços de guias e sarjetas, sistema público de abastecimento de água, rede de energia elétrica e pavimentação asfáltica, avaliados em Cr\$ 86.048.406,50 (Oitenta e seis milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e seis cruzeiros e cinquenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o de nº 561, de 1º de Outubro de 1980 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 30 dias do mês de março de
1982.

ÍNDIO DO BRASIL ARTIAGA LIMA

Prefeito de Goiânia

MÁRIO RORIZ SOARES DE CARVALHO

Secretário do Governo Municipal

Anexo 6

DECRETO Nº 633, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1985.

“Aprova modificação do projeto de urbanização do loteamento denominado FAIÇALVILLE”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e na Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e o contido no processo nº 018.303-6/85,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a modificação do Projeto de Urbanização do loteamento denominado “FAIÇALVILLE”, de propriedade da empresa Imobiliária Faiçal Ltda, mantidas as mesmas localizações das áreas públicas destinadas nas plantas e memoriais descritivos do projeto original e, de acordo com o quadro geral de áreas em anexo.

Parágrafo Único – Ficam mantidas as seguintes proporções de áreas públicas:

1 – Educação.....	89.493,80 m ²
2 – Saúde.....	37.060,52 m ²
3 – Centros Públicos.....	48.963,10 m ²
4 – Parques Infantis.....	59.699,49 m ²
5 – Praças.....	120.850,61 m ²
6 – Centro Comunitário.....	54.683,30 m ²
7 – Bosques.....	66.863,59 m ²
8 – Não Edificantes.....	32.798,77 m ²
Sub Total.....	510.413,18 m ²
Sistema Viário.....	882.443,94 m ²
TOTAL.....	1.392.857,12 m ²

Art. 2º - Ficam alteradas as medidas nos lotes numerados no documento “Relação dos Lotes Modificados”, constante do processo nº 018.303-6/85.

Art. 3º - A responsabilidade pela diferença de medidas de lotes ou quadras, caso venha a ocorrer, será da empresa loteadora.

Art. 4º - Fica revogado o artigo 1º, do Decreto nº 201, de 30 de março de 1982.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de novembro de 1985.

NION ALBERNAZ

Prefeito de Goiânia
João Silva Neto
Secretário de Governo Municipal
Sebastião Macalé C. Cassimiro
Secretário de Ação Urbana
Anexo 7

LEI Nº 7.730, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

“Dispõe sobre a criação e denominação do “Bosque Macambira” e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado e denominado BOSQUE MACAMBIRA, integrado pelas áreas verdes e nascentes do Córrego Cedro, antiga Fazenda Macambira, localizada entre as Alamedas Ana Maria Moraes Verano, Avenida Nadra Bufaiçal, Alameda Alcides Araújo Romão, Alameda Abel Soares de Castro, Rua Presidente Rodrigues Alves e Ruas F.37, F.38 e F.39 no Setor Faiçalville, nesta Capital, com a finalidade de preservação da flora e fauna e de assegurar o equilíbrio ao meio ambiente.

Art. 2º - O Bosque a que se refere o artigo anterior, será subordinado diretamente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 30 dias do mês de setembro de 1997.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia

SERVITO DE MENEZES FILHO

Secretário do Governo Municipal

Luiz Antonio Aires da Silva

Nelo Egídio Balestra Filho

Olier Alves Vieira

César Luiz Garcia

Luiz Felipe Gabriel Gomes

Jônatas Silva

Elias Rassi Neto

Hideo Watanabe

Sandoval Moreira

Paulo de Souza Neto

Anexo 8

LEI Nº 7.776, DE 08 DE ABRIL DE 1998.

“Desafeta área de sua destinação primitiva, autoriza doação e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica desafetada de sua destinação primitiva, a área de 22.246,05m² destinada originalmente a Centro Comunitário, denominada 6.1.1. do Parcelamento Façalville, dentro dos seguintes limites:

“começam na intercessão da Rua F-39 com Alameda Abel Soares; daí, segue confrontando com remanescente da área com destinação primitiva a Centro Comunitário denominada de 6.1.1; daí, segue por essa confrontação com os seguintes ângulos e distâncias: 90º00’00’’ – 120,34m; 90º00’00’’ – 184,86m; 90º00’00’’ – 120,34m; daí, segue limitando

pela lateral da F-39 com ângulo de 90°00'00'' e distância de 184,86m até o ponto inicial dessa descrição”.

Parágrafo Único – Serão destinados 5.246,05m² (cinco mil duzentos e quarenta e seis vírgula zero cinco metros quadrados) ao sistema viário da Rua F-39/A e 17.000m² (dezesete mil metro quadrados) passam a compor os lotes de 01 a 10 da quadra 48-A.

Art. 2º - Fica autorizada a doação à família Gondo, dos 10 (dez) lotes residenciais da quadra 48-A, numa superfície de 17.000m² dentro dos seguintes limites:

Lote	Logradouro	Frente	Fundo	Lado Direito	Lado Esquerdo	Variante	Chanfrado	Área
01	Rua F-39	26.910	31.910 L/10	53.670 L/02	48.670 Rua F-39A		7.070	1.700.000
02	Rua F-39	31.680	31.680 L/09	53.670 L/03	53.670 L/01		0.000	1.700.000
03	Rua F-39	31.680	31.680 L/08	53.670 L/04	53.670 L/02		0.000	1.700.000
04	Rua F-39	31.680	31.680 L/07	53.670 L/05	53.670 L/03		0.000	1.700.000
05	Rua F-39	26.910	31.910 L/06	48.670 RuaF-39A	53.670 L/04		7.070	1.700.000
06	Rua F-39 A	26.910	31.910 L/05	53.670 L/07	48.670 Rua F-39 A		7.070	1.700.000
07	Rua F-39 A	31.680	31.680 L/04	53.670 L/08	53.670 L/06		0.000	1.700.000
08	Rua F-39 A	31.680	31.680 L/03	53.670 L/09	53.670 L/07		0.000	1.700.000
09	Rua F-39 A	31.680	31.680 L/02	53.670 L/10	53.670 L/08		0.000	1.700.000
10	Rua F-39 A	26.610	31.910 L/01	48.670 RuaF-39A	53.670 L/09		7.070	1.700.00

Parágrafo Único – A doação ora autorizada está em conformidade com o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre Ministério Público, Município de Goiânia e a família Gondo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de abril de 1998.

NION ALBERNAZ

Prefeito de Goiânia

SERVITO DE MENEZES FILHO

Secretário do Governo Municipal

Luiz Antônio Aires da Silva

Nelo Egídio Balestra Filho

Olier Alves Vieira

César Luiz Garcia

Luiz Felipe Gabriel Gomes

Jônathans Silva

Elias Rassi Neto

Hideo Watanabe

Sandoval Moreira

Paulo de Souza Neto

Humberto Pereira Rocha

José Guilherme Schwan

Anexo 9

LEI Nº 7.988, DE 29 DE MAIO DE 2000

“Dispõe sobre o reflorestamento das áreas de matas ciliares em todos os Córregos do Município de Goiânia.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo, por meio da Superintendência Municipal de Parques e Jardins, instituir um programa de reflorestamento de todas as áreas de matas ciliares, que margeiam os córregos do Município de Goiânia, como forma de sua proteção e preservação.

Parágrafo Único – Fica igualmente autorizado ao Chefe do Poder Executivo, a abertura de créditos adicionais na lei orçamentária em execução, até o montante suficiente para fazer face às despesas decorrentes desta lei.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, por meio de ato próprio, a ser baixado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 29 dias do mês de maio de 2000.

Nion Albernaz

PREFEITO DE GOIÂNIA

Olier Alves Vieira

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Araken Reis

César Luís Garcia

Elias Rassi Neto

Elir José de Souza

Humberto Pereira Rocha

Idamar Alves de Lima

Diógenes Cardozo Teixeira

Jônatas Silva

Jorge Antonio Taleb
José Eduardo Álvares Dumont
José Guilherme Schwan
Luiz Antônio Aires da Silva
Uassy Gomes da Silva

Anexo 10

Memorial Descritivo

FAIÇALVILLE: Localização

O loteamento denominado FAIÇALVILLE, localizado na Zona de Expansão Urbana de Goiânia, região Sul, lugar cognominado Fazenda Macambira, tem os seguintes limites e confrontações:

Inicia no marco esticador da cerca de arame, cravado nas divisas desses terrenos e o loteamento denominado Jardim Helvécia, marco este caracterizado pelas Coordenadas U.T.M. $x = 679.920,266$ e $y = 8.147.121,752$, daí segue pela cerca de arame na extensão de 982,65m até outro marco esticador de cerca de arame, aí descreve-se um ângulo à direita de $197^{\circ}38'22''$ e uma distância de 82,78 m, até outro marco esticador de cerca de arame, dividindo até aqui com os loteamentos denominados Bairro Cardoso e Cidade Vera Cruz. Deste último marco descreve-se um ângulo à direita de $88^{\circ}45'22''$ e uma distância de 103,40 m, até outro marco esticador de cerca de arame descrevendo sempre à direita os seguintes ângulos e distâncias: $177^{\circ}08'22''$ e 36,52 m; $177^{\circ}05'00''$ e 67,27 m; $182^{\circ}56'13''$ e 42,01 m; $178^{\circ}11'54''$ e 175,41; $177^{\circ}07'20''$ e 62,18 m; $176^{\circ}08'44''$ e 123,24 m; $179^{\circ}05'28''$ e 75,99 m; $179^{\circ}43'01''$ e 64,79 m; $180^{\circ}20'30''$ e 95,51 m; $180^{\circ}52'55''$ e 34,53 m; $175^{\circ}19'22''$ e 6,68 m; $183^{\circ}00'25''$ e 24,39 m; $177^{\circ}24'10''$ e 31,20 m; $184^{\circ}46'54''$ e 119,95 m; $180^{\circ}26'18''$ e 58,81 m; $183^{\circ}58'24''$ e 77,65 m; $178^{\circ}27'57''$ e 15,83 m; $183^{\circ}03'52''$ e 42,04 m; $183^{\circ}18'05''$ e 48,34 m; $184^{\circ}28'43''$ e 8,40 m; $177^{\circ}39'56''$ e 90,19 m; $178^{\circ}41'46''$ e 69,30 m; $178^{\circ}22'28''$ e 8,94m, até o marco do chanfro

do lote 1 da Quadra 184 do Jardim Europa e limita em todas essas extensões acima descritas com os loteamentos denominados: Vila Rosa e Jardim Atlântico. Do último marco segue dividindo com o Jardim Europa, nos ângulos e extensões que se seguem: $128^{\circ}49'55''$ e 133,10 m; $270^{\circ}00'00''$ e 133,10 m; $270^{\circ}00'00''$ e 119,19m; até outro marco esticador de cerca de arame, agora segue acompanhando a cerca de arame nos ângulos e extensões de: $128^{\circ}14'26''$ e 79,28 m, $176^{\circ}29'39''$ e 50,82 m; $114^{\circ}39'23''$ e 1441,92 m; $139^{\circ}47'10''$ e 556,21 m; $122^{\circ}45'55''$ e 1325,86 m; até cruzar com a lateral direita do Lote 1 da Quadra 92, do loteamento Jardim Helvécia, daí segue acompanhando as divisas dos lotes nºs 1, 2, 3 e 4 da Quadra 92 e Lote 4 da Quadra 93 do Jardim Helvécia nos ângulos e extensões que se seguem: $108^{\circ}20'31''$ e 10,86 m; $270^{\circ}00'00''$ e 30,00 m; $90^{\circ}00'00''$ e 40,76 m; $161^{\circ}39'29''$ e 7,63 m; $108^{\circ}20'31''$ e 15,00 m, $270^{\circ}00'00''$ e 35,00 m, até cruzar com a cerca de arame, aí descreve-se um ângulo de $90^{\circ}00'00''$ e 1104,88 m; até o marco de início dessas divisas, limitando até aqui como os loteamentos denominados Jardim Europa, Jardim Vila Boa, Jardim Presidente e Jardim Helvécia.

